

VOLUME 8 - NÚMERO 3
SETEMBRO/DEZEMBRO - 1996

ISSN 0103-3786

Informação e Linguagem



TRANS *in* FORMAÇÃO

departamento
pós-graduação
biblioteconomia

 **PUCCAMP**

CLASS. *Herero*
RECEBIDO: 27/11/01

VOLUME 8 - NÚMERO 3
SETEMBRO/DEZEMBRO - 1996

ISSN 0103-3786

TRANS *IN* FORMAÇÃO

PUC - CAMPINAS

Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI

departamento
pós-graduação
biblioteconomia

 PUCAMP

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

Grão-Chanceler

Dom Gilberto Pereira Lopes

Reitor

Gilberto Luiz Moraes Selber

Vice-Reitor Administrativo

Alberto Martins

Vice-Reitor Acadêmico

Pe. José Benedito de Almeida David

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA

Diretora

Edilze Bonavita Martins Mendes

Vice-Diretora

Maria Leontina C. P. Luiz Souza

DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Coordenador

Silas Marques de Oliveira



- PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL -

CONSELHO EDITORIAL

Solange Puntel Mostafa (Presidente)
Cecília Carmen Cunha Pontes
Else Benetti Marques Válio
Geraldina Porto Witter
Maria de Cléofas Faggion Alencar
Silas Marques de Oliveira
Vera Sílvia Marão Beraquet

CORPO EDITORIAL

Aline Da Rin Paranhos de Azevedo (Museu Goeldi)
Cecília Carmen Cunha Pontes (PUCCAMP)
Else Benetti Marques Válio (PUCCAMP)
Fermino Fernandes Sisto (UNICAMP)
Geraldina Porto Witter (USP - PUCCAMP)
José Fernando Lomônaco (USP)
Kátia Maria Lemos Montali (UFsCAR)
Lea Velho (UNICAMP)
Maria de Cléofas Faggion Alencar (PUCCAMP)
Solange Puntel Mostafa (PUCCAMP)
Vânia Maria Hermes de Araújo (CIET)

Consultoria Ad-hoc para este número

Eduardo Murguía
Maria de Fátima G. M. Tálamo
Rildeci Medeiros

Revisão de Língua: Vera Luciana M. Rodrigues da Silva

Normalização: Ivanise Vitale Cardoso

Capa: Telma Cristina Witter

Copyright by TRANSFORMAÇÃO

A citação de partes de matéria publicada nesta revista (até 200 palavras) é livre, desde que seja citada a fonte.

ENDEREÇO

TRANSFORMAÇÃO

Departamento de Pós-Graduação em Biblioteconomia - PUCCAMP
Rua Waldemar César da Silveira, 105 - Swift
Telefone/fax (019) 230-0981
13045-270 - CAMPINAS - SP - Brasil



PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL
v. 8, n. 3, setembro/dezembro, 1996

SUMÁRIO

Editorial	9
TEMAS EM DEBATE: Informação e Linguagem	
Hacia un nuevo paradigma en Bibliotecologia	17
Miguel Angel Rendón Rojas	
Subjetividade e Interdisciplinaridade na Biblioteconomia	32
Anna Maria Marques Cintra	
Comentários ao Artigo "Hacia un nuevo paradigma en Biblio- tecologia"	44
Maria Nélide González de Gómez	

ARTIGOS

- Organização do conhecimento e tecnologias da informação 59
Clarinda Rodrigues Lucas
- Influências Sócio-culturais na Leitura: análise do ASIRR
(1989-1994) 66
Geraldina Porto Witter
- Vocabulário controlado para indexação de partituras de música
brasileira: proposta de uma estrutura básica 81
Ivanise Vitale Cardoso
- Gestão pela qualidade: referencial teórico 97
Célia Regina Simonetti Barbalho
- Leitura e discurso científico 121
Márcia Aparecida Pillon
Maria Aparecida Lopes da Cruz
- Mundo do trabalho e sindicatos na era da reestruturação produ-
tiva: impasses e desafios do novo sindicalismo brasileiro 130
Ricardo Antunes
- Comunicação institucional em saúde pública: uma pesquisa
conscientizadora 138
Inês Rosito Pinto Krueel

INFORMATIVO

- Eventos 153
- A transformação de um acervo: a documentação multimeios
do Arquivo Edgard Leuenroth 154
Miriam Manini



QUARTERLY PUBLICATION
v. 8, n. 3, setembro/dezembro 1996

CONTENTS

Editorial 9

CONTEST: INFORMATION AND LANGUAGE

Under a new paradigm in librarianship..... 17
Miguel Angel Rendón Rojas

Subjectivity and Interdisciplinarity in librarianship 32
Anna Maria Marques Cintra

Comments on the article "Under a new paradigm in librarianship" 44
Maria Nélida González de Gómez

ARTICLES

- The knowledge organization and information technology 59
Clarinda Rodrigues Lucas
- Social and Cultural Influences on Reading: analyse of the ASIRR
(1989-1994) 66
Geraldina Porto Witter
- Controlled vocabulary for the indexing of Brazilian music scores:
to establish the basic structure 81
Ivanise Vitale Cardoso
- Management for quality: a review 97
Célia Regina Simonetti Barbalho
- Reading and scientific discourse 121
Márcia Aparecida Pillon
Maria Aparecida Lopes da Cruz
- World of job and unions in the restructuring of production:
challenges of a new Brazilian union 130
Ricardo Antunes
- Institutional communication in Public Health: participative research ... 138
Inês Rosito Pinto Kruehl

NEWS

- Events 153
- The transformation of an archive: the Arquivo Edgard Leuenroth
nonbook materials 154
Miriam Manini

EDITORIAL

O Conselho Editorial de Transinformação parabeniza Miguel Angel Rendón Rojas, Anna Maria Marques Cintra e Maria Nélida González de Gómez no desafio aceito de um debate aberto nesta Revista. Miguel, ilustre pesquisador do CUIB-UNAM (México) aceitou de pronto oferecer seu texto como texto-base para o debate; Anna Maria (USP-SP) e Maria Nélida (IBICT-RJ) tiraram daí o melhor proveito, oferecendo ao autor e aos leitores de Transinformação valiosos *insights* sobre Informação e Linguagem. Uma frase de Miguel é destacada por ambas as debatedoras: é quando o autor defende a **pragmática**, uma linha de estudos da linguagem "donde la dialéctica del sujeto con el mundo que le rodea sea tomada en cuenta". Mas justamente aí é preciso interpretar **sujeito** e **contexto** pois ambas as categorias são discutíveis: como é pensado este sujeito e de que contexto se trata?

Se entendo bem o debate, RENDÓN ROJAS defende o usuário e seu contexto mas idealizando-os num mundo das idéias ou dos 'signos lingüisticamente articulados' (baseado na evidência de que informação é algo mental ou da ordem do pensamento, com o que ninguém discorda).

Ao privilegiar a síntese do sujeito com o mundo lá naquele lugar ideal, RENDÓN ROJAS estaria lidando, segundo minha compreensão, com um usuário abstrato e não o das práticas sociais concretas, ainda que essas práticas sejam mediadas lingüisticamente. Nesta mediação, CINTRA destaca a subjetividade do mundo da vida, para a qual contribuiriam os valores

ideológicos (especialmente na indexação de documentos) e GONZÁLEZ DE GÓMEZ destaca a necessidade de concretizar aquele usuário abstrato nas diferentes, diversas e múltiplas ações de informação (logo diferentes jogos de linguagem). É na possibilidade de contemplar estes diferentes atores produtores/usuários de conhecimento que estaria segundo a autora, a riqueza da pragmática e não na abstração de suas particularidades sociais na questão mais geral dos 'signos lingüisticamente articulados'.

Caberia ainda atizar a fogueira da Pragmática com a corrente de Análise do Discurso da escola francesa (que é muito diferente da escola americana): para os analistas de discurso da escola francesa (o Brasil está bem representado por Eni Pulcinelli Orlandi da Unicamp, SP) o sujeito é sempre 'assujeitado' no clássico sentido althusseriano; significa que o contexto não pode ser apenas o da interlocução, mesmo que isto suponha processos de comunicação com regras consensuadas do falar/agir, como admite a pragmática, de uma maneira geral.

Deixemos o debate acontecer: a regra consensuada por estes três autores nesta oportunidade é a de que debater idéias é possível, é desejável, é elegante.

Na sessão de artigos, LUCAS discute a organização do conhecimento especialmente nas redes eletrônicas; a área de leitura está representada por dois textos: a produção científica no Annual Summary of Investigations Relating to Reading (ASIRR) e as questões que envolvem a relação texto-leitor-autor-discurso científico (PILLON & CRUZ).

Tal como a leitura, indexação do conhecimento não é um tema de uma nota só: CARDOSO apresenta uma estrutura de vocabulário controlado para as partituras musicais.

KRUEL trabalha sobre os meios de comunicar informação; ANTUNES é um autor que dispensa apresentações, defini-

tivamente ligado ao mundo do trabalho, este mundo hoje tão revolucionado pela informação.

Transinformação agradece a todos os autores que contribuíram para a realização deste número.

Solange Puntel Mostafa
Editora-responsável
e-mail: solange@aleph.com.br

AUTORES: (pela ordem dos textos)

MIGUEL ANGEL RENDÓN ROJAS - Doutor em filosofia (lógica) pela Universidade de Moscou "M. V. Lomorosov" e pesquisador do Centro Universitário de Investigaciones Bibliotecológicas (CUIB) da Universidad Autonoma do México, UNAM.

ANA MARIA CINTRA - Doutora em lingüística pela USP e professora do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da ECA/USP.

MARIA NÉLIDA GONZÁLEZ GÓMES - Doutora em Comunicação pela ECO/IBICT/UFRJ, professora do programa de Ciência da Informação do IBICT.

CLARINDA RODRIGUES LUCAS - Doutoranda em Lingüística (Análise do Discurso), IEL-UNICAMP, e bibliotecária de Referência da UNICAMP.

GERALDINA PORTO WITTER - Livre-docente, professora do Curso de Pós-graduação em Biblioteconomia e Psicologia da PUCCAMP, SP.

IVANISE VITALE CARDOSO - Mestre em Biblioteconomia, PUCCAMP, SP e Consultora em Sistemas de Informação.

CÉLIA REGINA SIMONETTI BARBALHO - Doutoranda em Comunicação e Semiótica pela PUC/SP e professora da UFAM, Manaus.

MÁRCIA APARECIDA PILLON - Mestre em Biblioteconomia, PUCCAMP, SP e bibliotecária da UNICAMP.

MARIA APARECIDA LOPES CRUZ - Mestre em Biblioteconomia, PUCCAMP, SP e bibliotecária da Universidade Federal do Maranhão.

RICARDO ANTUNES - Livre-docente, professor de Sociologia do Trabalho do IFCH - UNICAMP, SP.

INÊS ROSITO PINTO KRUEL - Doutora em ciências da Comunicação pela USP, SP e professora titular da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS, RS.

MIRIAM MANINI - Mestre em Multimeios pela UNICAMP e responsável pelo Setor de Multimeios do "Arquivo Edgard Leuenroth" - Centro de Pesquisa e Documentação Social/IFCH/UNICAMP.

TEMAS EM DEBATE:

INFORMAÇÃO E LINGUAGEM

HACIA UN NUEVO PARADIGMA EN BIBLIOTECOLOGIA

Miguel Angel Rendón ROJAS
CUIB/UNAM

RESUMO

Utilizando um enfoque semiótico, se distinguem a informação sintática, a informação semântica e a informação pragmática. Esta última, onde está inserido o sujeito com sua intencionalidade e seu contexto é a que pode atuar como eixo diretor para abordar a análise epistemológica da Biblioteconomia.

Palavras-chave: Informação semântica; Informação sintática; Informação pragmática; Epistemologia; Biblioteconomia.

INTRODUCCION

A finales del siglo pasado y principios de éste, los físicos se enfrentaron a una revolución en su ciencia. Se habían acostumbrado a tratar con un objeto de estudio estable e intuitivamente comprensible: la materia y su movimiento. La materia tenía ciertas características constantes, entre las cuales se contaba principalmente su masa, además de la impenetrabilidad, la localización espacio-temporal en tres dimensiones, etc. Pero en un momento de su desarrollo se encontraron fenómenos que no respondían a esa concepción tradicional de la materia, más aun,

estaban en contradicción con ella. La materia se les disipaba de las manos y se perdía en un modelo matemático, lo que llevó a expresar que "la materia desaparece y lo único que queda son las ecuaciones". Realmente si se les pide a los físicos que nos digan qué es energía, entropía, fuerza, etc., se limitarán a darnos ciertas fórmulas matemáticas.

Actualmente en Bibliotecología sucede un fenómeno semejante, el objeto tradicional de la disciplina: el libro y la biblioteca, se escabulle, se transforma y se desplaza a otros fenómenos, (documentos, bases de datos, redes, centros de documentación, bibliotecas electrónicas, etc.) que distan mucho de ser semejantes a lo que se venía manejando. Incluso en ocasiones, se llega a hablar de un espacio cibernético y realidad virtual, los cuales, en verdad son intangibles. Los profesionales de la Bibliotecología están en desventaja con los físicos porque a ellos no les quedan ni siquiera ecuaciones con qué trabajar. Por lo anterior, se hace necesario replantear el paradigma con el cual se enfrenten los cambios en la disciplina, y se logre abarcar y explicar esa nueva problemática.

Algunos han querido seguir el ejemplo de la Física y refugiarse en modelos matemáticos, máxime que existe una teoría que ofrece ese refugio. ¿Pero es ese el camino? ¿Se debe dejar el camino a la disciplina de las computadoras basada en la teoría matemática de la información, en la Lógica formal y en la electrónica? Es una reflexión que se debe realizar y a la cual deseo contribuir con este trabajo¹.

Claramente, existe una línea de teóricos que expresan que el objeto de estudio de la Bibliotecología gira en torno a la información, por lo que la cuestión ahora es explicar lo que entendemos por

(1) Otra posible solución a la problemática planteada por el cambio es el tratar a la información como mercancía y convertir a la disciplina en una servidora de intereses comerciales. Dentro de esa visión, el 'MARKETING' es el núcleo sobre el que gira la disciplina. Por el momento sólo diremos que no compartimos ese punto de vista; por supuesto que la información se puede ver como mercancía, ya que al satisfacer ciertas necesidades del sujeto, posee valor de uso y consecuentemente en una sociedad capitalista, posee valor de cambio, pero en ese sentido, está actuando en su ser inauténtico, con palabras de Marx, se cae en un fetichismo, donde las cosas se toman no por lo que son, sino por lo que aparentan ser.

información². Ya en otro lugar expusimos nuestro enfoque de la información³, el cual retomaremos posteriormente para confrontarlo con otros posibles enfoques y utilizarlo como la llave para un nuevo paradigma en Bibliotecología.

Para nuestro análisis partiremos de un enfoque semiótico. Si tomamos en cuenta que en la concepción clásica de la semiología los elementos básicos de un sistema semiótico es la triada signo, significado y sujeto, y de acuerdo a esto las ramas de la semiótica son la sintaxis, que estudia la relación de los signos entre sí; la semántica, que estudia la relación del signo con el significado; y la pragmática que estudia la relación entre el signo y el usuario, entonces podemos decir que es posible la existencia de una teoría sintáctica de la información, de una teoría semántica de la información y de una teoría pragmática de la información.

Consideramos que la teoría sintáctica de la información está desarrollada en la Teoría Matemática de la Información de Shannon y Weaver, además de que existe la Teoría Semántica de la Información creada por Bar-Hillel y Carnap. Sin embargo, según nuestro punto de vista, esas dos teorías no son aptas para ser el eje sobre el que se debe mover la Bibliotecología, por lo que se propone un enfoque pragmático de la información (en el sentido semiótico), que aunque aún no tiene el grado de teoría, sí nos puede ayudar para explicar las tareas que cumple la Bibliotecología. Expondremos brevemente las dos primeras teorías y expresaremos las causas de

(2) *Así por ejemplo, encontramos los siguientes enunciados que son representativos de lo que sucede en el campo teórico de la Bibliotecología: 'La Bibliotecología es la ciencia que estudia el registro y flujo del conocimiento y de la información; así como la circulación social de los medios que la contienen para hacer posible su uso y organización'. Lafuente López, Ramiro y Estela Morales Campos. Reflexiones en torno a la enseñanza de la bibliotecología. En Investigación bibliotecológica. V. 6, n. 12, p. 25-33. México: UNAM, CUIB, 1992. p. 25. '...la materia prima de la bibliotecología es la información'. Calva González, Juan José. Una aproximación a lo que son las necesidades de información. En Investigación bibliotecológica. V. 5, n. 11, p. 33-38. México: UNAM, CUIB, 1991. p. 33.*

'La Bibliotecología como disciplina ... estudia cómo satisfacer las necesidades de información'. Ib. p. 36.

'De la bibliotecología al sistema de conocimientos científicos bibliológico-informativo' Setién Quezada, Emilio y Salvador Gorbea Portal. En Investigación bibliotecológica. V. 8, n. 16, p. 21-25. México: UNAM, CUIB, 1994.

(3) *Rendón Rojas, Miguel Angel. La información como ente ideal objetivizado. En Investigación bibliotecológica, V. 9, n. 18, p. 17-24. México: UNAM, CUIB, 1995.*

sus limitaciones para explicar lo que es la información en Bibliotecología.

TEORÍA SINTÁCTICA DE LA INFORMACIÓN

Como ya indicamos, en concordancia con lo que se entiende por sintaxis y con la tesis central de la Teoría Matemática de la Información, es posible afirmar que la primera, la teoría sintáctica de la información, ya está desarrollada con la Teoría Matemática de la Información de C. E. Shannon y W. Weaver⁴ y el concepto de información que en ella se maneja es una información sintáctica.

En efecto, si la sintaxis se abstrae de todo contenido semántico y centra su atención sólo en cómo se forman y transforman los signos, y si de manera semejante la Teoría Matemática de la Información *toma en cuenta únicamente las señales independientemente de todo significado*, entonces es válido interpretar dicha teoría como una teoría a nivel sintáctico. Cabe mencionar que dicha semejanza entre sintaxis y Teoría Matemática de la Información también ha sido señalada por U. Eco⁵.

La Teoría Matemática de la Información tuvo su origen dentro del campo de la ingeniería y tecnología de la comunicación. Se reconoce como uno de sus principales aportes el haber proporcionado la característica cuantitativa del concepto de información. Sobre este respecto Rapoport indica que "la noción de la cantidad de información es una Gran Idea (*sic*) en la ciencia, similar a la definición de "cantidad de materia"... "cantidad de energía"... o "cantidad de entropía".⁶

C. E. Shannon y W. Weaver expresaron la idea de que la cantidad de información en el mensaje, **no es lo que se está diciendo, sino lo que se podría decir**, esto es, la cantidad de información se considera independientemente de todo contenido semántico y se define estadísticamente de acuerdo al número de

(4) Shannon, C. E y W. Weaver. The Mathematical Theory of Communication. Urbana, University press, 1962.

(5) Eco, U. Tratado de Semiótica General. España: Lumen, 1988. p. 78.

(6) Rapoport, A. What is information? En Introduction to information science. Comp. y ed. by Saracevic Tekfo. New York & London: Bowker Company, 1970. p. 5-12.

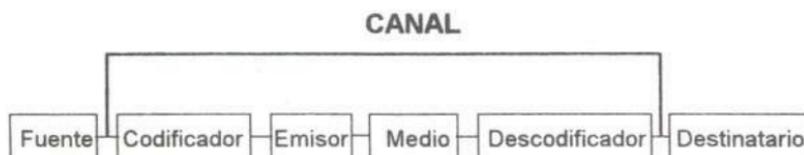
mensajes en el repertorio de la fuente con base a la cantidad de señales de que dispone. La cantidad de información de un mensaje transmitido de un sistema emisor a un sistema receptor es función de su improbabilidad de que ocurra el mensaje.

Ya es de todos conocida la fórmula para calcular la cantidad de información. Si se tiene una fuente que dispone de n signos, no necesariamente equiprobables, entonces la cantidad de información H de esta fuente se obtiene de acuerdo a la siguiente relación: $H = -P(1) \log(P(1)) - P(2) \log(P(2)) - \dots - P(n) \log(P(n))$, donde $P(i)$ es la probabilidad de aparición de la señal i , es decir, $H = -\sum_{i=1}^n P(i) \log(P(i))$.

En el caso de que una fuente disponga de n signos equiprobables, esta fórmula toma la siguiente expresión:

$$H = -\sum_{i=1}^n P(i) \log(P(i)) = -n \left(\frac{1}{n} \log \left(\frac{1}{n} \right) \right) = -\log \left(\frac{1}{n} \right).$$

La teoría matemática de la información está directamente en conexión con el uso de máquinas debido a que, como ya se indicó, surge dentro del campo de la tecnología de las comunicaciones, y según Escarpit⁷ conlleva a un esquema mecanicista de la comunicación, en el que el canal ocupa un lugar primordial. Propone representar gráficamente ese esquema la siguiente manera:



En la actualidad con la automatización de los servicios bibliotecarios se hace mucho énfasis en esta teoría de la información. Podemos reconocer que ciertamente significó una gran aportación para la explicación y control de todo lo que hay de físico en ese proceso de transmisión, o más bien dicho, de manejo sintáctico de la

(7) Escarpit, R. *Teoría general de la información y de la comunicación*. Barcelona: Icaria, 1981. p. 34.

información. En efecto, para los fines de los ingenieros de la telecomunicación, el significante (signo), se encuentra en el centro de su interés y se preocupan porque dicho significante posea cualidades como resistencia al ruido, velocidad de transmisión, facilidad de codificación y descodificación; el significado les interesa sólo en la medida en que pueda influir sobre el significante.

Al crecer la influencia de esta teoría se replantea el papel de las máquinas y del hombre en la actividad informativa. Si aceptamos el enfoque semiótico del estudio de la información, aceptaremos que el producto que nos ofrece la máquina es una información sintáctica. En efecto, lo único que hace la máquina es "jugar", manipular, combinar los signos que tiene a su disposición de acuerdo a ciertas reglas que se le han dado. Por lo tanto, el proceso que tiene lugar en la máquina es un proceso sintáctico (emplea solamente signos y reglas de formación y transformación de palabras con esos signos) y consecuentemente el producto de ese proceso también es sintáctico. Si ha eso se le desea llamar información y a la actividad que lo produjo se le califica como intelectual, será, para evitar equívocos, con las limitantes aquí expresadas.

Ahora bien, esto es importante para el tecnólogo, pero no se debe olvidar que el canal y los signos no lo es todo, la información que nos interesa gira en torno al hombre, a sus intenciones, sus intereses y motivaciones, por lo que se deben de tomar en cuenta estos elementos para una teoría de la información más completa, apta para ser utilizada por la Bibliotecología.

Así mismo, no se debe olvidar el hecho de que la Teoría Matemática de la Información fue creada para una determinada área de la tecnología, por lo que importar unos conceptos y teorías de un campo del conocimiento a otro, exige el no perder de vista el por qué y para qué se hizo esta importación. Puede ser útil para nuestros objetivos, pero si se abusa de ello, es posible que los resultados no sean tan positivos como se esperaban. Por ejemplo un biólogo al tratar de determinar la cantidad de energía requerida por un organismo para realizar cierta actividad no va a utilizar la fórmula y unidades de medida que ofrece la Física, él hablará de calorías y no de newtons o joulons.

TEORIA SEMANTICA DE LA INFORMACION

Debido a que la Teoría Matemática de la Información no tiene en cuenta el contenido de los símbolos, sino únicamente la frecuencia con que estos puedan ocurrir, y que en ocasiones se aplican sus resultados y terminología en campos en los cuales el término información tiene un sentido semántico, se hizo necesario desarrollar una Teoría Semántica de la Información. R. Carnap y Y. Bar-Hillel crearon dicha teoría en base al sistema de la Lógica inductiva de probabilidades propuesta por Carnap⁸

En virtud a que dicha teoría es conocida, sólo daremos un breve resumen para después expresar nuestra posición. El sistema en el que se trabaja puede ser la Lógica proposicional. La idea central es que en ese sistema, a cualquier fórmula Q , formada por un número n de proposiciones atómicas, se le puede asociar un conjunto de disyunciones de todas las proposiciones atómicas o sus negaciones que ocurren en Q ; con la condición de que en cada disyunción ocurra cada proposición atómica o su negación, pero no las dos al mismo tiempo. Así, a la fórmula Q formada por una sola proposición atómica p se le asocia el conjunto de dos disyunciones (cada una con un disyunto) $\{p, \neg p\}$; si la fórmula Q tiene dos proposiciones atómicas, p y q , entonces el conjunto de disyunciones estará formado por cuatro elementos, por ejemplo, si Q es $p \& q$, sus disyunciones serán: $\{p \vee q, p \vee \neg q, \neg p \vee q, \neg p \vee \neg q\}$. La fórmula para encontrar el número de disyunciones de una expresión es 2^n , donde n es el número de proposiciones atómicas presentes en esa expresión. De esta manera, la fórmula $((p \& q) \vee \neg r) \rightarrow (s \& t)$, donde ocurren 5 proposiciones atómicas tendrá 32 disyunciones, porque $2^5=32$, y uno de sus posibles disyunciones será: $\{p \vee q \vee r \vee \neg s \vee \neg t\}$.

A cada disyunción se le va a denominar elemento de contenido; y al conjunto de todos los elementos de contenido que una proposición Q lógicamente implica, se le llamará CONTENIDO de Q y se le simboliza como $\text{Cont}(Q)$. Desde el punto de vista de la Lógica se puede demostrar que cualquier proposición atómica tiene como

(8) *Semantic Information*. Bar Hillel, Y. y R. Carnap. *En Introduction to Information Science*. Compiled and edited by Tekfo Saracevic. New York, 1970. p.18-23.

contenido la mitad de todos los elementos de contenido, una tautología ninguno y una contradicción todos.

Bar-Hillel y Carnap proponen el concepto de "contenido de Q" como explicatum del término "información de la proposición Q" desde un punto de vista semántico. Existe una relación entre $\text{Cont}(Q)$ y la clase de las negaciones de los estados de cosas contenidas en el valor de $\neg Q$, por lo que las propiedades de $\text{Cont}(Q)$ pueden ser derivadas del concepto de probabilidad de $\neg Q$.

Por otro lado, señalan los autores que no sólo es importante saber qué es la información contenida en una proposición, sino que también se debe de poder medir la cantidad de esa información. Se propone la siguiente igualdad: $\text{Cont}(Q) = \text{Prob}(\neg Q)$ y teniendo en cuenta el teorema del complemento se obtiene: $\text{Prob}(Q) = 1 - \text{Prob}(\neg Q)$, por lo que resulta, que la cantidad de información fluctúa entre 0 y 1: $0 < \text{Cont}(Q) < 1$. Si Q es tautología entonces $\text{Cont}(Q) = 0$ y si Q es contradicción, $\text{Cont}(Q) = 1$.

Posteriormente, Carnap y Bar-Hillel ofrecen una segunda noción cuantitativa de la información, la cual puede calcularse con ayuda de la siguiente igualdad:

$$\text{Infor.}(Q) = \log\left(\frac{1}{\text{Prob.}(Q)}\right) = -\log(\text{Prob.}(Q))^9.$$

Esta Teoría Semántica de la Información es muy interesante, además de que está formalizada. En ella se pueden demostrar ciertos teoremas que en su esencia convergen con la Teoría Matemática de la Información y con principios de la Lógica formal clásica.

Pero precisamente este hecho la hace alejarse de lo que "nuestro sentido común" está acostumbrado a ver como evidente. Tal vez esto no sea una desventaja sino la confirmación de su científicidad, ya que la ciencia, como se sabe, tiene como objetivo ir más allá de la explicación que da el sentido común. Quizá es más evidente que el sol gira alrededor de la tierra o que la distancia más corta entre dos puntos es una línea recta, pero la ciencia nos explica que el caso es

(9) Es interesante hacer notar la semejanza de esta fórmula con la obtenida por la Teoría Matemática de la Información.

lo contrario a lo que a primera vista se percibe como evidente. ¿Es este el caso? Parece no ser así, puesto que muchos lógicos se han preocupado, no por explicar por qué lo más evidente no es la explicación que la ciencia toma, sino en buscar que la ciencia se adecue a lo evidente¹⁰.

En el plano de la cantidad de la información se dice que una tautología no tiene información y una contradicción contiene toda la información posible. Pero esto es consecuencia de tomar como base para la Teoría Semántica de la Información a la Lógica clásica. Parece claro cuando se habla de tautologías, decir que "o el enemigo atacará al amanecer o no atacará al amanecer", es no decir nada (este enunciado es una sustitución de la ley lógica del tercero excluido), pero ya no es tan evidente decir que las contradicciones contienen toda la información¹¹.

Por ejemplo, parece obvio que una disertación doctoral contiene más información que un artículo sobre el mismo tema. Ahora bien, supongamos que en el artículo se contiene un error que lleva a una contradicción podemos decir por esto que el artículo contiene toda la información sobre el tema? ¿Un bibliotecario que quiere dar un mejor servicio tiene que recomendar ese artículo con contradicciones en lugar de la disertación?¹²

Por otro lado, la Teoría Semántica de la Información aunque sí toma en cuenta el significado de los enunciados, interpreta ese significado de una manera extensional, debido a que se basa en la Lógica clásica, es decir, el significado de las proposiciones son dos objetos abstractos: la verdad y lo falso, dejando también a un lado el sentido de esos enunciados, el contexto y la intencionalidad del sujeto. Por lo que a nuestro juicio también se pierde gran parte de la riqueza del mundo de la información.

(10) *De esta manera han surgido distintos sistemas lógicos: la Lógica relevante, la intuicionista, la nomotónica, etc.*

(11) *Incluso resulta chocante al sentido común el aceptar que si una tautología carece de información ¿por qué se le paga un salario a un profesor de Lógica que enseña tautologías? ¿se le paga aunque no esté transmitiendo información alguna?*

(12) *La respuesta a esta última pregunta es abierta, depende de lo que el usuario desee consultar. Para alguno, la contradicción no tendrá valor y deseará conocer la versión más completa y acabada del tema; para otro, será importante conocer la contradicción para encontrar otra solución, para realizar una crítica, etc.*

Si se desea determinar el sentido de los enunciados es preciso incluir al sujeto que enuncia esas proposiciones ya que el sentido de los enunciados depende de la intencionalidad del sujeto y su contexto, pero entonces nos encontramos ya en otro campo que es el de la pragmática.

ENFOQUE PRAGMATICO DE LA INFORMACION

Nosotros entendemos la información como una cualidad secundaria de los objetos, semejante a las cualidades secundarias de las que habla Locke, que es producida por los sujetos, a partir de la estructuración de propiedades presentes en esos objetos. Es decir, la información es producto de una síntesis de elementos objetivos y subjetivos, de propiedades reales de los objetos con la actividad del sujeto. Las estructuras utilizadas por el sujeto para estructurar esas propiedades objetivas se encuentran condicionadas por el desarrollo psicogenético del sujeto, por su contexto socio-histórico-cultural¹³.

Como resultado de esa estructuración, se construye un ente ideal, que se objetiviza y llega a formar el mundo de la información. Decimos que se construye, no se crea (inventa) o se descubre; esto es, no es una creación *ex nihilo*, sino que para su elaboración se toma cierta materia prima: elementos objetivos que se encuentran en las cosas, de ahí su objetividad, por lo que no es algo totalmente subjetivo; pero tampoco se descubre como un ente objetivo *per se*, porque no es algo que exista ya hecho; es necesaria la acción de un sujeto para su aparición. Un documento no tiene información de la misma manera que una bolsa contiene manzanas; el sujeto puede enfrentarse con las manzanas, sólo es necesario que busque en el lugar indicado; pero en el documento no es así, la información surge únicamente cuando el sujeto a través de ese documento llega al mundo de la información; ese paso del símbolo a la información, es una actividad que se realiza y se repite cada vez

(13) Aunque cabe aclarar que ese condicionamiento no nos conduce a un relativismo, sino que también son elementos de objetividad, porque ese sujeto comparte las circunstancias condicionantes con un grupo social, y los que son ajenos a esas condicionantes, pueden inmiscuirse en ellas al distinguirlas y comprenderlas.

que se lleva a cabo la estructuración de datos por diferentes sujetos o por el mismo sujeto, pero que cada vez da como resultado más o menos el mismo producto¹⁴. Si no se conocen las reglas de estructuración para que esos símbolos nos lleven al mundo de la información, el documento puede estar ahí enfrente de nosotros, como los jeroglíficos olmecas, y no decir nada.

El mundo de la información está "habitado", usando terminología fregeana, por el sentido de las expresiones, por los contenidos de conciencia y por las intenciones del alma, dirían los fenomenólogos y medievales; por los significados de los enunciados, por las formas lógicas del pensamiento y las relaciones entre ellas, por los postulados de significación, y por otros objetos.¹⁵

El hombre se conecta al mundo de la información a través también de objetos sensibles, pero a la Bibliotecología le interesan ciertos objetos específicos, creados especialmente para conectar al mundo de la información: los signos lingüísticos articulados.

Según nuestra opinión, lo importante en esta visión de la información, consiste en el rol del sujeto para crear y conectarse al mundo de la información; en este enfoque se salva lo que hemos venido subrayando, el contexto del sujeto, lo que Gadamer llama prejuicios para la comprensión, todo el acervo cultural, psicológico, social, etc. influyen en la dialéctica del sujeto con el mundo de la información.

¿Qué nos proporciona este enfoque de la información? Consideramos que lo esencial es el camino para el cambio de paradigma en la disciplina. Parece aventurado hablar de un ente ideal, que no existe realmente en nuestro mundo y quién sabe en donde está, pero precisamente esto nos permite abandonar una ontología de "primer nivel", donde se está acostumbrado a trabajar con objetos concretos, tangibles, individuales¹⁶. Debido a ese pobre

(14) Decimos que se produce más o menos el mismo resultado porque obviamente pueden existir casos en que la interpretación de textos nos dan versiones distintas, pero en la mayoría de los casos, el hecho de que existe la sociedad lo comprueba, se da la comunicación, esto es, hay una información compartida que todos comprenden; las señales de tránsito, las escuelas, este mismo artículo, etc. muestra que la lectura individual dará como resultado una información 'más o menos semejante'.

(15) Un análisis más detallado sobre este punto se puede encontrar en el ya mencionado trabajo: Rendón Rojas, Miguel Angel. *Op. cit.*

(16) El punto infinitamente alejado donde se cruzan la líneas paralelas tampoco existe en nuestro mundo.

nivel de abstracción, cuando el libro material, la biblioteca material deja su paso a entes más abstractos, se percibe un sentimiento de inquietud, "la materia desaparece y no nos quedan ni siquiera ecuaciones". Pero eso no sucede si nos "mudamos" a una ontología superior, donde habitan entes abstractos, ideales, generales; por supuesto éste no será el lugar para administradores de libros y técnicos.

La información como ente ideal no desaparece y es lo que se debe de tener presente. Por ejemplo ¿cual es el problema de la catalogación y clasificación? Es un problema de representación, de organización y sistematización, no de libros o de documentos o de *bits*, sino de contenidos, de información. Pueden variar los sistemas de clasificación y catalogación, pueden variar su soporte, pero siempre nos deben de conducir al mundo de la información que es el fin último.

Por otro lado, la presente visión de la información nos permiten identificar el tipo de información que requieren los usuarios, la cual no es una necesidad de información sintáctica que puede ser satisfecha por una computadora con una gran potencia en bits, sino que son necesidades de información pragmática y tienen que ser satisfechas precisamente con información pragmática¹⁷

Por último, con ayuda de este enfoque y en base a qué parte del mundo de la información se estudia, a los datos que se utilizan para conectarse a ese mundo y a la finalidad que se persigue al conectar al hombre con ese mundo, es posible diferenciar distintas disciplinas que estudian el mundo de la información.

De esta manera aparecen, las Ciencias de la comunicación que estudian cómo se conecta el hombre con ese mundo para dárselo a conocer a otros hombres; el Periodismo que se propone a partir de hechos producir información, transmitirla y crear opinión pública. Si se utilizan documentos que fueron creados primariamente no para llevarnos al mundo de la información, pero que indirectamente se pueden emplear para eso, como por ejemplo son las obras de arte o los utensilios de uso cotidiano o cultural, entonces tenemos la

(17) Si existe necesidad fisiológica de comida no hay porqué ofrecer agua para satisfacerla, tal vez servirá de algo pero no completamente, de la misma manera, si se tiene necesidad de información pragmática no hay por que ofrecer información sintáctica.

Museología, cuya finalidad es producir un sentimiento estético o un conocimiento histórico.

Pero si se trabaja con documentos, creados específicamente para transportarnos al mundo de la información, con un lenguaje lógico y articulado, entonces, tenemos la Ciencia de la información, la Archivología, y la Bibliotecología. La primera se centra en el análisis de documentos que nos conducen a una parte del mundo de la información: una información obtenida con ayuda de métodos rigurosos de análisis, y gracias a que en el mundo de la información existen relaciones entre sus elementos, puede proporcionar información que no estaba presente en los documentos iniciales, pero que es posible deducir y explicitar. La Archivología trata con ciertos documentos, producidos por un sujeto (persona u organización), que nos conducen a otra parte del mundo de la información con un carácter histórico. La Bibliotecología se ocupa de estudiar cómo ciertos documentos (libros) pueden acceder al mundo de la información a los lectores. Precisamente conocer las leyes que rigen esa comunicación de los lectores con la "noosfera" a través del fondo bibliotecario y las actividades que deben realizarse para que se dé esa relación es tarea de la Bibliotecología.

CONCLUSION

Podemos terminar nuestra exposición señalando que la fundamentación teórica de la Bibliotecología debe de tener como uno de sus pilares un concepto de información pragmática, donde la dialéctica del sujeto con el mundo que le rodea sea tomada en cuenta; de lo contrario, al subordinar al sujeto a una serie de tecnologías, muy sofisticadas y "eficientes", que en fracciones de segundo pueden combinar millones de signos, pero que siguen ofreciendo información sintáctica, nunca se logrará satisfacer la necesidad que originó la actividad bibliotecológica.

Por otro lado, esa misma información pragmática, vista en un nivel de abstracción muy elevado, nos permite alejarnos del paradigma tradicional que veía a la disciplina como algo muy concreto, técnico y rutinario, para darnos la oportunidad de trabajar con

elementos abstractos y generales, es decir, teóricos. Puede cambiar el elemento concreto que nos lleva a lo abstracto, ayer fueron las tablillas, los papiros, los pergaminos, hoy es el papel, y la electrónica, mañana será otra cosa, pero el mundo ideal de la información (unido al sujeto) será un elemento esencial en nuestra disciplina.

BIBLIOGRAFIA

- BAR-HILLEL, Y. y CARNAP, R. Semantic Information. En **Introduction to information Science**. Comp. y de. by Tekfo. Saracevic. New York & London: Browker Company, 1970. p. 18-23.
- CALVA GONZÁLEZ, Juan José. Una aproximación a lo que son las necesidades de información. En **Investigación bibliotecológica**. v. 5, n. 11, p. 33-38. México: UNAM, CUIB, 1991.
- ECO, U. **Tratado de Semiótica General**. España: Lumen, 1988.
- ESCARPIT, R. **Teoría general de la información y de la comunicación**. Barcelona: Icaria, 1981.
- KUHN, T. **La estructura de las revoluciones científicas**. México: FCE, 1971.
- Lafuente López, Ramiro y Estela Morales Campos. Reflexiones en torno a la enseñanza de la bibliotecología. En **Investigación bibliotecológica**. v. 6, n. 12, p. 25-33. México: UNAM, CUIB, 1992.
- LENIN, Vladimir Ilitch. **Materialismo y empiriocriticismo**. Obras completas. T. 18, Moscú: Progreso.
- MORRIS, Charles. **Fundamentos de la teoría de los signos**. Barcelona, México: Paidós, 1985.
- RAPAPORT, A. What is Information? En **Introduction to information Science**. Comp. y by Tekfo Saracevic. New York & London: Comp. y ed. by Browker Company, 1970. pp. 5-12.
- RENDÓN ROJAS, Miguel Angel. La información como ente ideal objetivizado. En **Investigación bibliotecológica**. v. 9, n. 18, p. 17-24. México: UNAM, CUIB, 1995.

- RENDÓN ROJAS, Miguel Angel. Las tareas de la fundamentación de la Bibliotecología. En **Investigación bibliotecológica**. v. 8, n. 17, p. 4-9. México: UNAM, CUIB, 1994.
- SAHNNON, C. E. y W. Weaver. **The Mathematical Theory of Communication**. Urbana: University press, 1962.
- SETIÉN QUEZADA, Emilio y Salvador Gorbea Portal, De la bibliotecología al sistema de conocimientos científicos bibliológico-informativo. En **Investigación bibliotecológica**. v. 8, n. 16, p. 21-25. México: UNAM, CUIB, 1994.

RESUMEN

Utilizando un enfoque semiótico, se distinguen la información sintáctica, la información semántica y la información pragmática. Esta última, donde está implicado el sujeto, con su intencionalidad y su contexto, es la que puede actuar como eje rector para abordar el análisis epistemológico de la Bibliotecología.

ABSTRACT

The author makes distinctions among syntax, semantics and pragmatics, the last being the one that most satisfies the relation between the subject and its context.

Key words: Semantic Information; syntax; Epistemology; Librarianship; Pragmatics.

SUBJETIVIDADE E INTERDISCIPLINARIDADE NA BIBLIOTECONOMIA

Anna Maria Marques CINTRA
ECA-USP

RESUMO

Discute o texto de Rendón Rójas "Hacia un nuevo paradigma en Bibliotecologia", publicado nesta mesma revista, com destaque para o tema da subjetividade e interdisciplinaridade.

Palavras-chave: Subjetividade na Teoria da Ciência; Interdisciplinaridade; Biblioteconomia.

Normalmente, não é evidente a ação individual para a mudança de paradigma, pois trata-se de procedimento coletivo que se identifica mais com o viver que com o analisar. A análise, quando ocorre, se dá após alguns acontecimentos que sinalizam as novas direções da realidade.

Como salienta Sousa Santos (1987), há momentos em que o indivíduo tem uma sensação de estar perdendo algo, mas não sabe muito bem o que, de fato, está perdendo. É o que o autor chama de "perda da confiança epistemológica".

Na Biblioteconomia, como nas áreas em geral, vivemos essa sensação nesse limiar do terceiro milênio. Vivemos num tempo complexo de transição, marcado pela ambigüidade de acontecimentos síncronos que estão além e aquém deles. Percebemos que algo

vem mudando, mas estamos envoltos numa procura incerta, em meio à provável ruptura de paradigmas até há pouco aceitos como intocáveis.

É nesse contexto que o pensamento pragmático se evidencia, pois, como alerta Rojas (1996), é preciso que "a dialéctica del sujeto con el mundo que le rodea sea tomada en cuenta".

Essa nova maneira de ver a área provoca alterações significativas nos seus planos teóricos e práticos. Neste estudo, selecionamos dois aspectos suscitados pela leitura de Rojas: a subjetividade e a interdisciplinaridade como componentes dessa nova ordem que se esboça ou prenuncia.

A subjetividade em Biblioteconomia foi sempre rejeitada, pois, por um lado, tomava-se como tarefa primordial do especialista encontrar parâmetros universais para o tratamento, guarda e recuperação de informações, sem interferência da sua própria subjetividade, da consideração do Ser do usuário, e, por vezes, do contexto. Por outro lado, sendo uma área destinada a tratar o conhecimento abrangente da sociedade, facilmente foi tomada como área interdisciplinar, correndo dois riscos: o da inadequação conceitual desse termo e o da perda de seu próprio objeto.

SUBJETIVIDADE

De maneira geral, a forte presença da subjetividade na ciência leva o pesquisador de hoje a se ocupar mais com o possível e o impossível, do que com o verdadeiro e o falso. Mas, em que pese essa presença, a ponto de haver quem prognostique que, no próximo século, o polo catalisador da ciência em geral, será o das Ciências Humanas (Cf. Boaventura, 1987), ainda se toma como não científico um tipo de trabalho que tenha grande interferência da subjetividade.

Onde, propriamente, estaria a diferença entre objetividade e subjetividade? Tudo indica que enquanto a objetividade se atrela à comprovação pelo intelecto, pelo raciocínio ou pela prova dos sentidos, a subjetividade liga-se ao processo avaliativo de um sujeito.

Mas, numa abordagem pragmática, a oposição objetividade/subjetividade pode colocar o pesquisador diante de uma falsa oposição entre observar, avaliar e refletir. Poder-se-ia supor que a

observação pudesse se dar objetivamente, enquanto a avaliação e a reflexão, necessariamente, estariam comprometidas com a subjetividade. Na prática, a observação corresponde a uma leitura de um dado objetivo, feita por um sujeito.

Sabe-se que a leitura que o sujeito faz de um objeto é que lhe atribui sentido. Portanto, a observação, por mais controlada que seja, está sempre comprometida com os valores, com a bagagem de conhecimentos, com a finalidade do ato de ler daquele que "lê", ou observa. E a subjetividade, embora possa ser controlada, jamais será eliminada, seja da observação, seja da avaliação, seja da reflexão.

Na Biblioteconomia, como de resto em qualquer área, um dado objeto concreto pode ser visto ou tocado por um sujeito cuja visão perceptual, ou cuja experiência perceptual não se confunde com o objeto em si. Elas dependem do grau de apreensão do sujeito, num dado momento, numa dada situação, pois trata-se de um ato seletivo de passar a apreensão para a consciência, a partir da experiência.

Afirma Martins (1981, p. 25) que "Toda percepção de uma coisa tem sempre uma zona 'de generalidade, de intuição', um panorama que permite atenção.

Esta zona de generalidades é uma experiência consciente, é a possibilidade de gerar consciência de alguma coisa - consciência de tudo aquilo que tem uma possibilidade co-perceptiva." A percepção é, pois, uma tomada de consciência e, segundo o autor, ao tomar consciência, ao perceber, o ser humano está num estado de Ego acordado.

No mesmo nível do estado de consciência parece estar a compreensão que, enquanto estado básico do Ser, não se refere simplesmente ao estar habituado a fazer ou a dirigir alguma coisa, a ser competente para algo.

A compreensão refere-se à potencialidade de Ser e de conhecer aquilo de que se é capaz. Este saber do que é capaz não resulta de uma autopercepção, apenas imanente, mas resulta de um estado de consciência, de uma consciência presente.

E na compreensão está sempre implícita uma possibilidade de interpretação, uma possibilidade de apropriação e de apreen-

são daquilo que foi compreendido, portanto, presentifica-se um traço de subjetividade.

Assim, o ato de compreender não constitui apenas um ato racional; ao contrário, talvez, esteja mais dirigido para o emocional, para o estado-de-consciência, ou "estado-de-preocupação-atentiva do Ser".

Quando o cientista descobre uma lei, um princípio que rege determinado acontecimento, ele está atuando com o pensamento racional e objetivo. No entanto, quando ele compreende um dado fenômeno, ele chega a uma síntese que é só dele.

Portanto, qualquer objeto, mesmo aquele do universo do bibliotecário, está sujeito a mudanças de percepção, decorrentes das possibilidades de mudanças e de transformações na consciência, graças à seletividade, à prioridade que o indivíduo estabelece para ver. A compreensão se dá na concretude do homem, não na sua racionalidade.

A Biblioteconomia, como todas as áreas, passou pela influência da concepção cartesiana, segundo a qual o conhecimento se faria pelas vias da consciência, do raciocínio.

No final do século XVIII, com a valorização da busca do conhecimento científico através dos sentidos, houve alguma mudança que caminhou, para o século XIX, na direção da observação, priorizada pelos positivistas e levada a extremos pelos empiristas lógicos. No século XX, a demonstração alia-se à probabilidade, ao que é estatisticamente provável. Nesse contexto, busca-se anular a subjetividade do cientista, em nome da objetividade da ciência, do rigor metodológico.

Esse tipo de conhecimento adequou-se bem às ciências naturais, mas depois passou para as ciências sociais e psíquicas, com grande utilização da estatística. E a Biblioteconomia não passou isenta dessas tendências que, ainda hoje, interferem em trabalhos de especialistas, quando tentam assumir novos olhares científicos, que articulem as dificuldades do momento geradas pelas ambigüidades da transição, com as maneiras de pensar geradas pelas novas tecnologias da informação.

Como reflexo deste novo tempo, tem havido forte valorização das pesquisas qualitativas, ou seja das pesquisas que levam em conta o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento. Neste tipo de pesquisa, os dados coletados são, predominantemente, descritivos e a preocupação com o processo suplanta aquela com o produto. Neste tipo de investigação, admite-se que o significado que as pessoas dão às coisas, à sua vida, devam ser os focos de atenção do pesquisador. Isso, naturalmente, leva a considerar a relação objetividade/subjetividade de forma nova.

Na Biblioteconomia ganha força a pesquisa com o usuário e com o contexto onde se dá a informação. É a presença do sujeito, sinalizando alterações em que a subjetividade é apenas controlada, em que o ser humano tem seu comportamento influenciado pelo contexto no qual se situa, tornando-se quase impossível entender o comportamento humano e a informação sem entender o quadro referencial dentro do qual os indivíduos vivem.

A ambigüidade de acontecimentos síncronos aponta para o desafio de abordagens qualitativas, pois ao lado de qualidades pessoais que se acerbam da subjetividade, impõe-se um arcabouço teórico sólido, capaz de sustentar a compreensão e a interpretação de dados.

Assim, com o primado dos métodos qualitativos, vive-se, atualmente, forte tendência de rejeição à estatística como método único para se atingir o conhecimento científico, especialmente nas ciências humanas.

Entende-se que não cabe à ciência descobrir algo, mas construir o conhecimento humano, a partir da sistematização de fatos que não ocorrem de forma isolada na natureza, na sociedade, no homem.

O especialista, por sua vez, não se coloca como um sujeito acima e à parte do contexto histórico cultural. Pelo contrário, ele partilha, com outros indivíduos, valores que organizam paradigmas norteadores de sua atividade científica. Esses paradigmas são responsáveis pela sua forma de ver, de sentir e de viver em sua área. E seu fazer científico se opera, fundamentalmente, pela linguagem

verbal, daí a preocupação com o discurso da ciência, discurso que, por se fazer com a linguagem vem, naturalmente, eivado de subjetividade.

Já se disse que toda teoria se constrói com enunciados universais, com enunciados que ultrapassam as limitações do espaço e do tempo. Seria o caso de perguntar se a ciência que se faz atual, numa abordagem qualitativa, estaria privada da verdadeira teoria.

Para Popper (1972), as teorias destinam-se a racionalizar, explicar e dominar o universo, capturando traços existentes no próprio universo.

Nesta perspectiva logocêntrica, a teoria é constituída por leis, que são enunciados sintéticos universais, suscetíveis de serem submetidos a comprovação. Assim cabe ao cientista encontrar teorias explicativas, o que significa dizer, teorias capazes de, através de suas premissas, levar à dedução de predições.

Essa concepção tomava o sistema científico como constituído de teorias e leis capazes de, através da linguagem, representar os fatos de forma completamente objetiva.

Assinalando a forte relação entre linguagem e fenômenos empíricos, presentes na nossa sociedade, Feyerabend (1977) alerta para o fato de que elas também estão comprometidas com diferentes ideologias.

Não há como negar que a interpretação dos fatos e dos dados de pesquisa passam sempre pela linguagem e que a transformação de enigma em conhecimento se dê pela linguagem. Também o próprio objeto científico se constrói pela linguagem, enquanto representação do real.

Essa relação intrínseca da ciência com a linguagem, vista do ângulo da Biblioteconomia, mostra que já não é mais possível ignorar nem o sujeito, nem o comprometimento das linguagens documentárias com valores ideológicos. Cabe ao especialista a consciência de que as atividades biblioteconômicas se processem sob controle da subjetividade, não sob sua ausência.

INTERDISCIPLINARIDADE

O segundo tema que nos trouxe como sugestão o trabalho de Rojas foi a interdisciplinaridade que, embora não explícita, está presente na gama de disciplinas que compõem o universo da informação.

Na sociedade contemporânea, o termo interdisciplinaridade tem sido encontrado com acepções muito distintas. À sua falta de clareza conceitual, junta-se uma utilização carregada de modismo, que, na maior parte das vezes, mascara a precariedade de conhecimentos específicos.

Em Biblioteconomia está muito presente a concepção de que a área se constitui interdisciplinarmente, em função da articulação do conhecimento de diferentes disciplinas, na composição de sua especificidade. Assim, freqüentemente são mencionadas como disciplinas auxiliares: a lógica, a lingüística, a teoria da comunicação, a informática etc.

Mas é bom observar que, como nas demais áreas das Ciências Sociais, na Biblioteconomia também se faz presente a perda de fronteiras rígidas entre disciplinas. Seria isso a interdisciplinaridade?

É, pois, no plano da constituição das áreas que se situa, a nosso ver, o primeiro questionamento sobre a interdisciplinaridade. É possível haver uma ciência ou uma área interdisciplinar, ou antes, a interdisciplinaridade pode ser tomada como elemento constitutivo de uma ciência ou uma área?

Naturalmente, para que aceitássemos a existência de ciências interdisciplinares, seria fundamental conhecermos ciências inteiramente autônomas, isto é, ciências cuja constituição não se relacionassem com nenhuma outra.

Pensando na Física, por exemplo, cujo caráter científico parece universalmente incontestável, vemos que ela se faz com um núcleo "duro" que lhe é particular e com um complemento de outras áreas como a matemática, a química, a biologia etc.

Se, na prática, as ciências se interrelacionam de alguma maneira e se constituem ciência a partir de um núcleo específico, fica muito difícil falar em ciência interdisciplinar, em área interdisciplinar.

Talvez fosse mais adequado dizer que as ciências têm algum tipo de relação umas com as outras, por força de recortes que, ao longo dos tempos, são feitos sobre a realidade física e social, no sentido de melhor conhecer o todo e mesmo as partes.

Neste sentido, parece necessária uma reflexão sobre o núcleo da Biblioteconomia, para que seja possível identificar sua especificidade.

Qual seria o núcleo desta área? Como afirma Rojas, "La Bibliotecología se ocupa de estudiar como ciertos documentos (libros) pueden acceder al mundo de la información a los lectores. Precisamente conocer las leyes que rigen esa comunicación de los lectores con la 'noosfera' a través del fondo bibliotecario y las actividades que deben realizarse para que se dé esa relación es tarea de la Bibliotecología." Seriam constitutivos do núcleo, a teoria da classificação, os estudos de usuários, a análise documentária?

É exatamente na interface documentos/leitores que se mostram presentes recortes de algumas áreas, na organização do universo de conhecimento da Biblioteconomia. Entre essas áreas destacam-se": ciências da comunicação, lingüística, lógica, psicologia social.

Neste período de transição que dá a sensação de "perda da confiança epistemológica", talvez não possamos fazer uma reflexão sobre a interdisciplinaridade, sem lançar mão de avanços que este tipo de estudo já conseguiu em outras áreas.

Assim, escolhemos a educação como ponto de partida, cientes de que a mudança de paradigma que se esboça, vem afetando sobremaneira a atividade educacional, provocando estudiosos para a discussão que permeia uma prática complexa, na qual se pode falar em atuação interdisciplinar, em procedimento interdisciplinar, pois a interdisciplinaridade se faz na prática, através, fundamentalmente, da linguagem que promove o intercâmbio, a parceria, o diálogo entre pessoas de diferentes áreas, tendo em vista identificar o âmbito do trabalho do educador e ampliar o campo de conhecimento do aprendiz.

Sem a pretensão de fazer um retrospecto histórico, podemos dizer que a revolução socrática modificou a concepção voltada

para a tradição, na medida em que instaurou a supremacia da reflexão com o "conhece-te a ti mesmo", condição necessária para que se possa conhecer a totalidade.

Mas foi com Descartes, no 'século XVIII que houve a valorização da racionalidade com o "Penso, logo existo", concepção da qual a alta especialização da modernidade parece ser tributária.

De fato, o cartesianismo se funda na lógica formal, na objetividade que defende o fracionamento de um objeto, de uma disciplina, para que o olhar se projete sobre partes cada vez menores, com o afastamento deliberado do sentimento.

Parece claro que foi a alta especialização da ciência na idade contemporânea a responsável pela grande fragmentação das disciplinas científicas que, se por um lado trouxeram como benefício o conhecimento cada vez mais particular e profundo sobre objetos, por outro, provocaram certo isolamento do homem, a perda de sua totalidade como ser.

A década de 70 corresponde ao período da construção epistemológica da interdisciplinaridade. De fato, nesta época se explicita o próprio termo cujo pressuposto mobilizador foi a totalidade. Gusdorf, em 1961 pretendeu, através de um projeto apresentado à UNESCO, orientar as Ciências Humanas para a convergência, já prevendo uma diminuição de distância entre elas.

Interdisciplinaridade, então, passou a ser vista como resultado da interação entre disciplinas. Em sentido lato, essa interação pode ir da simples comunicação de idéias, à integração mútua dos conceitos. Essa integração pode, então, se processar no campo epistemológico, terminológico, metodológico. Na prática, um grupo interdisciplinar se compõe de pessoas com diferentes formações, portanto de diferentes disciplinas, com seus conceitos, métodos, dados e linguagens reunidas com um só objetivo de trabalho.

Essa concepção de interdisciplinaridade nasceu, naturalmente, da crise da fragmentação do saber e se constitui num procedimento que visa à superação dessa crise, através da busca da unidade de uma área, da unidade do homem, da unidade do universo.

Neste sentido, a interdisciplinaridade não busca, simplesmente, a fusão de conhecimentos, de sorte a anular a especificidade das áreas fundidas.

A interdisciplinaridade busca, sim, um tipo de reação entre disciplinas/conhecimentos que leve ao entendimento, daí a importância da linguagem, veículo primacial para o diálogo, para a parceria.

Desta forma, a interdisciplinaridade pressupõe o conhecimento aprofundado de cada uma das disciplinas participantes, para que se chegue à construção do todo. De alguma maneira pode-se dizer que o pensamento interdisciplinar recupera um pouco do ideal socrático do "conhece-te a ti mesmo", pressuposto para o conhecimento do todo, para parcerias eficazes, para o diálogo capaz de fazer crescer o conhecimento dos que integram o processo dialógico.

Parece ser consensual que a vida humana seja marcada por contradições. E neste universo contraditório, a alta especialização poderá ter sido responsável não só pelo fracionamento do saber, como por certa morosidade no atendimento a muitas das necessidades do homem, já que não havia preocupação em somar e sim em dividir para aprofundar.

A interdisciplinaridade se coloca, pois, como meio para superação do individualismo, seja no desenvolvimento científico, seja no desenvolvimento técnico, seja mesmo no ensino.

É tal a complexidade de conhecimentos hoje disponíveis, que a sociedade, seguramente, se beneficia com um trabalho de soma, de parceria, de diálogo entre cientistas. A interdisciplinaridade, portanto, se apresenta na sociedade atual como uma proposta de procedimento que busca levar os homens, através do trabalho em parceria, a dividirem suas dúvidas, suas angústias, suas descobertas, em benefício de um todo.

Em última análise, a interdisciplinaridade busca recompor o próprio sentido da vida, daí dizermos que ela se constitui, antes, num procedimento que se adequa às condições do final do século XX, em que os estudos científicos apontam para uma epistemologia em que razão e emoção possam se harmonizar.

No Prefácio do livro de Japiassu, G. Gusdorf assim se expressou: "A exigência interdisciplinar impõe a cada especialista

que transcenda sua própria especialidade, tomando consciência de seus próprios limites, para acolher as contribuições das outras disciplinas. Uma epistemologia da complementaridade, ou melhor da convergência, deve, pois, substituir a da dissociação" (p.26).

Vale insistir que, na concepção interdisciplinar, não basta a mera troca de informações entre disciplinas, pois a interação pressupõe comunicação efetiva, comunicação que produza transformações no interior de cada disciplina cooperante.

Na década de 80, estudos sobre interdisciplinaridade explicitaram seu caráter de categoria de ação, desfazendo a concepção de categoria de conhecimento. Alguns pressupostos são também tornados claros por essa época: o procedimento interdisciplinar conta com a flexibilidade e o desenvolvimento próprio de cada uma das disciplinas do conjunto.

Em meio à discussão conceitual sobre interdisciplinaridade, um aspecto é claro: sendo uma categoria de ação que pressupõe a parceria, o diálogo, torna-se impossível admitir qualquer postura autoritária, porque destruidora da articulação, da troca, do questionamento, da busca da interação.

Assumindo a interdisciplinaridade como categoria de ação, acreditamos que, na nova ordem que se prenuncia na Biblioteconomia, faz-se mister retomar a análise de seu núcleo específico.

É preciso que o especialista se reconheça incompleto, mas especialista na sua área, para que possa interagir com outros especialistas na construção "coletiva" do conhecimento. E a construção coletiva só se viabiliza quando há projetos pessoais que possam ser somados, quando há, entre teorias, pontos efetivamente convergentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, C. A. B. de. **O Diálogo como fundamento interdisciplinar para o ensino de língua portuguesa**. Dissertação de Mestrado, PUC/SP, 1996.
- CORACINI, M. J. **Um fazer persuasivo**. Campinas/São Paulo: Pontes/EDUC, 1991.

- FEYERABEND, P. **Contra o método**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- LÜDKE, Menga & ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- MARTINS, J. Prefácio. In: Silva, E. T. da. **O ato de ler**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1981.
- POPPER, K. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1972.

ABSTRACT

A discussion is carried out concerning the text by Rendón Rójas "Hacia um nuevo paradigma en Bibliotecología" where subjectivity and interdisciplinarity were themes found relevant.

Key words: Subjectivity; Interdisciplinarity; Library science.

COMENTÁRIOS AO ARTIGO "HACIA UN NUEVO PARADIGMA EN BIBLIOTECOLOGIA"

María Nélica González de GÓMEZ
IBICT/UFRJ

RESUMO

Discute o texto "Hacia un nuevo paradigma en Bibliotecologia" de Miguel Angel Rendón Rójas publicado nesta mesma revista onde a autora reconhece a relevância da pragmática para os estudos de informação, na vertente habermasiana.

Palavras-chave: Pragmática; Teoria da ação comunicativa; Filosofia da linguagem; Informação e linguagem.

El trabajo de Miguel Angel Rendón Rojas me ofrece una doble oportunidad de diálogo: por el mútuo reconocimiento de la relevancia de la pragmática para los estudios de la información, y por permitirme el ejercicio de mi lengua materna, cuyo uso académico fué postergado debido a mis actividades actuales (y durante los últimos 18 años) dedicadas a la investigación y enseñanza en el Brasil.

Si muchas son las novedades y las coincidencias que encontramos en el pensamiento del autor, queremos levantar algunas alternativas com respecto a momentos puntuales de su argumentación, entendiendo estos comentarios como dirigidos a alimentar un proceso de interlocución, y no una crítica metadiscursiva.

Concordamos totalmente com sus afirmaciones acerca de una **teoria sintática** y una **teoria semántica** de la información,

teorías que no solamente presenta de manera rigurosa y económica, sino que las aclara en sus premisas más profundas, convirtiéndolas en testimonios eficaces de su propia interpretación.

La Teoría Matemática de la Información quedaría así incluida en el momento de interpretación sintáctica de los fenómenos y procesos de información, y al mismo tiempo, el plano sintático de definición y análisis de la información marcaría el límite de la intervención maquina: "En efecto, lo único que hace la máquina es "jugar", manipular, combinar los signos que tiene a su disposición de acuerdo a ciertas reglas que se le han dado."

La teoría semántica de la información, que tiene en Bar Hillel y Carnap sus principales exponentes, tiene como punto de partida la semántica formal o la también llamada "semántica de la verdad" que rompe con las teorías clásicas de la referencia (para cada nombre, un referente), y establece que el significado de una sentencia está determinado por sus condiciones de verdad.

"...la Teoría semántica de la Información aunque sí toma en cuenta el significado de los enunciados, interpreta ese significado de una manera extensional, debido a que se basa en la Lógica clásica, es decir, el significado de las proposiciones son dos objetos abstractos: la verdad y lo falso, dejando a un lado el sentido de esos enunciados, el contexto y la intencionalidad del sujeto."

Esa identificación de la comprensión de la sentencia con la verdad de la sentencia, implica que los límites de aplicación de la semántica lógica es la **función representativa** del discurso. Una teoría de la información basada en la semántica formal tendría luego como dominio el universo del discurso demarcado por la lógica proposicional, y los casos de sustitución de las "funciones proposicionales" por proposiciones asertivas.

La Pragmática, luego, tendría que darnos elementos para superar los límites, simplificaciones y exclusiones de las Teorías Sintáctica y Semántica de la Información.

Para Habermas, autor de la Teoría de la Acción Comunicativa, sería necesario no suprimir, mas generalizar criterios de validación más allá de las proposiciones asertivas, colocándose las

condiciones de validación no en el plano de la semántica de las sentencias, mas en el plano de una pragmática de la enunciación: comprendemos un acto discursivo cuando sabemos que lo hace **aceptable** (Habermas, 1983, p. 299). Y esa contextualización normativa es la que constituye, como una especie de **contrato comunicacional**, una forma socializada de intersubjetividad. Pero no seguiremos ahora el camino de la exposición de las diferentes interpretaciones que, sobre el horizonte del "giro lingüístico", actualizan las cuestiones del significado.

Tratemos primero de comprender cuales son los problemas, cuales las preguntas que, nacidos en el dominio de los estudios de la información, buscan respuesta en los estudios filosóficos, semióticos y lingüísticos de la Pragmática.

Ranganathan, como resultado de sus reflexiones como Director de la Biblioteca de Madras, en la India, establecía ya que el objeto de estudio de la Bibliotecología no era el documento en su materialidad, mas la relación entre el plano ideacional e el plano material de los registros del pensamiento verbalizado. Sus teorías fueron expuestas en sus muchos trabajos, uno de ellos, los "Prolegomena" (su primera versión data de 1937). El universo de las ideas al que nos remite sería, sin embargo, antes un Universo Ideal de contenidos inteligibles que el resultado de una construcción histórica y situada de las prácticas de información.

A partir de la década del 80, los estudios de la información se plantean el problema de la relación significado-información, pero con objetivos diversos: mejorar los sistemas de recuperación de información y las formas de representación del conocimiento; incorporar la variable cultural en la programación de acciones locales e internacionales de transferencia de información, y finalmente, hacer frente a las condiciones de interface entre las máquinas y los textos, entre códigos binarios y palabras, incluyéndose en esta línea desde el procesamiento automático de la lengua hasta las formas más sofisticadas de los "sistemas especialistas" y la inteligencia artificial.

Autores como Brenda Dervin (1983) y Bernard Frohmann (1983) retoman la cuestión del significado, remitiendonos la primera a una interpretación entre constructivista e fenomenológica de la "producción de sentido", y el segundo, incorporando la teoría de los

juegos de lenguaje de Wittgenstein (1988), inicialmente como propuesta de renovación de la semántica antes que de su superación por una teoría independiente y sumativa.

Para Frohmann, la relación semántica entre conceptos no es establecida **a priori**, como en un diccionario, sino que es dependiente de los contextos práctico-discursivos en los cuales se constituye la relación. Lo que junta, agrega y separa conceptos, textos, saberes, son las prácticas compartidas por sujetos sociales localizados en el tiempo y en el espacio. Frohmann, nos parece, limita sus hachazos al mantener como objetivo principal de los estudios de la información a la recuperación de la información, en la perspectiva del Servicio o del Sistema de Información.

En la década del 90, el **Cognitivismo** sustituye la cuestión de la información como "estructuras de significado", por la cuestión de las "estructuras cognitivas" y de los procedimientos del conocer, buscando elaborar modelos operacionales e inferenciales a partir de una generalización de regularidades psicológicas y también neurobiológicas del sujeto conocedor y su comportamiento.

Teniendo en cuenta aquella trayectoria, consideramos que Rendón Rojas nos señala uno de los temas en torno del cual, como una divisoria de aguas, podrían estructurarse las orientaciones actuales de la investigación:

"Si no se conocen **las reglas** de estructuración para que esos símbolos nos lleven al mundo de la información, el documento puede estar ahí enfrente de nosotros, como los jeroglíficos Olmecas, y no decir nada".

El concepto de **regla**, cualquiera sea su definición, se contrapone al concepto de **ley**, sea en el dominio de los fenómenos de la lengua o de los fenómenos y procesos de información.

Las leyes son regularidades que independen del contexto, de la aceptación o no de las personas; que no dependen de contratos o convenciones y son independientes de cualquier juicio de relevancia para ser formuladas. De fato lo que Chomsky denomina reglas de producción del habla serían en la verdad leyes.

Las reglas son instrumentos o símbolos más semejantes a las señales de tránsito que a las ideas platónicas. Esta sería la

concepción de Wittgenstein, comentado por Parret (1988): "Una regla no es un artículo de exactitud lógica, es un proceso simbólico en un contexto específico, un instrumental a causar inter(acción)".

Las reglas no son representaciones mentales, son prácticas sociales, y los criterios acerca del seguir o no una regla deberan ser de caracter público o colectivo y no privado.

"Por eso seguir una regla es una praxis. Y creer estar siguiendo la regla no es lo mismo que seguir la regla. Y por eso no se puede seguir la regla "privatim", porque entonces creer que estamos siguiendo la regla seria lo mismo que seguir la regla" (Wittgenstein, 1988, parág. 200) .

"No puede ser que una regla tenga sido seguida una única vez por un único hombre. (...) Seguir una regla, hacer una comunicación, dar una orden, jugar una partida de ajedrez, son costumbres (usos, instituciones)." (Wittgenstein, 1988, parág. 199)

Las reglas organizan la experiencia práctico-discursiva, generando regularidades que se constituyen sobre el contrato local de los participantes de una relación intersubjetiva mediada por la lenguaje.

Conforme esta definición, podríamos llamarlas **normas**, como forma específica de las reglas.

"La palabra "acuerdo" y la palabra "regla" estan relacionadas una a la otra, son "parientes". Si yo enseño a alguien el uso de una de esas palabras, él aprenderá también el uso de la otra." (Wittgenstein, 1988, parág. 244)

Los juegos de lenguaje son la denominación de esas maneras plurales, heterológicas, en que las prácticas colectivas "entretejen" las palabras y las cosas, lo viejo y lo nuevo, las experiencias y las expectativas.

Y es la vivencia colectiva, como "factum", la que estabiliza la pluralidad sin relativismo, la que crea la propia posibilidad del jugar (conforme los **reglamentos** del juego, que son la condición de todo juego posible).

“La expresión juego de lenguaje debe aquí realzar el hecho de que hablar una lengua es una parte de una actividad o de una **forma de vida**” (Wittgenstein, 1988, parág.23).

Por eso los “juegos de lenguaje” pueden expresar muchas formas de vida, sin que por un lado haya alguna forma de vida o de lenguaje que sintetice las otras, que hable por las otras, y sin que, por el contrario, ellas sean incomensurables: lo que las entrelaza no son, en fin, los **a priori** de una máquina lógica natural y genérica, mas la comunidad de las posibilidades de acción bajo las condiciones de la intersubjetividad comunicativa.

“Mas quantas espécies de proposiciones existen? Tal vez las afirmativas, las interrogativas y las ordenes? Hay un número incontable de especies: incontables especies diferentes de aplicación de aquello que llamamos “símbolos”, “palabras”, “proposiciones” . Y esta multiplicidad no es nada de fijo, dado de una vez por todas; mas bien, nuevos tipos de lenguaje, novos juegos de lenguaje, como podriamos decir, surgen y otros envejecen y son olvidados” (Wittgenstein, 1988, parág. 23).

Habermas destaca la potencialidade de la teoria de los actos de habla: al diferenciar el acto de enunciar (ilocucionário) del contenido enunciado (locucionario), permite multiples combinaciones del **decir con lo que es dicho** en el acto de hablar. Podriamos así reconstruir una diversidad de figuras pragmáticas de acuerdo con los contextos institucionales del acto de enunciar (contexto jurídico, escolar, de la esfera de la salud o de los negocios), o de acuerdo con las variaciones formales del hablar (interrogar, dar órdenes, afirmar o negar). El propio Habermas, al colocar la validación como condición de la aceptación de una oferta discursiva, termina por elaborar una pragmática universal formal y trascendental, orientada a la reconstrucción de un campo metadiscursivo donde los hombres pueden organizar sus juegos de lenguaje, sus conflictos, sus mecanismos de traducción.

Wittgenstein, seguirá el camino de la multiplicidad: los significados comunes no son ni el espejo del mundo, ni la reproducción de un “espíritu objetivo” de esencias culturales, ni el resultado de un a priori normativo; palabras y conceptos participan del sentido,

manteniendo entre si relaciones complejas y nunca "suturadas" en una figura final de un universo de significados.

"No consigo caracterizar mejor estas semejanzas que con la expresión "semejanzas de familia"; porque las diversas semejanzas entre los miembros de una familia, constitución, trazos del rostro, color de los ojos, manera de caminar, temperamento, etc., se sobreponen y se entrecruzan de la misma manera." (Wittgenstein, 1988, parág.57).

Tenemos, así, dos orientaciones principales que, colocadas en el dominio de la lenguaje, son perfectamente aplicables en los dominios de la información: una, definida por la referencia a leyes o a generalizaciones empíricas, buscando lo invariable en los fenómenos y procesos de información, otra, remitiendonos a las prácticas sociales, sus contextos normativos y sus procesos de singularización, buscando mas bien comprender las variaciones, la posibilidad de la diferencia en un mundo cada vez mas definido por la homologación tecnológica de toda y cualquier una de las construcciones discursivas.

En otros escenarios, como los estudios filosóficos de la ciencia, la cuestión reaparece en la contraposición de las afirmaciones sobre la **comensurabilidad** o **incomensurabilidad** entre las teorías y, en fin, con respecto a la "traductibilidad" de los diferentes discursos sociales.

En referencia a los discursos, Rorty afirma que no es que no existan en la esfera del discurso regularidades a la manera de las leyes, mas ellas son de una orden muy baja en relación a las complejidades que caracterizan las formas socio-culturales de producción discursiva. Por ejemplo, la contaje estadística de ocurrencias de palabras permitiría establecer regularidades en el uso de la lenguaje, pero las generalizaciones de ahí resultantes, no servirían para hacer previsiones sobre los usos discursivos en contextos específicos y por comunidades diferenciadas.

Merleau Ponty decía que la literatura francesa no estaba contenida en la lengua francesa. Estaría, sin embargo, la información contenida en la literatura?

Pues bien, nosotros pensamos que la Pragmática nos ofrece un camino para aprehender los fenómenos y procesos de

información, como procesos sociales, cognitivos y comunicacionales, donde la práctica y acción de información (el informar, informar-se y el ser informado), construyen la información y establecen nuevas redes relacionales de semejanzas y diferencias, (asi como el documentar precede la construcción y conceptualización de lo que será un documento). Y todo esto, porque el enfoque pragmático permite superar un límite que era "trasladado" de la lógica y de la lingüística a los estudios de la información: tener como unidad de análisis el enunciado o la proposición, y no los textos, los discursos, la conversación, los juegos de lenguaje (Gomez, 1993).

En los estudios actuales de la pragmática, destacamos otros aspectos relevantes para nuestro campo de estudio: a) la elaboración y el desdoblamiento del concepto de **contexto**, tal como los contextos situacionales y accionales; b) la doble relación entre el hablar y el hacer (el hacer hablando y el hablar haciendo); c) el carácter **productivo** del uso de la lenguaje; d) la introducción de la subjetividad y de los procesos de singularización que sobredeterminan los modelos racionales universalizadores de la generación y uso de la información.

Por todo eso, concordamos de nuevo con Miguel Angel cuando nos presenta como uno de los pilares de la Bibliotecología y de la Ciencia de la información a la **información pragmática**: "donde la dialéctica del sujeto con el mundo que le rodea sea tomada en cuenta..."

Aquí, sin embargo, comenzamos a sentir algunas diferencias. Nosotros nos referimos muchas veces a la **lectura pragmática de la información**, como nueva manera de mirar los fenomenos y procesos de información, colocando entonces el acento en los procesos y no en los productos. Tal vez, al considerar la **información pragmática** como algo que se constituye y queda constituido de una vez por todas, de modo que las prácticas de construcción convienen al discurso y a una genealogia de la información pero no a la información en todos sus desdoblamientos y fases, seamos llevados a colocar mas énfasis en el producto: el registro, el documento.

En el pasaje del símbolo a la información aconteció, nos parece, una pasaje del universo wittgensteano a un universo

poppereano, con su teoría del conocimiento sin sujeto o del conocimiento objetivo.

Nos dice el autor:

"El mundo de la información está habitado, usando terminología fregeana, por el sentido de las expresiones, por los contenidos de conciencia y por las interacciones del alma, dirían los fenomenólogos y los medievales; por los significados de los enunciados, por las formas lógicas del pensamiento y las relaciones entre ellos, por los postulados de significación y por otros objetos."

La autonomía del mundo de la información, cuya demarcación es próxima de la demarcación del Mundo Objetivo de Popper (1975) y de la utilización que de él hace Brookes (1980) en la definición de la Ciência de la Información, nos parece cortar de nuevo los lazos que la pragmática habría establecido entre las prácticas de información y otras prácticas, entre el sujeto y el mundo. El universo de la información obraría como un interruptor en el devenir dialéctico del pensamiento: concreto/abstracto, abstracto/concreto. Por eso, en lugar de moverse del modelo a las prácticas de información, el modelo se justifica por su referencia a una ontología "de segundo grado", habitado por entes abstractos e ideales, lejos de los administradores y de los técnicos, mas también, pensamos, lejos de los usuarios, los lectores, los productores de información y de acciones de información. Nos resultó sumamente interesante y bien elaborada la manera de recortar los dominios de la Bibliotecología, de la Museología y de la Comunicación, pero preferimos considerar esa análisis como una genealogía de tradiciones científico-culturales, y no como una operación epistemológica de demarcación, con base en una "ontología" de la información.

El enfoque pragmático admite, por supuesto, diferentes premisas epistemológicas, y nuestro disenso se da en torno de esas premisas epistemológicas.

Elas son muy importantes para nosotros, porque reestablecen, en el interior de la relación de la información con el **lenguaje y la comunicación**, la relación de la información con el **conocimiento**.

Yo diría que hoy en día tenemos tres versiones dominantes para describir esa relación entre la información y el conocimiento: una, **objetivista**, ya mencionada, que remitimos a Brookes y a Popper, y que define la información por la relación del sujeto con una "noosfera" o universo ideacional; otra, **cognitivista** (Belkin, 1984), que define la información como la mudanza de estados de conocimiento o de estructuras cognitivas de un sujeto psicológico o epistemológico; una tercera, **comunicacional** (Wersig, 1985), que concibe la información como la busca o construcción de "argumentos externos de racionalización", en fin, en el medio de la argumentación. Yo creo que, sin dejar de valorizar lo que cada una de ellas nos aporta al conocimiento de nuestro objeto de estudios, una concepción pragmática de la información tiene que avanzar en la dirección de esta tercera, porque ahí estaría la especificidad de su contribución.

Podemos equivocarnos, pero creemos entender la estrategia argumentativa del autor. Buscando un dominio autónomo para la Bibliotecología, él es llevado a idealizar una operación epistemológica de ruptura perfecta entre diferentes formas del conocer con sus diferentes objetos de conocimiento. Esto lleva por consiguiente a aceptar un lugar común donde los conocimientos se dejan organizar y representar en una única mirada, transparentes para una intuición racional. En ese suelo transcultural, trans-individual, que es de hecho el presupuesto de la propia epistemología normativa, la pluralización ontológica (ontologías de primero y segundo grado) permite mantener el monismo discursivo, una especie de base neutra para las experiencias informacionales, donde se compensan todas las diferencias (de código, de acceso, de control de la información).

Yo prefiero pensar en esferas plurales de información, en redes de comunicación de la información que confirman las redes de las relaciones sociales, en una "polemología" de estrategias de información conflictivas y cooperativas y, recíprocamente, en un dominio interdisciplinar y transdisciplinar de los estudios de la información donde las diferentes tradiciones y los nuevos enfoques reconstruyen constantemente sus métodos y sus objetos, sus espacios institucionalizados y sus fórmulas de legitimación. Los administradores, los profesionales, los investigadores, pero también los políticos, las iglesias y las empresas de la industria de la información, somos

hoy algunos de los actores sociales que entablamos una competencia metadiscursiva por la definición del campo de los estudios y actividades de información. Hay todavía muchas ausencias en ese debate, aunque cada vez más los movimientos sociales y políticos aprenden a usar los dispositivos sociales de la información.

Mis puntos de partida teórico tienen como premisa que estudiamos prácticas y acciones de transferencia de información, que realizan algún valor de un parámetro que tiene en un extremo la **comunicación**, como forma de participación intersubjetiva en la producción de informaciones, en un quadro de reciprocidad normativa, y en el otro extremo la **transferencia de información**, como situación de absoluta asimetría entre sujetos y contextos de circulación de la información. Suponemos que nunca nos encontraremos frente a una plena comunicación, pero la pura transferencia de información es imposible sin un mínimo de satisfacción de las condiciones comunicacionales, tal como las de aceptación y reconocimiento de un valor de información por todos los participantes de la acción de información. Llamamos pragmáticas de información a las estrategias de generación y uso de la información en contextos accionales concretos, agenciadas por sujetos/interlocutores que mantienen entre sí relaciones sociales y comunicativas.

Introducimos el concepto de **diferencial pragmático** para designar una interrupción de la transferencia de información, resultante de la asimetría entre los participantes de los polos de emisión y de recepción, principalmente, por la no existencia de criterios comunes de aceptación y reconocimiento del valor de la información.

La identificación y objetivación de esos "diferenciales pragmáticos" podría ser una tarea del profesional de información frente a las propuestas de absoluta "conmutabilidad" tecnológica de todas las mensajes, al mismo tiempo que nuestra forma de contribuir de modo responsable en las luchas y negociaciones con que nuestros pueblos busquen de encontrar sus espacios de participación y autonomía en las nuevas ordenes de la mundialización.

En conclusión, mi disentimiento se basa más en mis incertidumbres que en mis certezas, y la lectura del texto que nos fue presentado, permitió, con sus certidumbres bien talladas, dejar más claras para mí misma las unas y las otras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BELKIN, N. Cognitive Models and Information Transfer. **Social Science Studies**, n.4, p.11-129, 1984.
- BROOKES, B. The Foundations of Information Science. Part I: Philosophical Aspects. **Journal of Information Science**, n.2, p.125- 133, 1980.
- DERVIN, Brenda. Information as an User Construct: The Relevance of Perceived Information Needs to Synthesis and Interpretation. In: Spencer A. Ward and Linda J. Reed (Eds.) **Knowledge Structure and Use: Implications for Synthesis and Interpretation**. Philadelphia: Temple University Press, 1983, p.153-184.
- FROHMANN, Bernard. An investigation of the semantic bases of some Theoretical Principles of Classification proposed by Austin and the CRG. **Cataloging and classification Quarterly**, v.4, n.1, p.11-27, 1983.
- GOMEZ, Maria Nélide. A representação do conhecimento e o conhecimento de representação. **Ciência da Informação**, v.22, n.3, p.187-278, 1993.
- HABERMAS, Jürgen . **The Theory of Communicative Action**. v.1. Boston: Beacon Press, 1983.
- PARRET, Herman. **Enunciação e Pragmática**. Campinas: UNICAMP, 1988.
- POPPER, Karl. **Conhecimento Objetivo**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.
- RANGANATHAN, S.R. **Prolegomena to Library Classification**. Bombay- New York: Asia Publishing House, 1967.
- RORTY, Richard. **A filosofia e o espelho da natureza**. Lisboa: Dom Quixote, 1988.
- WITTGENSTEIN, L. **Investigaciones Filosóficas**. Lisboa: Calouste Gulbekian, 1988.
- WERSIG, G; WINDEL, G. Information Science needs a Theory of a Information Actions. In: **Social Science Information Studies** v.5, p.11-23, 1985.

ABSTRACT

A discussion is carried out concerning the text: "Hacia un nuevo paradigma en Bibliotecología" by Rendón Rójas published in this very journal. The author recognizes the relevance of pragmatics to information studies.

Key words: Pragmatics; Theory of communicative action; Philosophy of language; Information and language.

ARTIGOS

A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO¹

Clarinda Rodrigues LUCAS
UNICAMP

RESUMO

Reflete sobre as novas tecnologias da informação e suas conseqüências para os atuais modelos de organização do conhecimento. Identifica a necessidade de um profissional da informação com perfil de analista simbólico.

Palavras-chave: Organização do conhecimento; Tecnologias da informação.

Os bibliotecários trabalham há séculos com informação e elaboraram ferramentas e sistemas bastante complexos para a organização do conhecimento gerado pelo homem ao longo da história. O que a Internet faz é tornar disponível essa enorme quantidade de dados através de ligações rápidas e flexíveis (Winner, 1995). O conhecimento "organizado" desta forma revela por um lado conexões inesperadas entre diferentes domínios do conhecimento, por outro lado, há uma grande confusão e muito tempo perdido diante do grande repositório de informações que é a Internet - bem representada pela palavra World Wide Web - uma grande teia de aranha, em cujo emaranhado freqüentemente nos perdemos.

(1) Trabalho originalmente apresentado no Seminário Nacional sobre CDU, realizado em Brasília, em novembro de 1995.

A abundância de dados digitais exacerba a mais fundamental restrição no trato da informação: os limites da compreensão humana (Varian, 1995). As novas tecnologias da informação trazem-nos a possibilidade, virtual, de ter acesso a todo tipo de informação, em qualquer lugar e a qualquer momento.

O prêmio Nobel da economia Herbert Simon afirmou: "O que a informação consome é mais que óbvio: ela consome a atenção de seus receptores. Para além disso, a abundância de informação cria a pobreza de atenção e a necessidade de dirigir esta atenção de modo eficiente em meio à superabundância de fontes de informação capaz de consumi-la" (Varian, 1995).

As novas tecnologias de informação são inúteis sem os meios de localizar, filtrar, organizar e resumir os seus produtos. Para dar conta destas necessidades um novo profissional está surgindo: o gerente de informações - capaz de combinar as habilidades do cientista da computação, dos bibliotecários, dos editores e especialistas em bases de dados. Estes agentes humanos irão trabalhar com agentes de *software*, cuja especialidade será manipular a informação, fazendo uso das ferramentas que ajudem a navegar na Internet (WWW, Gopher, VERONICA etc.).

A função dos bibliotecários evoluirá, sua eficácia não será julgada em termos de quantidade e qualidade da informação fornecida, e sim a partir do tempo economizado para os usuários. O bibliotecário será acima de tudo o "refinador" humano da informação (*Les temps des...*, v. 31), com a função de criar informação com valor-agregado para serviços específicos - informação é conhecimento com valor agregado.

Os profissionais da informação e da documentação sempre tiveram como missão fundamental assegurar a relação entre aqueles que demandam por informação e os recursos informacionais. Os usuários sempre vieram até as bibliotecas em busca da informação, as novas tecnologias invertem este quadro - o que a Internet faz é oferecer informação para as pessoas, onde quer que elas estejam. O advento das novas tecnologias muda o modelo da organização do conhecimento?

Revisando o *status* dos sistemas de informação, verificamos a continuidade, mesmo que do meio impresso, passe para o meio digital, dos mesmos tipos de documentos: monografias, artigos de periódicos, resumos correntes, relatórios institucionais e teses; nada disso mudou e o importante é verificarmos que "o meio não é a mensagem" e, conseqüentemente, a produção de bases de dados competentes e de alta qualidade continua sendo o coração e a alma das bases de dados (Dunn, 1995).

Quando falamos em Internet, a palavra hipertexto naturalmente nos ocorre. Um dos principais problemas do hipertexto é direcionar o leitor. Embora o leitor possa, aparentemente, escolher o seu próprio caminho - seqüencial ou não - e a tarefa do organizador do hipertexto seja dar a direção somente quando perguntado pelo leitor, ele está basicamente estruturado pela lógica do conhecimento e princípios de raciocínio psicológico, incluindo a representação do conhecimento e estratégias de solução de problemas como as registradas nas ciências cognitivas (Shiper, 1994). Entretanto permanecem os problemas da dinâmica do significado dos textos, permitindo diferentes leituras, ligações na interpretação, compreensão: na utilização e aplicabilidade do espaço de informação de hipertexto. Neste contexto, os sistemas de classificação podem e devem ser aprimorados, sendo relevantes como apoio na organização das informações.

Vindo ao encontro do tema desta mesa redonda, Jayme Leiro (1992) aponta as conseqüências para a construção dos catálogos de bibliotecas quando da transformação de uma base de dados em uma rede de hipertexto. Alguns domínios, já familiares aos bibliotecários, podem trazer soluções aos problemas de interface das novas tecnologias: os *thesaurus* documentários que permitem conceber redes de navegação a partir da indexação, e, mais próximo do tema deste Seminário, o estudo das classificações documentárias destinadas à circulação no que agora chamaríamos de biblioteca virtual.

Artigo apresentado na 3ª Conferência da Sociedade Internacional para a Organização do Conhecimento, realizada em Copenhagem, em junho de 1994 argumenta a favor do uso dos números de classificação para acesso ao assunto (não somente ao material nas estantes), como resultado de pesquisa junto aos usuários

de catálogos *online* de bibliotecas universitárias de Israel, juntamente com monitoramento das transações dos usuários no sistema. A pesquisa revela o pouco uso do número de classificação como ponto de acesso ao documento, tendo como motivo principal o não entendimento dos códigos de classificação (Sodham, 1994).

Conceber a informação como o conhecimento que foi organizado e tornado visível, usualmente na forma de bases de dados ou produtos como monografias, artigos de periódicos - a fim de que possa ser comunicado daqueles que o têm para aqueles que o necessitam, remete a uma nova ocupação para as bibliotecas do futuro: o projeto, a construção e a manutenção de bases de dados únicas, com valor agregado, cujo conteúdo seja informação imediatamente pertinente às necessidades específicas dos usuários das bibliotecas. Neste novo tipo de biblioteca, as linhas divisórias entre o bibliotecário, o pesquisador e o editor serão flexíveis para capturar imediatamente a informação requisitada pelo usuário (Webb, 1995).

Uma das tarefas emergentes para o novo bibliotecário será a de ajudar a fazer sentido o labirinto de fontes de informações que estão disponíveis na rede. Para isso devem combinar habilidades de cientista da computação, de administrador e dos bibliotecários tradicionais.

Atualmente são os cientistas da computação e não os bibliotecários que têm usualmente criado as ferramentas para se navegar nas redes de informação. Caberá pois aos bibliotecários (com um novo perfil) - aos novos profissionais da informação explorar ferramentas de *software*, derivadas das pesquisas em inteligência artificial (tão anunciadas, mas raramente implementadas), que sejam capazes de recuperar informação ou realizar outras tarefas de forma automatizada. Essas ferramentas visam reproduzir algumas das tarefas dos bibliotecários de referência. As ferramentas de *software* permitem agregar valor à informação, definir sistemas de segurança, distinguindo entre diferentes tipos de usuários; realizando a interface com o usuário, reunindo os dados e fazendo arquivos para gravação e/ou impressão (Stix, 1994).

A biblioteca, digital e virtual, será cada vez mais uma mescla de livros, vídeo, CD-ROM, microformas, tecnologias digitais e outras tecnologias. Cada uma destas tecnologias terá um lugar nas bibliotecas do próximo século (ver os projetos de biblioteca virtual/digital). Nestas bibliotecas, o meio é a mensagem e também é sua missão (Webb, 1995).

O rápido crescimento da Internet em termos de volume de dados, usuários e diversidade de informações é posto como causa de problemas de difícil solução para o conjunto de ferramentas disponíveis na atualidade (Bowman, 1994). Para o problema da diversidade de dados, a solução apontada pelos cientistas da computação encaminha para técnicas que reúnem e classificam as fontes de dados heterogêneos; para o crescente número de usuários indicam o desenvolvimento de softwares que atuem como guias, espécies de oráculos, fazendo uso dos conhecimentos de raciocínio baseado em casos (Smail, 1994), para o crescente volume de informações o enfoque é pelo escalonamento da informação, através de pesquisas baseadas em conteúdo.

Onde entra o bibliotecário? Todas as referências desta reflexão encaminham soluções através de *softwares* e não as clássicas soluções dos bibliotecários; não porque eu as tenha expressamente buscado, mas sim, porque toda a literatura na área de sistemas de informação aponta quando em face da supervia de informações. Esta é uma realidade que os bibliotecários - tradicionais organizadores do conhecimento - já se deparam no seu dia a dia; os instrumentos para se inserir nela são interdisciplinares - e parece-me que os bibliotecários - os atuais - estão sendo deixados de lado, ou não estão preparados, tecnicamente, para acompanhá-la.

No sistema tradicional, o bibliotecário é o profissional que obteve formação que o capacita a executar tarefas num domínio particular de conhecimento - a organização e administração de sistemas de informação. A realidade das novas tecnologias requer um profissional com o perfil de "analista simbólico" (Reich, 1993), capaz de utilizar eficaz e criativamente o conhecimento disponível nos sistemas informatizados. As características destes prestadores de serviços simbólico-analíticos são as seguintes:

- . oferecem produtos não padronizados;
- . são os intermediários, identificando e resolvendo problemas a partir de palavras, representações, símbolos;
- . são consultores, engenheiros, projetistas de sistemas, cientistas, incluindo os especialistas no manejo da informação e em desenvolvimento das organizações;
- . são capazes de criar e inovar com base em experiência cumulativa;
- . a qualidade, originalidade, rapidez e oportunidade surge como resultado de problemas resolvidos;
- . têm habilidade para identificar, intermediar e resolver problemas.

É um momento de transição este que passamos, novos perfis profissionais estão surgindo, novas habilidades estão sendo requeridas. Com certeza, um novo profissional da informação surgirá, se o bibliotecário terá ou não um lugar vai depender, em parte, da sua capacidade de integração, de sua especificidade como especialista no manejo da informação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOWMAN, C. et all. Scalable Internet resource discovery: research problems and approaches. *Communications of the ACM*, v. 37, n.8, p.98-107, aug. 1994.
- DUNN, Ronald G. Angst and anticipation: how traditional information services fit in the new information age? *The Indexer*, v.19, n.3, abril 1995.
- LEIRO, Jayme. **Sistemas hipertexto para microcomputadores: uma aplicação em informação científica e tecnológica.** Brasília: Universidade de Brasília, 1992. Dissertação de Mestrado.
- LES temps des "cyberotécaires"?; entretien avec Michel Bauwens. **Documentaliste - Sciences de l'information**, v.31, n.4-5, p.236.
- REICH, Robert B. Los analistas simbólicos. In: **El trabajo de las naciones.** Buenos Aires: Javier Vergara, 1993.

- SCHIPER, J. Discourse in hypertext systems, knowledge organising structures and information strategies: some philosophical remarks. In: **International Society for Knowledge Organization Conference**. Proceedings. Copenhagen, 1994. p.142-6.
- SMAİL, Malika. Case-based information retrieval. In: **Topics in Case-based-reasoning**. Berlin:Springer-Verlag, 1994, p.404-413.
- SODHAM, S. Classification systems and the online catalog. In: **International Society for Knowledge Organization Conference**. Proceedings. Copenhagen, Denmark, 20-24 jun. 94, p 312-319.
- STIX, Gary. The speed of write. **Scientific American**, v. 271, n.6, p.72, dec. 1994.
- VARIAN, Hal. R. The information economy: how much will two bits be worth in the digital marketplace? **Scientific American**, v.273, n.3, p.261, sept. 1995.
- WEBB, T. D. The frozen library: a model for twenty-first century libraries. **The Electronic Library**, v.13, n.1, p.21-26, feb. 1995.
- WINNER, Langdon. The culture of technology. **Technology Review**, v.98, n.8, p.66, nov./dez. 1995.

ABSTRACT

The new information technology and the consequences to the atual models for the knowledge organization is discussed. The necessity of a librarian with the profile of symbolic analyst is considered.

Key words: Knowledge organization; Information technology.

INFLUÊNCIAS SOCIOCULTURAIS NA LEITURA: ANÁLISE DO ASIRR (1989 - 1994)

Geraldina Porto WITTER
PUCCAMP

RESUMO

Descreve a produção científica arrolada no **Annual Summary of Investigations Relating to Reading** (1989/1994) quanto às áreas de conhecimento, o que vem sendo pesquisado em Sociologia da leitura para detectar o espaço de pesquisa sobre influências socioculturais e as pesquisas nesta subárea. Aparecem como áreas com alta frequência de pesquisa: Fisiologia e Psicologia da Leitura; Ensino da Leitura e Sociologia da Leitura. Nesta última destacam-se a Análise de Conteúdo e Alfabetização sendo baixa a produção sobre influências socioculturais. Somente sete trabalhos aparecem com predomínio do estudo da interface escola-comunidade, tendo por sujeitos adultos, com pesquisas de levantamento e predominantemente quantitativas.

Palavras-chave: Variáveis culturais; Leitura; Produção científica.

A leitura é uma área de pesquisa que congrega os esforços de especialistas de várias áreas do conhecimento, o que resulta em um volume apreciável de pesquisas, as quais se estima sejam responsáveis pela duplicação do conhecimento na área aproximadamente a cada 3 ou 4 anos (Alverman, Dillon & O'Brien, 1988).

Este desenvolvimento se faz enfocando aspectos diversos que vão desde trabalhos de levantamento do que foi produzido na área de um modo geral (Weintraub, 1995), ou enfocando aspectos

específicos (Larson e Saks, 1993) ou trabalhos de metaciência (Witter, 1994, 1995) até alcançar as mais variadas problemáticas como a soletração entre estudantes atípicos (Hubbard e Prins, 1994).

Esta produtividade pede estudos de meta-ciência para avaliação da mesma e detectar tendências na área, nível de desenvolvimento e necessidades.

Sendo a leitura um processo complexo (Ruddell, Ruddell & Singer, 1994) com aspectos sociais e pessoais relevantes, não é de estranhar que as variáveis sociais tenham merecido atenção de sociólogos, sociolinguistas e psicólogos.

A leitura acaba mesmo por ser um instrumento de poder e já na antiguidade (Bowman e Woolf, 1994) estabelecia-se uma típica relação entre alfabetização e poder.

As variáveis socioculturais têm impacto na leitura valorizando-a, tornando-a imprescindível no mundo do trabalho e do lazer, na propaganda, na indústria gráfica etc. Também têm impacto sobre o comportamento do leitor, facilitando e estimulando a leitura ou dificultando-a. No primeiro caso a problemática tem merecido a atenção de sociólogos da leitura, no segundo, tem merecido mais a atenção dos psicólogos.

As variáveis socioculturais influem na leitura mas também, como conteúdo, são veiculadas através de textos e têm impacto social como retroalimentação, conforme demonstra o trabalho Hansen (1990), no qual a autora analisou a informação em matéria que resultou no prêmio Pulitzer (1985 a 1989) para jornalistas.

Desta forma, as variáveis socioculturais influem na formação do leitor-escritor, na manutenção do comportamento de ler, na produção de textos, os quais por sua vez influem na cultura. Estudar os múltiplos aspectos destas influências recíprocas não é tarefa fácil, mas tem sido enfrentada por vários especialistas. Os resultados de pesquisas vão se acumulando e há necessidade de analisá-los em conjunto.

Na impossibilidade de abarcar em um só estudo toda a produção, decidiu-se por focar aqui o que vem sendo produzido

no âmbito da Sociologia da Leitura. Com este recorte é possível ter uma perspectiva do que está sendo enfocado no estudo das variáveis sócio culturais e seus efeitos sobre a leitura, do prisma sociológico. Embora seja válido, para fins de pesquisa, fazer este recorte, não se deve esquecer de que outras ciências relacionadas com a leitura não ignoram a influência destas variáveis.

Constituíram objetivos do presente estudo: a) caracterizar a ocorrência de pesquisas sobre leitura no discurso de cinco anos editoriais; b) verificar o espaço ocupado pela pesquisa sobre variáveis culturais e sociais que influenciam na leitura e c) analisar as pesquisas sobre variáveis sociais e culturais quanto a temática, tipo de sujeitos, tipo de pesquisa e tipo de análise de dados.

MÉTODO

Material - O Annual Summary of Investigations Relating to Reading (Summary) é a mais importante base de dados internacional sobre leitura, sendo publicada pela International Reading Association, sob a forma de CD ROM e de papel. Nos cinco anos aqui enfocados (1989-1994) a matéria foi editada sob a responsabilidade de Weintraub, contando com um grupo de colaboradores notáveis.

O ano editorial do Summary cobre de 1º de julho de um ano a 30 de junho do ano seguinte. Foram analisados os anos de 1989/1990 (Weintraub, 1991); 1990/1991 (Weintraub, 1992); 1991/1992 (Weintraub, 1993); 1992/1993 (Weintraub, 1994); e 1993/1994 (Weintraub, 1995).

Procedimento - As grandes categorias estabelecidas pelos especialistas para a base de dados foram mantidas no presente estudo. Quanto aos sujeitos, estes foram extraídos dos próprios dados dos trabalhos enfocando a faixa etária dos mesmos em relação à tipologia de pesquisa usando-se a já clássica classificação em: estudos bibliográficos (documental), levantamento, correlacional,

quase-experimental e experimental (Colman, 1995; Broakwell, Hammond & Five-Schan, 1995). A temática decorreu da análise de variáveis e conteúdos enfocados nas pesquisas analisadas.

Exemplos apresentados junto aos resultados explicitam melhor o procedimento de análise adotado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A tabela 1 apresenta a síntese do investimento em pesquisa (1989/1994) arrolada nas categorias estabelecidas pelo **Summary**.

Tabela 1 - Ocorrência de pesquisas por categoria no **Summary** (1989/1994).

Categoria	F	%
1. Sumários de pesquisas	18	0,61
2. Preparo do professor	275	9,33
3. Sociologia da leitura	568	19,28
4. Fisiologia e psicologia da leitura	1197	40,64
5. Ensino da leitura	708	24,04
6. Leitura de leitores atípicos	179	6,07
Total	2946	99,97

Foram produzidas e arroladas na base 2946 pesquisas, com uma média anual de 589 trabalhos.

As pesquisas incluídas na primeira categoria são trabalhos de levantamento da produção e, como não se espera que tenham alta ocorrência. Quanto ao **Preparo ou Formação do Professor e sua Atuação** em classe obteve-se 9,33% de pesquisas nesta categoria que vem se mantendo em ritmo crescente mas lento ao longo dos cinco anos com as ocorrências: 37, 60, 49, 57, 72.

Sociologia da Leitura também tem mantido uma produção relativamente estável (119, 130, 90, 122 e 107) alcançando o percentual de 19,28% no total dos cinco anos, ocupando o terceiro posto na produção.

Fisiologia e Psicologia de Leitura é a categoria que congrega a maior produção (40,64%) sendo que a grande maioria de suas subcategorias está na área da Psicologia, que também adentra na categoria seguinte que enfoca o **Ensino de Leitura**, a qual, com 24,04% é a segunda categoria em ocorrência.

Considerando que leitores atípicos devem ser a minoria entre os leitores é compreensível que não concentrem altas frequências de pesquisa. Aliás, esta é uma área bem estável (39, 39, 36, 33, 32) ao longo dos cinco anos, ficando com um percentual de 6,07% do total de pesquisas

A tabela 2 apresenta as ocorrências de pesquisas nas subcategorias de **Sociologia da Leitura**, área em que se inserem os trabalhos que investigam as influências socioculturais na leitura. O primeiro aspecto a discutir, em que pese a titulação dos responsáveis pela categorização, é a inclusão em uma só categoria de subcategorias que um exame mais apurado sugere ser mais adequado incluir ou gerar nova categoria.

Parece que as categorias e subcategorias têm sido mantidas apenas por seu caráter histórico de inclusão nas revisões anteriores e por proximidade conceitual. Por exemplo, diante da importância da preservação da memória histórico-cultural-científica, não sendo a História um ramo da Sociologia, fica difícil aceitar a presente inclusão, parece que seria mais adequado abrir uma categoria específica para estas pesquisas. O mesmo se poderia dizer de inteligibilidade e legibilidade que são mais problemas da relação homem-texto e técnicas, cabendo mais em Ensino e em Psicologia do que em Sociologia da Leitura.

Feitas estas considerações de ordem geral, convém verificar como as subcategorias se comportaram ao longo dos cinco anos.

Tabela 2 - Subcategorias de Sociologia da Leitura no Summary (1989/1994)

Categorias	F	%
1. Papel e uso dos meios de massa	50	8,80
2. Análise de conteúdo de matéria impressa	130	22,90
3. Inteligibilidade e legibilidade	25	4,40
4. Interesses, hábitos e preferências	15	2,64
5. Audiência (clientela)	12	2,11
6. Usos e serviços bibliotecários	46	8,09
7. História das bibliotecas	4	0,70
8. Alfabetização e analfabetismo	60	10,56
9. Influências socioculturais na leitura	7	1,23
10. História dos jornais e revistas	15	2,64
11. História do ensino da leitura	3	0,52
12. História da alfabetização	24	4,22
13. Publicação de jornais	41	7,21
14. Publicação de livros	10	1,76
15. História do livro e material impresso	9	1,58
16. Publicação e história da literatura juvenil	19	3,34
17. História do ensino e teste de leitura	2	0,35
18. Consórcio e liberdade de imprensa	23	4,04
19. Efeitos da leitura	20	3,52
20. Reação ao material impresso	22	3,87
21. Técnicas de Pesquisa	26	4,57
22. Manuais e livros para jovens	5	0,88
Total	568	99,93

A tabela 2 mostra que a subcategoria mais forte é Análise de Conteúdo da matéria impressa alcançando 22,90% da produção. Entretanto esta produção vem caindo lentamente ao longo dos cinco anos como se segue: 35, 32, 20, 22 e 21. Talvez porque já se disponha internacionalmente de estudos que mostram a relevância e o impacto do conteúdo em outros aspectos envolvidos na leitura. Entretanto, isto

não corresponde à realidade de países como o Brasil em que a tradição de pesquisa na área não é a desejável. Também pode estar ocorrendo que a pesquisa de análise de conteúdo passou a fazer parte integrante da rotina docente do especialista em leitura, do psicólogo escolar, do bibliotecário, que podem estar desta forma suprindo as necessidades de informação nas unidades em que trabalham (Short, 1995). Todavia, a publicação de tais dados, se é que esta rotina se estabeleceu, não deve ser esquecida. Mas, certamente, esta não é a realidade brasileira.

A segunda subcategoria mais freqüente é **Alfabetização e Analfabetismo**, com 10,56% das ocorrências, o que se compreende ser um problema mundial que ainda parece distante em termos de resolução. O papel e o uso dos meios de comunicação de massa (8,80%) e o uso e serviços bibliotecários (8,09%) seguem com pouca diferença entre si. As demais subcategorias apresentam percentuais pouco expressivos e, entre elas, aparece a subcategoria escolhida para a presente análise, ou seja, **Influências Socioculturais na Leitura** que ficou com apenas 1,23%, ou seja, sete pesquisas.

A baixa freqüência de pesquisa quanto às variáveis socioculturais pode estar relacionada com o deslocamento do foco de atenção dos pesquisadores para outras variáveis; pode-se considerar que já há um mínimo de informações disponíveis para suprir as necessidades do setor; sujeição a modismos na pesquisa, entre outras. Todavia, a explicação mais plausível parece ser o deslocamento do enfoque sociológico para o psicológico no estudo desta questão. Realmente, dentro da categoria Fisiologia e Psicologia da Leitura aparecem algumas subcategorias em que estas variáveis são estudadas em conjunção com outras ou não. É o caso de **Fatores na Interpretação** (N=36); **Outros Fatores Relacionados com a Leitura** (N=27); **Fatores Relacionados com Problemas de Leitura** (N=108) e **Fatores Socioculturais e Leitura** (N=38); entretanto, nestes casos a ênfase é nos aspectos psicológicos, no processo de leitura. Nestas circunstâncias, os dados aqui apresentados mostram que há grande preocupação, no âmbito da Psicologia quanto a influências das variáveis ou fatores socioculturais no processo da leitura. Entretanto, do prisma mais social, mais sociológico não há produção científica significativa em termos de pesquisa.

Pelo exposto, as variáveis socioculturais não têm merecido uma atenção substancial por parte dos pesquisadores da leitura, tendo se localizado apenas sete pesquisas ao longo dos cinco anos pesquisados, enquadradas na área da Sociologia da Leitura.

Diante de uma produção tão restrita optou-se por apresentar cada trabalho destacando a sua classificação em termos das variáveis que foram destacadas para estudo. A apresentação dos mesmos segue a seqüência de sua inclusão na base de dados, o que nem sempre corresponde à data cronológica já que, por vezes, há atraso na publicação de periódicos.

Fraatz (1987) reuniu em um livro dados de uma ampla pesquisa de levantamento, que objetivou descrever, analisar e interpretar como os programas de leitura estão sendo realizados nas escolas elementares. Para tanto, entrevistou 49 professores de leitura, 15 especialistas em leitura, 12 diretores e 25 administradores de distritos educacionais (delegados de ensino) vinculados a um estado do norte dos EUA, sendo metade da zona rural e metade da zona urbana. Analisou o ambiente de sala de aula, descrevendo que demandas se espera que o professor satisfaça, as estratégias que deve usar para cumprir suas tarefas e oferecer a todos iguais oportunidades para aprender a ler. As escolas devem oferecer serviços, os distritos educacionais precisam contar com especialistas em leitura, os quais atuando junto aos professores em sala de aula devem assegurar serviços de remediação que corrijam as distorções ocorridas no ensino em sala de aula. Estas distorções tendem a ocorrer especialmente quando um único modelo de ensino-aprendizagem é imposto às classes.

A autora apresenta ainda dados em que fica evidente o pequeno impacto que diretores alcançam no que diz respeito a garantir a igualdade de oportunidades para a formação de leitores. Entretanto, os pais podem ter um papel mais efetivo junto aos professores, podendo influenciá-los.

Faz também um exame das políticas dos distritos no que diz respeito à leitura. Conclui que as escolas estão oferecendo poucas oportunidades para as crianças pobres aprenderem a ler, restringindo

sua ação à sala de aula. A responsabilidade recai no professor de sala de aula, que tem o maior potencial para influir na formação do leitor, mas que não se sente adequadamente preparado.

Certamente o professor brasileiro está muito menos preparado (Witter, 1977; Witter, 1995); entretanto, é possível que não se sinta tão despreparado e impotente como os sujeitos de Fraatz por falta de informação. Também há necessidade de se conduzir pesquisas similares na realidade escolar da escola e do sistema educacional e seu impacto sobre a leitura. Considerando que no Brasil não se conta com especialistas em leitura na rede educacional, nem com psicólogos escolares, nem mesmo com bibliotecas e bibliotecários é de se esperar um quadro mais desolador.

Kosmoski, Gay & Vockell (1990) procuraram estudar a relação entre alfabetização cultural e desempenho acadêmico, em 611 alunos, da 5ª série, de 16 escolas primárias urbanas. Usaram um delineamento de pesquisa correlacional. Sortearam 108 sujeitos dentre os 611 a que aplicaram os testes para efeito das correlações. Encontraram correlação significativa positiva entre alfabetização cultural (cultural Literacy Achievement Test) e as várias áreas de realização acadêmica e entre QI (Cognitive Skills Inventory) e alfabetização cultural ($r= 0,82$). Verificaram ainda que etnia, nível socioeconômico, tipo de escola parecem afetar a alfabetização cultural mas não afetam a relação entre esta alfabetização e a realização acadêmica.

Há carência deste tipo de pesquisas no Brasil, até porque não se dispõe de instrumento válido e preciso para medir este tipo de alfabetização cultural no meio acadêmico brasileiro. Entretanto, se no primeiro trabalho a questão sociocultural está menos evidente, se no primeiro o conceito de cultura é mais a cultura que se estabelece e é intramuros na escola, no segundo tem uma abrangência bem maior.

Horowitz (1990) pesquisou a relação leitura oral *versus* silenciosa dentro de uma perspectiva sociocontextual e funcional. O modelo adotado considera fatores como: idade, estágio de desenvolvimento, período histórico em que um ou o outro tipo de leitura ocorre (que engloba sistema de escrita, linguagem, grupos socioculturais, uso da alfabetização), tipos de discurso e usos da leitura fora da escola. Aplicou o modelo em 200 hispânicos, do 9º grau, solicitados a fazer leitura oral e silenciosa. Os resultados mostraram que para os

dois tipos de leitura socialmente há uma ampla variedade de funções. Como análise qualitativa acrescenta exemplos extraídos de uma amostra entrevistada.

Trata-se de pesquisa de levantamento em que, como na anterior, o contexto sociocultural mais amplo é estudado quanto a seu impacto em dois tipos de leitura, em jovens adolescentes. Novamente, se está diante de uma área em descoberto na produção brasileira.

O aspecto cultural extra meio acadêmico e seu impacto na realização escolar foi objeto da pesquisa de Caplan e cols (1989). Levaram em consideração: o progresso econômico de refugiados da Indochina, usando como sujeitos crianças (536) que viviam em cinco cidades dos EUA, freqüentando escolas para crianças de baixa renda, situadas na zona urbana.

Além das crianças, também serviram como sujeitos 781 mães, das quais, por sorteio, 200 também foram entrevistadas. As crianças estavam nos EUA em média há 3 anos e meio e nos seus lares não se falava inglês. Mais de 79% das crianças tinham média igual ou inferior a B, com média inferior à nacional. É de se destacar o desempenho em matemática e soletração, os piores resultados foram em linguagem e leitura. O fato de terem ficado como refugiados por cerca de 3 anos não fez com que seu desempenho fosse inferior a o de não refugiados. Famílias numerosas parecem favorecer o desempenho acadêmico mais do que as famílias pequenas. Destacam que o sucesso das crianças da Indochina parece estar associado às crenças e práticas familiares.

Neste estudo é novamente o contexto sociocultural mais amplo que é focado, com ênfase na família como transmissora da cultura e estimuladora do processo ensino-aprendizagem. Como os anteriores volta-se para o contexto escolar, o que não ocorre no estudo seguinte.

Gunther (1992) analisa os efeitos de envolvimento das pessoas com grupos específicos quando avaliam a credibilidade do noticiário dos jornais e da televisão. Fez uma amostragem (N=985) de pessoas nos EUA, às quais remeteu um questionário pelo correio e também recorreu à entrevista. Os testes estatísticos indicaram confiabilidade dos resultados e mostraram claramente que o

envolvimento é o mais forte preditor de como o sujeito avaliará os referidos programas. A réplica cruzando dados de acordo com grupos sociais fortaleceu a evidência. O autor diante dos dados obtidos concluiu que parte importante da variância na avaliação da credibilidade das notícias está mais **na** pessoa do que **entre** as pessoas.

Trata-se de estudo bem distinto dos anteriores, que chega ao nível quase-experimental, enfoca adultos, extraescola e que busca o impacto de variável sociocultural no **como** e **quanto** a pessoa acredita nas notícias de jornais transmitidas pela TV. O fato de o autor concluir que é mais uma questão que está **na** pessoa que **fora** dela pode justificar o deslocamento destes estudos para a área psicológica, como já se fez menção aqui. Todavia, há que se pesquisar em outras realidades para verificar se isto realmente é generalizável.

A pesquisa de Denny (1992) tomando como ponto de partida a perspectiva de adultos afro-americanos enfoca o acesso aos programas de alfabetização. É o único trabalho que se baseia apenas na análise qualitativa dos dados, colhidos em grupos solicitados a discutir a questão usando a técnica focal. Os membros do grupo consideram que o sistema educacional dificulta a aprendizagem para o afro-americano, o qual tem experiências negativas que tornam difícil retornar ao sistema como adultos. Além disso, não acreditam que aprender a ler vá mudar suas vidas. Consideram como principal dificuldade para freqüentar os programas de alfabetização para adultos o próprio "ego" e a vergonha. A melhor razão para voltar à escola é o cuidado com os filhos.

O estudo distingue-se dos demais pela metodologia de coleta e análise de dados. A concepção de variável sociocultural contrasta a cultura do afro-americano com a cultura da escola, mas como a maioria dos anteriormente apresentados é a escola o foco de atenção. Aliás este é o ponto comum também com o trabalho seguinte, que enfoca sujeitos similares.

Baydar, Brooks-Gunn e Furstenberg (1993) procuraram estudar possíveis determinantes do analfabetismo funcional entre jovens negros usando dados longitudinais (20 anos). Mediram a alfabetização de 202 sujeitos e usaram dados demográficos longitudinais. Verificaram que o funcionamento cognitivo e o comportamento

na pré-escola são altamente preditivos da alfabetização na idade adulta, mesmo quando são controladas as variáveis: fatores ambientais da família, educação materna e renda familiar. Fatores familiares que servem para previsão da alfabetização são: educação materna, tamanho da família quando a criança é pequena, estado civil da mãe, renda familiar no final da infância e no começo da adolescência.

A despeito de algumas variáveis sociais se mostrarem preditivas, as de cunho psicológico parecem mais relevantes. Assim este estudo novamente reitera a busca de linhas de pesquisa que enfoquem os fatores socioculturais dentro de uma perspectiva mais psicológica do que sociológica. Assim, pode ser que as próprias pesquisas na área da Sociologia estejam fortalecendo a necessidade de fortalecer os estudos psicológicos nesta interface. Os dados aqui apresentados, em seu conjunto, parecem indicar que isto já está ocorrendo.

Metodologicamente esta subcategoria apresenta um desenvolvimento que está aquém do que Witter (1995) registrou na área de Educação ao analisar parte da produção do **Dissertation Abstracts International (1992)** e da própria área de leitura quando se enfocam os leitores atípicos (Witter, 1993) ou a formação de professores (Witter, 1994).

CONCLUSÕES

Da análise aqui apresentada pode-se concluir que:

- a) as áreas de maior produtividade científica no que concerne à leitura são Fisiologia e Psicologia da Leitura; Ensino da Leitura e Sociologia da Leitura;
- b) muitos dos temas englobados em Sociologia da Leitura possivelmente estariam mais bem inseridos em categoria distinta;
- c) as influências socioculturais não estão sendo pesquisadas significativamente na área da Sociologia da Leitura, sendo mais intensa a pesquisa destas variáveis do prisma psicológico e
- d) as pesquisas sobre as influências socioculturais têm sido feitas predominantemente enfocando a interface escola-comu-

nidade com destaque para o papel cultural da família; sendo mais descritivas (levantamento e correlacional), com adultos, predominando a análise quantitativa permeada da qualitativa, apenas um estudo limitou-se à análise qualitativa.

Há necessidade de pesquisas de metaciência para verificar como estão as pesquisas sobre influência das variáveis sócio-culturais dentro de um enfoque psicológico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVERMANN, D. E.; DILLON, D. R. & O' BRIEN, D. G. **Using discussion to promote reading comprehension**. Newark: IRA, 1987.
- BAYDAR, N.; BROOKS-GUNN, J. & FURSTENBEG, F. F. Early warning signs of functional illiteracy: predictors in childhood and adolescence. **Child Development**, v. 64, p. 815-829, 1993.
- BOWMAN, A. K. & WOOLF, G. **Literacy and power in the ancient world**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- BROOKWELL, G. M.; HAMMOND, S. & FIVE SCHAN, C. **Research Methods in Psychology**. London: Sage, 1995.
- CAPLAN, N.; WHITMORE, F. K. & CHOY, M. H. & MARCELLA, H. **The boat people and achievement in America: a study of family life, hard work, and cultural values**. Ann Arbor: University of Michigan Press. 1989.
- COLMAN, A. M. **Psychological Research Methods and Statistics**. London: Longman, 1995.
- DENNY, V. H. Access to literacy programs: perspectives of African-American adults. **Theory Into Practice**, v. 31, p. 337-341, 1992.
- FRAATZ, F. M. B. **The politics of reading: power, opportunity and prospects for change in America's public schools**. New York: Teachers College Press, 1987.

- GUNTHER, A. C. Biased press or biased public? Attitudes toward media coverage of social groups. **Public Opinion Quarterly**, v. 56, p. 147-167, 1992.
- HANSEN, K. A. Information richness and newspaper Pulitzer Prizes. **Journalism Quarterly**, v. 67, p. 930-935, 1990.
- HOROWITZ, R. A reexamination of oral versus silent reading. **Text**, v. 11, p. 133-166, 1990.
- KOSMOSKY, G. J.; GAY, G. & WOCKELL, E. L. Cultural literacy and acadêmic achievement. **Journal of Experimental Education**, v. 58, p. 265-272, 1990.
- RUDELL, R. B.; RUDELL, M. R. & SINGER, H. **Theoretical Models and Processes of Reading**. Newark: IRA, 1994.
- SHORT, K. G. (Org.) **Research & Professional Resources in Children's Literature: piecing a patchwork quilt**. Newark: IRA, 1995.
- WEINTRAUB, S. **Annual Summary of Investigations Relating to Reading**. Newark: IRA, 1991.
- _____. **Annual Summary of Investigations Relating to Reading**. Newark: IRA, 1992.
- _____. **Annual Summary of Investigations Relating to Reading**. Newark: IRA, 1993.
- _____. **Annual Summary of Investigations Relating to Reading**. Newark: IRA, 1994.
- _____. **Annual Summary of Investigations Relating to Reading**. Newark: IRA, 1995.
- WITTER, G. P. Educação no Dissertation Abstracts International (1992). **Revista da Faculdade de Educação da USP**, 1995. (no prelo).
- _____. Leitura e leitores atípicos no Annual Summary of Investigations Relating to Reading. **Estudos de Psicologia**, v. 10, n. 3, p. 51-56, 1993.
- _____. Preparo e ação do professor de leitura no **Annual Summary of Investigations Relating to Reading (1986-1991)**, 1994. (no prelo).

ABSTRACT

Describes the scientific production present at the **Annual Summary of Investigations Relating to Reading** (1989-1994) in relation to the knowledge areas, what is being researched in Sociology of Reading in order to detect the research space about Social and Cultural influences. Appear as areas of high frequency of research: Physiology and Psychology of Reading; Teaching of reading and Sociology of Reading. In the last one detach the Content Analysis and Literacy, being low the production concerning social and cultural influences. Only seven works appear with preponderance of the interface school-community study, being subjects the adult, survey design and the quantitative analysis.

Key words: Cultural variables; Reading; Scientific production

VOCABULÁRIO CONTROLADO PARA INDEXAÇÃO DE PARTITURAS DE MÚSICA BRASILEIRA: PROPOSTA DE UMA ESTRUTURA BÁSICA*

Ivanise Vitale CARDOSO
PUCCAMP

RESUMO

O principal objetivo deste trabalho é estabelecer uma estrutura básica de um vocabulário controlado para indexação de partituras de músicas brasileiras, mostrando as melhores palavras em português, para descrever e recuperar partituras de músicas, baseada na opinião de usuários do Instituto de Artes da Unicamp. É o resultado de uma pesquisa exploratória e documental, numa amostragem de 30 partituras, randomicamente obtidas no acervo da Biblioteca do Instituto de Artes da Unicamp e todas elas analisadas por 12 professores e 12 alunos do Instituto. Foram encontradas três categorias gerais, oito categorias e diversas subcategorias e a partir daí, desenvolvido o vocabulário controlado básico.

Palavras-chave: Vocabulário controlado - música brasileira; Indexação - partituras de música; Pesquisa em música.

1 INTRODUÇÃO

As partituras trazem inúmeras informações para estudantes, professores e pesquisadores de música. Constituem o núcleo do

(*) Extraído da dissertação de mestrado em Biblioteconomia: "Proposta de uma estrutura de vocabulário controlado de música brasileira", aprovada pela PUCCAMP, 1996, sob a orientação da Profª Drª Cecília Carmem Cunha Pontes.

acervo de música e representam graficamente todas as formas significativas de sons, trazendo um conteúdo rico de informações (Jones, 1979).

No sentido lato, Gonçalves (1995, p.6) define partitura como uma *"composição musical graficamente configurada"* e é acima de tudo *"virtualidade sonora, e seu fascínio reside justamente na possibilidade de pensar o intervalo existente entre o virtual e o real - o âmbito da práxis, o universo de relações e agentes que dão sustentação ao documento"*.

Como salienta Schurmann (1989), a linguagem pela qual a música se expressa faz parte, junto com a verbal, da linguagem sonora.

A linguagem musical é internacional. Mas existem muitas controvérsias, quando se faz referência à terminologia usada na literatura da área. De um lado, Wisnik (1989, p.65) relata que, por exemplo a escala - reserva mínima de notas - varia muito *"de um contexto cultural para outro e mesmo no interior de cada sistema"*. De outro, Arroyo (1990, p.37), citando Swanwick, esclarece que a *"música tem alguma independência das influências socioculturais"*, ou seja, isto está claro *"na sua capacidade de reinterpretação e transformação: a música de um tempo e local pode ser utilizada em outra época e lugar"*.

Comentando sobre a diversidade de linguagens para nomear certos instrumentos musicais, Perry (1989) cita alguns exemplos. Um deles se refere a instrumentos de percussão latino-americanos, que têm designações diferentes em diferentes lugares. Um outro item que causa uma certa dúvida, segundo ele, são os nomes certos dos autores das músicas, que muitas vezes se apresentam escritos ortograficamente errados. Os títulos das composições também existem de diversas maneiras. Muitos compositores produzem mais de uma versão de um trabalho e em cada versão o título pode aparecer escrito de uma forma. Tudo isto pode confundir o indexador que deverá fazer pesquisas para analisar e usar com certeza a terminologia mais adequada no momento.

Uma sugestão é realçada por Oliveira (1992, p.11), no sentido de alertar pesquisadores, não só da área de música, mas

também de outras áreas, a começarem a produzir adequadamente material levando em conta as *"especificidades culturais, que chamem a atenção das características idiomáticas da música brasileira e que produzam um vocabulário técnico adequado"*.

Realmente a sugestão de Oliveira é muito pertinente. Não são os músicos e sim os bibliotecários os responsáveis pela produção desse *"vocabulário técnico"*, pois os profissionais da informação e a biblioteca exercem o papel de apoio à pesquisa e ao estudo e centrando seus objetivos nas necessidades informacionais dos indivíduos, membros da comunidade universitária devem prover a infraestrutura bibliográfica, documentária e informacional para apoiar as atividades da universidade (Tarapanoff, 1981).

Nas partituras estão contidos além do autor e título outros dados de grande importância, tais como: instrumentos musicais, tipo de composição, época, arranjadores, ritmo etc. Porém, estas informações, com exceção do autor e título, estão implícitas nas partituras, isto é, não aparecem evidenciadas, o que torna o seu tratamento técnico e sua organização limitados. O proposto nesta pesquisa é justamente um suporte básico para a recuperação das informações constantes das partituras e a estrutura do vocabulário controlado vai ser de muita utilidade, principalmente às pessoas que estão envolvidas com a organização de acervos de música.

1.1 Vocabulário controlado

De acordo com Lancaster (1987, p.11), vocabulário controlado *"nada mais é do que um conjunto limitado de termos que devem ser utilizados por indexadores e usuários"* e este acusará os termos que podem ou não ser empregados.

A definição dos termos segundo Gomes (1990, p.25) é muito importante, *"na medida em que ele fornece as características do conceito que vão permitir seu agrupamento. (...) As características usadas na comparação entre os conceitos levam a um sistema ou classificação de conceitos e é nesta perspectiva que se deve buscar a definição ou a classificação mais adequada, ou seja, aquela que atende aos propósitos do sistema de informação"*. Os termos constan-

tes deste vocabulário deverão estar organizados evidenciando relações importantes e dispostos numa estrutura com uma inter-relação. Assim, serão identificados todos os termos que são necessários para uma busca sobre o assunto.

Sobre a necessidade de se controlar o vocabulário, Robredo & Cunha (1994, p.223) avaliaram que o correto é pensar na "*importância de formular as perguntas dos usuários utilizando os mesmos termos que se utilizaram, no momento da indexação, para representar o conteúdo dos documentos*".

Assim, baseando-se nas próprias partituras e no interesse dos usuários da Biblioteca do Instituto de Artes (IA) da Unicamp, esta pesquisa teve como objetivos: contribuir para a construção de uma metodologia para a elaboração de uma estrutura de um vocabulário controlado em língua portuguesa para indexação de partituras de músicas brasileiras; verificar quais os termos (palavras, vocábulos) os usuários da Biblioteca do IA acham importantes para a recuperação de partituras de músicas de autores nacionais; analisar os termos coletados; determinar as categorias, estruturando o vocabulário e apontar as categorias e subcategorias mais solicitadas, verificando se há concordância entre os professores e alunos.

2 MÉTODO

2.1 Universo da pesquisa

A Biblioteca do IA está localizada na Cidade Universitária Prof. Zeferino Vaz. Atende todas as áreas da Pós-Graduação e Graduação em Artes, a saber: Multimeios, Artes Plásticas, Artes Corporais, Teatro e Música, além de toda a comunidade universitária.

Seu acervo consta de 7300 livros, 178 teses, 145 títulos de periódicos e materiais especiais: 99 discos, 2495 catálogos de artes e 2837 partituras. Ocupa uma área útil de 200 m², mas ao lado do atual prédio encontra-se, em processo de construção, um outro prédio de igual tamanho, que será interligado ao atual, duplicando assim, dentro de alguns meses, o espaço da biblioteca.

2.2 Material

O material escolhido para esta pesquisa foram as partituras de músicas brasileiras que constam do acervo da Biblioteca do IA. Num primeiro momento, realizou-se uma triagem no acervo, para separar as partituras de compositores nacionais dos estrangeiros e foi constatado que este possui 512 partituras de compositores brasileiros, que foram listadas no computador no programa Access, constituindo uma base de dados de partituras brasileiras. Nesta base de dados estão inseridos os dados pelos quais as partituras estão classificadas atualmente.

A seleção das partituras a serem classificadas pelos juízes foi feita por meio de procedimento de sorteio equiprobabilístico simples sem reposição (Fisher & Yates, 1971, p.138) da população de partituras (N=512). Foram sorteadas ao todo 30 unidades amostrais (5,85%), divididas em blocos seqüenciais de cinco partituras, sendo que aleatoriamente cada bloco foi designado para ser analisado por quatro juízes (dois docentes e dois graduandos).

Anexada a cada partitura, foi colocada uma folha "Identificação de Termos de partituras", com a seguinte pergunta: "Se você estivesse procurando esta partitura na Biblioteca do IA, quais termos (palavras, vocábulos) você usaria?" Esta pergunta aberta permitiu aos sujeitos se expressarem usando a terminologia que lhes conviesse.

A coleta de informações necessárias para caracterizar os sujeitos foi feita através de questionários, compostos de perguntas abertas e fechadas, sendo um para os professores e outro para os alunos.

2.3 Sujeitos

Foi formulada uma questão para cada partitura (folha de Identificação de Termos de Partituras) e aplicado o questionário a seis grupos mistos de sujeitos compostos de dois professores e dois alunos cada grupo.

A escolha dos professores e dos alunos nos grupos foi baseada nas listagens do Corpo Docente Permanente da área de

Música e nas dos alunos de cada curso (Regência, Canto e Composição, Instrumento de Teclas, Instrumento de Cordas, Instrumento de Sopro e Música Popular).

Dos professores entrevistados, 75,0% são do sexo masculino e 25,0% do sexo feminino. Entre os alunos esta proporção se repetiu. As faixas etárias que prevalecem para os docentes são de 30 a 39 anos e de 50 a 59 anos, representando 33,3% em cada intervalo. Já para os alunos a faixa etária que mais sobressai é a de 19 a 29 anos com 66,6%, seguida do intervalo de 30 a 39 anos com 33,3%. Dos professores, dois não possuem graduação (no Instituto de Artes, existe uma modalidade de docentes denominada "professor-artista"; por conta disso, a não graduação desses dois professores deve estar relacionada com este tipo de titulação). Seis possuem o mestrado e três o doutorado. Dos alunos, dois possuem outro curso superior e nove pretendem fazer o mestrado.

2.4 Procedimentos

A pesquisa caracteriza-se por seu caráter documental e exploratório, constituindo-se em técnicas de análises de partituras das músicas brasileiras da Biblioteca do IA para indexação das mesmas.

Para garantir um controle mais efetivo na coleta e no registro de dados foram agendadas e realizadas entrevistas individuais com os 24 sujeitos. Todas as entrevistas foram feitas pela mesma pessoa (a autora do trabalho) e o local escolhido por todos os alunos e por dois professores (58% dos sujeitos) foi a Biblioteca. As demais entrevistas (42%) foram realizadas nas respectivas salas dos professores na Unicamp.

Na entrevista, inicialmente eram colocados os objetivos da pesquisa e logo depois cada sujeito analisava cada uma das cinco partituras correspondente ao seu grupo, enquanto a pesquisadora anotava na Folha de Identificação de Termos de Partituras os termos (palavras, vocábulos) que ele achava importante para

recuperar aquela partitura na Biblioteca. A seguir o sujeito respondia o questionário.

Mediante o resultado da pesquisa realizada com os professores e alunos do Departamento de Música do IA, foi efetuada a tabulação das Folhas de Identificação de Termos de Partituras, no programa de computador Excel, para elaborar as categorias do vocabulário. Foram aglutinados os termos que tinham o mesmo conteúdo semântico e foram descartados os termos que não eram passíveis de tabulação, ou seja, os termos incoerentes, ou os que não diziam respeito ao conteúdo do trabalho.

Os termos condizentes, mesmo os mencionados apenas uma vez e por uma única pessoa, foram levados em consideração, visto representarem de alguma maneira uma necessidade de busca de um sujeito. Quando necessário, para esclarecer alguma dúvida, era solicitada a ajuda de dois professores e dois alunos do Instituto de Artes.

Para verificar se havia concordância entre professores e alunos na busca de partituras foi feito um teste estatístico (correlação de postos, Siegel, 1956), tendo por nível de significância 0,05, por H_0 , que não haveria diferença de indicações entre os grupos e por H_a , que seriam diferentes. Este mesmo esquema de análise foi usado em todas as comparações realizadas.

A partir dos termos sugeridos pelos docentes e discentes, chegou-se a uma categorização para análise dos dados, apresentada a seguir.

2.5 Sistema de categorização

Estipulou-se uma divisão composta de três **Categorias Gerais**, as mais abrangentes. Com os termos relacionados a essas, estão oito **Categorias**; a seguir encontram-se as **Subcategorias** (esta última podendo ter mais de uma hierarquia). As Categorias Gerais foram assim divididas:

- **Dados de bibliografia**, em que são aglutinados os termos referentes ao documento em si, como por exemplo, as categorias: **autoria da obra** (autor da música, autor do libreto, autor do arranjo etc.), **título**, e **dados de imprensa** (Imprensa é um termo usado na Biblioteconomia e diz respeito aos dados da área de publicação, ou seja, local de publicação, editora e data. Neste trabalho o termo será usado de uma maneira mais abrangente. Termos como de *copyright*, dedicatória, número de catálogo etc. serão remetidos à essa categoria).
- **Dados de descrição**, em que estão organizados os termos que dizem respeito às categorias: **gênero da obra** (popular: folclórica, infantil, cantiga de roda etc.) **tipo** (vocal: canto, ária, solo, dueto etc.) e **andamento** (adágio non troppo, allegreto etc.);
- **Dados de estrutura**, em que se encontram os termos relacionados com as categorias: **estrutura musical** (cânone, clave, contraponto etc.) e **outras características gerais** (afinação, articulação vocal, época etc.).

Nessa primeira divisão, com exceção dos termos título, gênero e andamento (que foram mencionados pelos sujeitos), oito termos foram escolhidos pela autora, de comum acordo com especialistas da área (professores e alunos). Os termos escolhidos foram: dados de bibliografia, autoria da obra, dados de imprensa, dados de descrição, tipo, dados de estrutura, estrutura musical e outras características gerais. A definição destes termos se tornou necessária e pertinente, para que os demais termos coletados na pesquisa pudessem a eles se agregar. Portanto, a estrutura básica do vocabulário controlado conta no total com 173 termos, entretanto, os mencionados pelos entrevistados através das folhas de Identificação de Termos de Partituras foram 166.

Procurando obter a garantia literária, foram utilizadas nessa estruturação "*obras especializadas que trazem o registro bibliográfico da produção científica*" (Witter, 1990, p.9). Neste caso serviram de base para consulta algumas obras importantes do acervo

da Biblioteca do IA dentre elas o The New Grove Dictionary of Music and Musicians, bibliografia básica na área de música.

3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise a seguir é a interpretação agrupando todos os dados, isto é, uma análise global das respostas nos seis grupos de sujeitos.

Vale lembrar que, nesta análise, os números representativos de cada **categoria** são o somatório das suas respectivas **subcategorias**. Por exemplo, dentro dos **Dados de bibliografia**, **autoria** é a soma de oito **subcategorias**; o **título** é o próprio termo título, mais uma **subcategoria**; e os **dados de imprensa** representam a soma de vinte e uma **subcategorias**. Nos **Dados de descrição**, **gênero da música** é a soma de vinte e nove **subcategorias**; o **tipo** representa o somatório de cinquenta **subcategorias**; e **andamento**, a soma de dez **subcategorias**. Nos **Dados de estrutura**, a **estrutura musical** é a soma de vinte e seis **subcategorias**; e **outras características gerais** representam o somatório de dezessete **subcategorias**.

A soma das respostas dos professores e alunos de todos os Grupos, com relação aos **Dados de bibliografia**, mostra que para os alunos todas as categorias foram predominantes, e isto pode ser visualizado na figura 1.

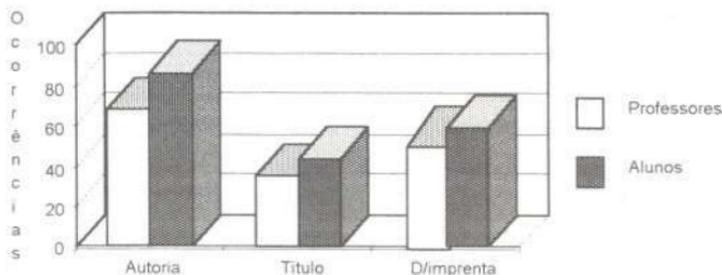


Figura 1 - Dados de bibliografia agrupados nos seis Grupos de sujeitos

Nos **Dados de descrição**, como pode ser visto na figura 2, a soma das respostas evidencia que **gênero** e **andamento** foi mais mencionado pelos professores e **tipo** pelos alunos.

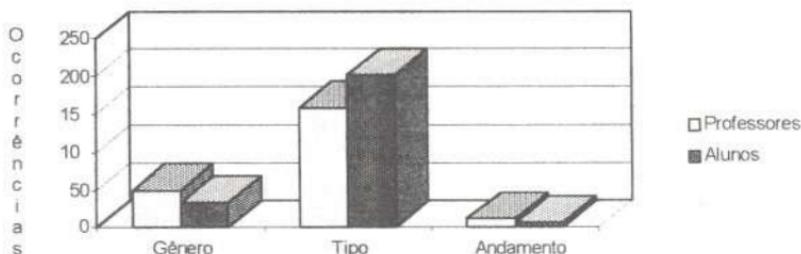


Figura 2 - Dados de descrição agrupados nos seis Grupos de sujeitos

Nos **Dados de estrutura**, os docentes mencionaram mais itens nas duas subcategorias, como mostra a figura 3.

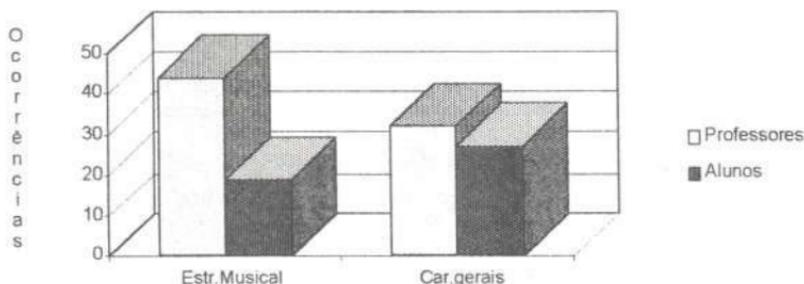


Figura 3 - Dados de estrutura agrupados nos seis Grupos de sujeitos

Pelo teste estatístico de correlação de postos, com a finalidade de verificarse havia coerência entre os informantes de todos os grupos, no que diz respeito à procura de partituras pelos dados mencionados, sendo $N = 8$, $r_c = 0,63$ e $r_o = 0,70$, podemos concluir que no cômputo geral houve correlação entre docentes e discentes.

Pela análise global das respostas nos seis grupos de sujeitos verificaram-se, portanto, as categorias que mais sobressaíram. Em primeiro lugar, tanto para os professores como para

os alunos está a categoria **tipo**, seguida de **autoria**, **dados de imprensa**, **gênero**, **título**, **estrutura musical** e **outras características gerais**. A menos referenciada foi **andamento**.

A categoria **tipo** abrange as subcategorias vocal: canto, coral, vozes; instrumental: solo, música de câmara, orquestra e coro/orquestra; e andamento. Tendo sido a mais mencionada em todos os Grupos de sujeitos é possível afirmar que os docentes e discentes do Instituto de Artes necessitem dos dados desta categoria para buscar informações constantes das partituras.

Os dados da categoria **autoria**, e alguns **dados de imprensa** (editora, local de edição e data) normalmente já fazem parte do atual sistema de catalogação da biblioteca, e estando em segundo e terceiro lugar respectivamente na cotação dos sujeitos, demonstra que são realmente dados imprescindíveis para a recuperação das partituras.

A categoria **gênero**, que se divide em popular, erudita e sacro/religioso e a categoria **título** (que também faz parte da atual catalogação de partituras na biblioteca) obtiveram o quarto e o quinto lugar respectivamente, na cotação dos informantes, o que leva a crer que estes dados também constituem desejo de busca dos sujeitos.

A seguir, vem a categoria **estrutura musical**, que se divide em harmonia, melodia, ritmo etc. e **outras características gerais** (época, estilo, grau de intensidade etc.) que, apesar de menos mencionada que as anteriores, no somatório de todas as categorias, se mostrou com peso, demonstrando que também por esses dados os usuários da biblioteca gostariam de recuperar as partituras. A categoria menos cotada foi **andamento**.

Subcategorias mais mencionadas: estipulou-se que esta análise abrangeria as subcategorias mencionadas mais vezes pelos sujeitos de todos os Grupos. Sendo 24 o número dos entrevistados e cada um tendo analisado cinco partituras, totalizam 120 avaliações nas folhas de Identificação de Termos de Partituras. Foram consideradas bem cotadas para esta análise as subcategorias mencionadas até 18 vezes pelos sujeitos, ou seja, aquelas que obtiveram a média de 9,00 ocorrências. A tabela 1 demonstra esses dados. Na primeira coluna (Subcategorias) estão destacados, em negrito, os termos indicados pelos sujeitos.

Tabela 1 - Categorias mais mencionadas

Subcategorias	Professores		Alunos		Média	
	F	%	F	%	F	%
Autoria/autor música	46	76,67	48	80,00	47,00	78,33
Título/título	35	58,33	42	70,00	38,50	64,17
Tipo/vocal/coral	20	33,33	16	26,67	18,00	30,00
Tipo/instr./piano	16	26,67	19	31,67	17,50	29,17
Tipo/vocal/canto	11	18,33	17	28,33	14,00	23,33
Autoria/autor letra	6	10,00	20	33,33	13,00	21,67
Tipo/vocal/tenor	10	16,67	14	23,33	12,00	20,00
Autoria/autor arranjo	11	18,33	12	20,00	11,50	19,17
Out. cat.gerais/época	12	20,00	11	18,33	11,50	19,17
Tipo/vocal/soprano	8	13,33	14	23,33	11,00	18,33
Tipo/vocal/contralto	7	11,67	14	23,33	10,50	17,50
Tipo/vocal/vozes mistas	8	13,33	10	16,67	9,00	15,00
Dados de imprensa/editora	10	16,67	8	13,33	9,00	15,00
Soma	200		245		222,50	

O teste estatístico de correlação de postos também foi aplicado nesses dados para verificar se havia concordância entre docentes e discentes na busca por partituras. Sendo $N = 13$, $r_c = 0,51$, encontrou-se o $r_o = 0,43$, constatando que nessas subcategorias mais mencionadas não houve correlação entre os sujeitos, ou seja, apesar de serem as que obtiveram mais ocorrências, as opiniões se mostraram com pesos diferentes.

Cinco desses itens fazem parte dos Dados de bibliografia: **autor da música, título, autor da letra, autor do arranjo e editora**; sete itens pertencem aos Dados de descrição e dizem respeito ao tipo: vocal (**canto, coral** e vozes: **tenor, soprano, contralto e vozes mistas**) e instrumental (**piano**). Um item faz parte dos Dados de estrutura e está incluído nas outras características gerais (**época**).

Observa-se que as subcategorias coral, canto, tenor, soprano, contralto, vozes mistas e piano são muito específicas das partituras amostradas, e o que podemos deduzir é que as categorias maiores são as importantes, neste caso: vocal e instrumental.

Portanto, analisando a tabela 1, verifica-se que grande parte dos entrevistados, mesmo sugerindo prioridades diferentes, apontaram como importante, recuperar as partituras por: autor da música, autor da letra, autor do arranjo, título, editora, época, vocal e instrumental.

4 CONCLUSÕES

A análise realizada neste estudo mostrou alguns fatos. Pela experiência vivenciada na Biblioteca do Instituto de Artes da UNICAMP, em contato permanente com usuários da área de música, observou-se que os docentes e discentes estavam insatisfeitos com o atual sistema de recuperação das partituras (por autor e título) e que realmente o que desejavam era um sistema mais amplo, abrangendo outros dados.

Olhando o lado técnico da questão, sob o prisma da biblioteca, o problema de uma organização mais completa residia na falta de um instrumento para o processamento das partituras de

música, principalmente em relação à normalização da terminologia para indexação das informações. Daí surgiu a proposta desta pesquisa, o desenvolvimento de uma metodologia, baseada nas necessidades dos usuários, para a elaboração de uma estrutura de um vocabulário controlado na área de música brasileira.

Os termos colhidos através da pesquisa foram organizados em Categorias Gerais, Categorias e Subcategorias e a estas foi atribuído o número de ocorrências extraídas da tabulação das respostas dos seis Grupos de sujeitos.

A estrutura do vocabulário controlado na área de música expõe as categorias e subcategorias mencionadas pelos sujeitos. Quando observamos, por exemplo, dentro da categoria tipo, a subcategoria instrumental: sopro aparece na hierarquia, os instrumentos flauta, flautim e oboé. É óbvio que os instrumentos de sopro não são só estes. Necessário seria também, num trabalho futuro, pesquisar cada categoria e subcategoria para obter com exaustão todos os termos condizentes com cada uma.

Gostaria de deixar registrada aqui uma sugestão. Tendo por base a estrutura do vocabulário controlado desenvolvido nessa pesquisa e tomando por modelo o trabalho de Hemmasi (1992, 1993, 1994), que consiste na elaboração de um tesouro de música em língua inglesa, minha idéia seria o desenvolvimento de um tesouro de música em língua portuguesa. Este modelo está sendo seguido em outros países e é óbvio que demandaria tempo e uma pesquisa minuciosa e talvez exigisse até a organização de uma equipe de trabalho. Fica aqui esta idéia. Tenho certeza de que bibliotecários, pesquisadores, professores e alunos ligados à música ficariam com um instrumento, não musical, mas operacional, de grande utilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARROYO, Margarete. Educação musical: um processo de aculturação ou enculturação? **Em Pauta**. Porto Alegre, v.1, n.2, p.29-43, jun.1990.
- FISHER, Ronald Aylmer & YATES, Frank. **Tabelas estatísticas: para pesquisa em biologia, medicina e agricultura**. São Paulo: Polígono, 1971. 150p.

- GOMES, Hagar Espanha. (Coord.) **Manual de tesouros monolíngues**. Brasília: O Programa, 1990. 78p.
- GONÇALVES, Janice. **Música na cidade de São Paulo (1850-1900): o circuito da partitura**. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 1995. 316p.
- HEMMASI, Harriette. ARIS Music Thesaurus: another view of LCSH. **LRTS**, v.36, n.4., p.487-503, July 1992.
- HEMMASI, Harriette, ROWLEY, Fred & ANDERSON, James D. Isolating and reorganizing core vocabulary from Library of Congress Music Headings for use in the Music Thesaurus. **Proceedings of the 4th ASIS/SIG/CR workshop on Classification Research**. Columbus, oct.24, 1993. p.89-101.
- HEMMASI, Harriette. The music thesaurus: function and foundations. **Notes**, v.51, March 1994. p.875-882.
- JONES, Malcolm. **Music librarianship**. London: Clive Bingley LTD, 1979. 130p.
- LANCASTER, F.W. **Construção e uso de tesouro: curso condensado**. Trad. de César Almeida de Menezes e Silva. Brasília: IBICT, 1987. 114p.
- OLIVEIRA, Jmary. Reflexões críticas sobre a pesquisa em música no Brasil. **Em Pauta**. Porto Alegre, v.4, n.5, p.3-11, Jun. 1992.
- PERRY, Helga. Musical bumps: indexing musical terms. **The indexer**. v.16, n.4, p.251-253, Oct. 1989.
- ROBREDO, Jaime & CUNHA, Murilo Bastos da. **Documentação de hoje e de amanhã: uma abordagem informatizada da biblioteconomia e dos sistemas de informação**. São Paulo: Global, 1994. 403p.
- SCHURMANN, Ernest F. **A música como linguagem: uma abordagem histórica**. São Paulo: Brasiliense/CNPq, 1989. 187p.
- SIEGEL, L. **Nonparametric statistics for the behavioral sciences**. New York: McGraw-Hill Book Cia., 1956.

- TARAPANOFF, Kira. Objetivos de biblioteca universitária. **Revista Latinoamericana de Documentación**. Brasília, v.1, n.1, ene./dic.1981.
- WISNIK, José Miguel. **O som e o sentido**: uma outra história das músicas. São Paulo: Companhia das Letras/Círculo do Livro, 1989. 253p.
- WITTER, Geraldina Porto. Pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e busca de informação. **Estudos de psicologia**, v.7, n.1, p.5-30, jan./jul. 1990.

ABSTRACT

The main objective of this work is to establish the basic structure of a controlled vocabulary for the indexing of Brazilian music scores. It also shows the best portuguese words to describe and retrieve the music scores based on opinion of Unicamp's Art Institute experts and customers. It's the result of exploratory and documentary research on a sample of 30 music scores randomly obtained from Unicamp's Art Institute Library collection, all of them analyzed by 12 teachers and 12 students of that Institute. Three general categories, eight categories and several sub-categories of words were found, and a basic controlled vocabulary was developed.

Key words: Controlled vocabulary - Brazilian music; Indexing - music scores; Music research.

GESTÃO PELA QUALIDADE: REFERENCIAL TEÓRICO

Célia Regina Simonetti BARBALHO
UFAM

RESUMO

Analisa a gestão pela qualidade e sua relação em busca de soluções coerentes com os macro-objetivos das organizações, abrangendo todos os níveis hierárquicos, incluindo-se neste cenário as Unidades de Informação. Analisa ainda os aspectos históricos que conduziram à gestão pela qualidade apresentando os aspectos mais relevantes para a certificação de Unidades de Informação.

Palavras-chave: Qualidade; Unidades de Informação.

INTRODUÇÃO

O desafio da sobrevivência aliado à competitividade e à agilidade da tecnologia fez emergir novas técnicas gerenciais: a reengenharia, o **benchmarking**, o TQM - **Total Quality Management** e o ABC - Custeio Baseado em Atividades.

Estas novas técnicas gerenciais buscam manter as organizações em um cenário de constante mudança, desenvolvendo sistemas administrativos eficientemente ágeis e suficientemente fortes para os padrões estabelecidos pela nova formação econômica da sociedade.

Entre os novos modelos gerenciais, a gestão pela qualidade se destaca em função da necessidade de buscar uma boa formação e gestão dos recursos humanos, racionalizar os métodos de produção e se desenvolver tecnologicamente. Machado (1994) afirma que a nova ideologia desenvolvimentista parte do pressuposto de que produzir com melhor qualidade significa produzir com maior produtividade, o que resultaria menos desperdício e menos retrabalho, e, por fim, menos custo.

A produção de bens e serviços de qualidade é a nova regra do mercado nacional e internacional que, com a formação de blocos econômicos, o fim das reservas de mercado e das situações oligopolísticas, a globalização da economia e o surgimento rápido e contínuo de novas tecnologias se impõe como forma de mobilizar as organizações para obtenção do grau máximo de competitividade, modernidade e de qualidade de modo a assegurarem sua sobrevivência e o seu crescimento.

A implantação da gestão pela qualidade é um processo educacional, que extravasa as fronteiras das organizações, em que o primeiro passo é desenvolver meios e métodos para conquistar e conservar o cliente. Todos estes aspectos são inerentes à gestão de unidades de informação.

Desta forma este trabalho se propõe a apresentar os elementos teóricos mais importantes para o sistema de gestão pela qualidade, avaliando os processos históricos que fizeram emergir esta forma de gestão como também os processos de certificação que ocorrem no cenário nacional e suas implicações para as unidades de informação.

Conceitos

Segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, em sua norma NBR ISO 8402, qualidade é a *totalidade de propriedades e características de um produto ou*

serviço, que confere sua habilidade em satisfazer necessidades explícitas ou implícitas.

Juran (1990), ao introduzir regras e metodologias para o estabelecimento pela qualidade e o envolvimento da alta gerência, determina que qualidade é adequação do produto ou serviço ao uso, ou seja à necessidade do consumidor.

Para Crosby (1990), um sistema de qualidade deve atuar de forma a prevenir defeitos. Sua definição é de que qualidade é fazer bem desde a primeira vez, isto significa manter um compromisso real com aquilo que está sendo realizado.

Para Falconi (1992), o verdadeiro critério para boa qualidade é a preferência do consumidor em relação ao concorrente, uma vez que isto garantirá a sobrevivência da empresa. A preferência se dá através da adequação do produto ou serviço às necessidades, expectativas e ambições do consumidor como uma forma de agregar valor ao que será produzido com menor custo.

Diante dessa diversidade e complexidade de conceitos, pode-se considerar:

- a) qualidade consiste nas características que o produto deve ter para satisfazer as necessidades do consumidor;
- b) qualidade consiste na inexistência de não-conformidade;
- c) qualidade é adequação ao uso; e
- d) qualidade está relacionada à capacidade da organização de satisfazer a requisitos pré-determinados e pressupostos.

Complementando esta variedade de significados, ressalta-se que todos estão baseados no conhecimento do que o cliente deseja e exige, na busca de preencher as suas expectativas. Isto significa que qualquer conceito de qualidade estabelece um ponto comum: o consumidor, o cliente ou o usuário.

Em síntese, qualidade pode ser definida como um conjunto de procedimentos que se iniciam com o conhecimento das necessidades e expectativas do cliente, influenciando na

confeção original (projeto) de um produto ou serviço, bem como na sua confeção final, com objetivo de cativar, manter e satisfazer o consumidor.

Histórico

Através dos tempos, o processo produtivo do homem passou por diversas fases com características bastante diversificadas. Entretanto, a qualidade existe desde o princípio.

O processo de industrialização iniciado com a Revolução Industrial apresenta como características a exploração das máquinas e equipamentos, além da mão-de-obra com jornadas de trabalho de mais de 16 horas diárias. Para Garcia (1994) a consequência mais evidente é a organização da força de trabalho através dos sindicatos que dão início a primeira grande crise do capitalismo.

Uma verdadeira revolução de conceitos, hábitos e procedimentos tem origem no trabalho de Taylor, quando de dentro da fábrica, ela passa a observar o comportamento do trabalho desenvolvido e formula os princípios básicos para a Administração Científica do Trabalho servindo de fortalecimento ao capitalismo enfraquecido pelas greves do movimento sindical.

A Administração Científica de Taylor prega entre outras coisas a baixa remuneração, a cronometragem e a total separação entre o planejamento e a execução. Com a baixa remuneração e o baixo poder aquisitivo dos trabalhadores, uma nova crise é gerada no capitalismo (Garcia, 1994), uma vez que não há consumidores para absorver o que é produzido.

Através do empresário Henry Ford surge a resposta que mantém o capitalismo: o Fordismo que introduziu novas inovações nas linhas de produção além de melhorias salariais. Posteriormente, com a capacidade de consumo aumentada, os trabalhadores começam a consumir conhecimentos e consequente-

mente a criar uma consciência crítica, o que gera uma nova crise no capitalismo.

Os processos de controle da produção e do desempenho que em Taylor faz parte das funções do cronometrista e em Ford está disfarçada na implantação de esteiras na linha de produção fazem surgir por volta de 1930, com os estudos científicos de Shewhart, o Controle Estatístico do Processo, considerado por muitos autores como o princípio da gestão da qualidade.

A Segunda Grande Guerra Mundial passou para a história como catalisadora de grandes mudanças. Houve modificações profundas nas relações econômicas entre países. A tecnologia passou a atuar como fator de agregação de valor aos bens e serviços, sendo a microeletrônica o setor que mais se desenvolveu. O controle ao desperdício passou a fazer parte da disseminação de técnicas avançadas para o controle pela qualidade de processos e produtos.

Ao final da Segunda Guerra, com o Japão derrotado, os Estados Unidos tentaram exportar suas novas técnicas, até então não utilizadas nas indústrias japonesas. Entretanto, segundo Garcia (1994), estas mantinham um rígido sistema de gestão e, ao passarem a adotar o Fordismo e posteriormente o conceito americano de produtividade concluíram que o aumento da produtividade está associado à melhoria pela qualidade e não ao modelo fordista. Como resultado, em meados dos anos 60, as indústrias japonesas buscam seus próprios caminhos e criam os CCQ - Círculo de Controle da Qualidade.

O surgimento dos CCQ no Japão deve-se especialmente às palestras e às consultorias dos americanos Joseph M. Juran e W. Edwards Deming, que tinham trabalhado com Shewhart e, no Japão, se destacaram no campo da qualidade defendendo a tese de que a identificação dos problemas organizacionais e sua solução está baseada na utilização de uma metodologia adequada - Trilogia de Juran - planejamento, controle e melhoria da qualidade; e que, conforme o princípio de Deming, o lado humano da organização é que promove e assegura a qualidade.

Destacam-se ainda Ishikawa, criador do Ciclo de Controle da Qualidade - CCQ e do Diagrama de Causa e Efeito (Espinha de Peixe), e Crosby autor do Programa de Defeito Zero.

O esforço japonês de recuperação após a guerra permitiu a rápida adaptação aos princípios de qualidade, e a adoção pela qualidade como um ideal a ser conquistado.

Desta forma, apesar de os grandes cientistas da qualidade serem americanos, foi no Japão que os princípios da qualidade, qualidade total, garantia da qualidade e administração da qualidade total - TQM ganharam investimentos e passaram a fazer parte do desenvolvimento estratégico do país, servindo de um grande laboratório para a área.

Pensadores da qualidade

As diversas concepções sobre qualidade diferem entre os pensadores; entretanto existem pontos comuns entre eles, tais como:

- a) olhar para o cliente;
- b) necessidade de possuir apoio da direção maior;
- c) buscar inovar constantemente;
- d) trabalhar em equipes;
- e) desenvolver programas de treinamento que envolvam todos os funcionários;
- f) fazer uso das ferramentas da qualidade, especialmente as estatísticas; e
- g) tornar os programas de qualidade integrantes a toda a estrutura organizacional.

Esta diversidade de princípios e concepções está inserida na história através da busca pela qualidade de vida. Estes princípios que hoje integram os sistemas pela qualidade foram desenvolvidos

por diversos autores e em diversas obras (nome) que serão apresentados historicamente a seguir.

	CONCEPÇÃO	INSTRUMENTO
Walter SHEWHART	Controle Estatístico do Processo - CEP	Ciclo PDCA
William Edwards DEMING	Método de Controle da Qualidade	14 Princípios de Deming
Joseph M. JURAN	Agir separadamente em cada ponto	Trilogia de Juran
Armand V. FEIGENBAUM	Controle da Qualidade Total - CTQ	
Kaoru ISHIKAWA	Compromisso Autêntico	Diagrama de Causa e Efeito
Philip B. CROSBY	Defeito Zero	Qualidade + Medição + Padrão de Desempenho = Sistema de Qualidade
Gen'ichi TAGUCHI	Agir sobre efeitos e não sobre causas	Ferramentas Básicas (Arranjos octogonais, Gráficos Lineares e Função de Perda)

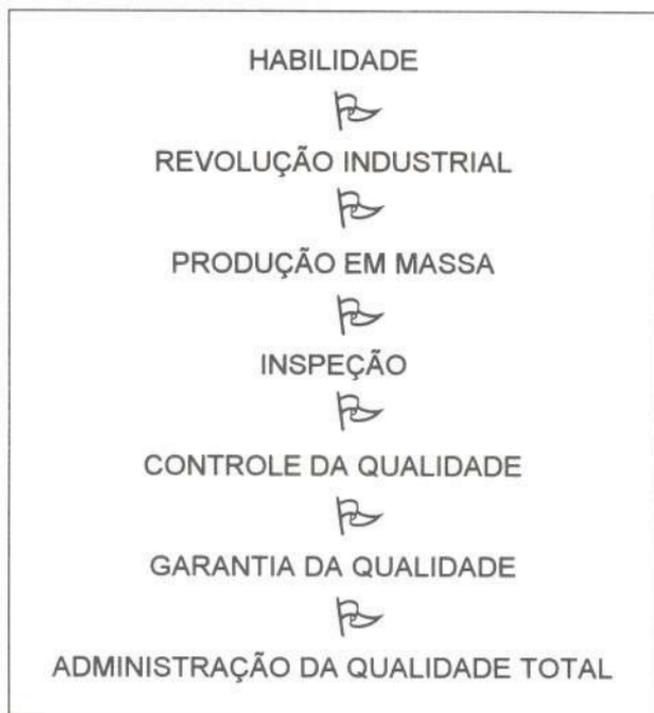
Evolução da qualidade

O conceito de qualidade adquiriu significados diferenciados com o passar do tempo. Conforme Harvard Business School (1990), a teoria (filosofia, metodologia) pela qualidade é um grande e bem sucedido arranjo conceitual, acrescido de um conjunto de técnicas e conhecimentos que se caracteriza por um forte perfil disciplinar.

Brockman (1992) apresenta as seguintes fases como uma evolução do conceito de qualidade:

Figura 1 - **EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE QUALIDADE**
SEGUNDO BROCKMAN

A análise da evolução do conceito segundo Brockman (1992) está relacionada com a evolução histórica do processo produtivo.



Fonte: BROCKMAN, John R. **Just another management fad?...** 1992.

Entretanto é concebível uma outra avaliação da evolução do conceito a partir da compreensão da evolução da própria filosofia da qualidade (SEBRAE, 1994).

A qualidade passou a ser incorporada à produção industrial a partir da década de 1920, justamente para impedir que produtos defeituosos chegassem à mão do consumidor; era baseada na inspeção final do produto, quando os bens já estavam finalizados, gerando uma perda total do produto.

Com o advento da produção em massa, e para atender mercados em crescimento, foram sendo introduzidas técnicas de controle estatístico de processo.

Após a Segunda Guerra Mundial, com o desenvolvimento da indústria aeronáutica, passou a ser adotado o controle de processo que englobava a avaliação em várias etapas buscando diminuir o desperdício causado no processo produtivo, aumentar a segurança e obter o zero defeito.

Este conceito evoluiu para a garantia de qualidade, que consiste na sistematização, por normas escritas, dos padrões e requisitos para cada etapa do processo produtivo, com objetivo de garantir qualidade uniforme para todos os produtos e serviços.

A partir da década de 1960, com a introdução de mudanças no ambiente de negócios, com a saturação dos mercados e a necessidade da criação de novos bens e serviços para satisfazer a demanda do consumidor, o conceito evoluiu para qualidade total.

O conceito de qualidade total significa, segundo o SEBRAE (1994), o resumo das condições para que a organização sobreviva e se desenvolva em um ambiente competitivo e de rápidas mudanças.

Ferramentas da qualidade

A adoção pela qualidade pressupõe a utilização sistemática de instrumentos que auxiliem na compreensão de problemas e solução de erros com base em dados factuais.

As ferramentas podem ser usadas tanto em conjunto como isoladamente desde que haja disponibilidade de dados suficiente para a solução dos problemas detectados.

Lins (1993) divide, para fins didáticos, as ferramentas em:

Ferramentas básicas

As ferramentas básicas são utilizadas para medidas quantitativas dos sistemas pela qualidade e contribuem de forma a otimizar os processos de gestão e tomada de decisão dos referidos sistemas.



Ferramentas auxiliares

As ferramentas auxiliares mencionadas anteriormente servem de apoio para a solução de problemas encontrados, contribuindo para a efetivação das mudanças necessárias e para a compreensão do impacto que elas irão proporcionar.



Fonte: LINS, Bernardo F. E. **Ferramentas básicas da qualidade...** 1993.

Contribuem também como facilitadoras nos processos de elaboração de idéias, verificação prévia das atividades que serão desenvolvidas, na compreensão da capacidade dos processos que

serão implantados ou ainda na avaliação dos fatores que influenciam um problema.

Abordagens da qualidade

Atualmente existem três abordagens distintas na área da qualidade: a americana, a japonesa e a européia.

A abordagem americana defende a idéia de que a qualidade não acontece por acaso, e sim por programa constituído de: planejamento de qualidade, controle da qualidade e aperfeiçoamento da qualidade, ou seja, nos princípios básicos da Trilogia de Juran.

A abordagem japonesa fundamenta-se nos métodos estatísticos e, sobretudo, no respeito e valorização do ser humano, ou seja, nos princípios de Deming.

A abordagem européia tem por base a padronização da International Organization for Standardization - ISO, fundada em Genebra, na Suíça e responsável pelo conjunto de normas ISO 9000, que estabelece os requisitos mínimos para que a organização elabore um sistema de qualidade. Há três níveis de exigências, desde a ISO 9003, a mais branda, à ISO 9001, a mais rigorosa, conforme o grau de controle ou garantia de qualidade que a organização se propõe a oferecer aos seus clientes. As organizações que cumprem os requisitos podem se candidatar a receber um certificado de qualificação homologado por um órgão nacional ou internacional.

Abordagem européia: Família ISO 9000

A ISO 9000 é uma série de cinco normas sobre sistema de qualidade (duas diretivas e três sobre normalização contratual) elaboradas pela International Organization for Standardization - ISO,

uma federação mundial de organismos nacionais de normalização, que conta com noventa e seis países membros. É uma organização não governamental, estabelecida em 1947.

A ISO tem por objetivo promover o desenvolvimento da normalização e de atividades mundiais relacionadas, com vista a facilitar o comércio internacional de bens e serviços, bem como desenvolver cooperação na esfera da atividade intelectual, científica, tecnológica e econômica (Nawa, 1994).

Considerando os diversos enfoques sobre normalização na área de qualidade, com alguns países à frente de outros, a comunidade mundial percebeu a falta de um documento que harmonizasse as diversas experiências e também que fosse um elemento facilitador entre as relações comerciais. Nesse sentido, foi formado na ISO o Comitê Técnico 176 - responsável pela normalização de uso internacional que tratasse da qualidade, sob a liderança do Canadá.

Composição da Família ISO 9000

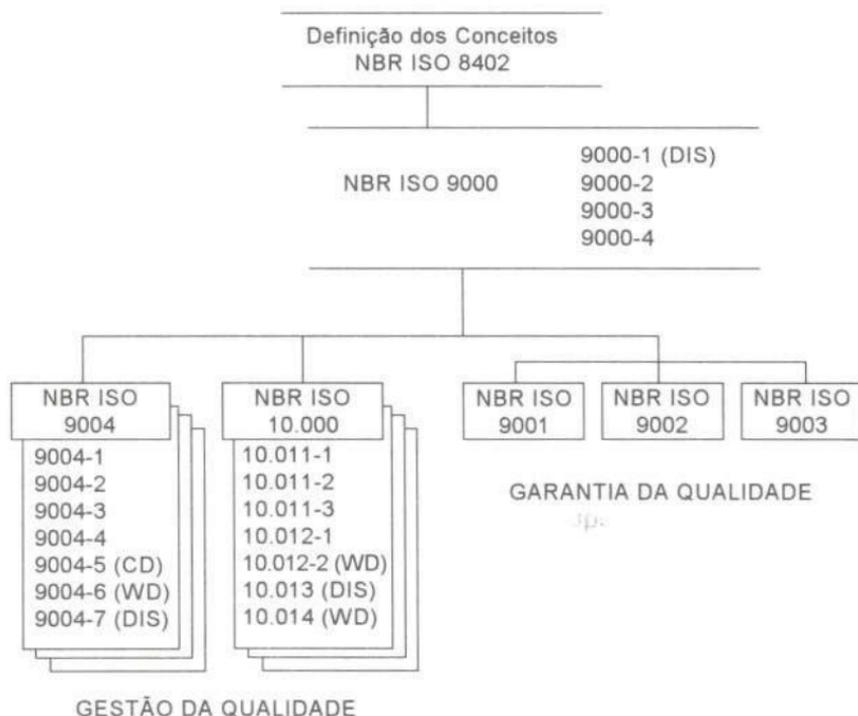
O conjunto de normas da ISO 9000 relativas à gestão e à garantia da qualidade, assim como a terminologia da qualidade, é denominado Família ISO 9000. A Família ISO 9000 é composta pelas seguintes normas:

- a) Série 9000 que trata da gestão e garantia da qualidade;
- b) Série ISO 10.000 que trata da tecnologia de suporte da qualidade, incluindo auditoria e sistemas de medição; e
- c) Norma ISO 8402 que trata da terminologia da qualidade.

No Brasil, a primeira versão das normas ISO 9000 foi editada em junho de 1990, sendo denominadas série NB 9000 (ou NBR 19000). A próxima revisão deveria ser editada ainda em 1994 e adotaria a denominação de NBR ISO 9000.

A estrutura das normas da Família ISO 9000 está representada a seguir.

Figura 2 - Família ISO 9000



Fonte: ABNT CB 25. **Seminário nacional - qualidade aspectos estratégicos ... 1994.**

Certificação

Os grandes avanços dos últimos anos nos sistemas de comunicação e transportes, contribuindo fortemente para a globalização da economia, resultaram no estímulo ao comércio internacional. A negociação dos bens e serviços depende, cada vez mais, da qualidade e de sua garantia.

A adoção das normas da Família ISO 9000, pelos organismos normativos nacionais, ocasionou um desenvolvimento na Certificação, que consiste na Avaliação de Conformidade do Sistema de Qualidade da organização (SEBRAE/ABNT 1993).

Isto implica a adequação da organização como um todo às exigências das normas, e não a adequação dos bens ou serviços em si. Não se trata de avaliar os bens ou serviços, nem de se realizar controles sobre os mesmos.

Entende-se por certificação a ação de uma terceira parte (que não é nem o fornecedor e nem o consumidor), demonstrando que um bem, processo, serviço ou sistema de qualidade, devidamente identificado, está em conformidade com a norma específica ou qualquer outro instrumento normativo.

A Certificação tem por objetivo demonstrar a capacidade da organização para produzir bens ou serviços em conformidade com as exigências, ou seja, é o reconhecimento de que a organização possui um sistema de qualidade. Ela funciona como um fator de *marketing* uma vez que assegura bens e serviços de qualidade aos clientes.

O Certificado de Conformidade é um documento emitido de acordo com as regras de um sistema de certificação, indicando existir um nível adequado de confiança de que bens, processos ou serviços devidamente identificados estão em conformidade com uma norma específica.

Natureza da certificação

Segundo os objetivos, a certificação poderá ser:

a) compulsória - quando exigida pelo governo para a comercialização de bens ou serviços. Ex.: Isenção de IPI para organizações certificadas na Zona Franca de Manaus (Dec. nº 783 de 25/03/93); no Setor de Informática e Automação (Port. nº 101 de 07/04/94) e para extintores de incêndio.

b) voluntária - quando é decisão da organização que produz bens ou fornece serviços, com objetivos mercadológicos.

Etapas do processo de certificação

Segundo o INMETRO (SEBRAE, 1994), as etapas para se obter o processo de certificação são as seguintes:

Figura 3 - Etapas do Processo de Certificação

PRÉ-AVALIAÇÃO	a) Solicitação da Certificação b) Análise do Processo pelo organismo de certificação c) Vista Preliminar d) Preparação de Auditoria pelo organismo de certificação
AVALIAÇÃO	Auditoria propriamente dita que avaliará os aspectos de operacionalização e implementação dos procedimentos necessários ao cumprimento da norma da base contratual que está sendo aplicada
PÓS-AVALIAÇÃO	a) Análise do relatório de auditoria pelo organismo certificador b) Emissão do Certificado e Contrato c) Acompanhamento

Fonte: SEBRAE/Folha de São Paulo. **Qualidade total** ... 1994.

Vantagens da certificação

De acordo com o SEBRAE/ABNT (1993), as vantagens da certificação são:

- a) registro da organização;
- b) benefícios para a implantação de sistemas de garantia pela qualidade e, portanto, prestação de serviços e fabricação de bens mais competitivos;
- c) possibilita a assinatura de acordos de reconhecimento de marcas e certificados;
- d) facilita e barateia a certificação de bens;
- e) facilita a implantação pela qualidade total nas organizações;
- f) evita avaliações de diferentes clientes e fornecedores;
- g) aumenta os argumentos comerciais.

Qualidade e unidades de informação

Informação e qualidade possuem grande valor na sociedade pós-capitalista, possibilitando a renovação dos processos e uma grande motivação dos recursos humanos envolvidos.

A qualidade e a confiabilidade da informação garantem a manutenção da competitividade, a inovação tecnológica e a eficiente gestão empresarial.

Aparentemente pouco se tem realizado sobre a gestão pela qualidade em Unidades de Informação tendo em vista a pouca existência de artigos na literatura nacional. Em se tratando da literatura estrangeira, a maior parte dos trabalhos tratam da qualidade em processos técnicos individualizados como a classificação, catalogação e bases de dados.

Johannesen (1992), ao fazer uma breve revisão da literatura na área, divide em três fases os trabalhos publicados: primeiramente os trabalhos eram acadêmicos e tratavam da filosofia pela qualidade (década de 1970), durante a década de 1980 os trabalhos apresentados discutiam as técnicas com ênfase na descrição das metodologias de erro e retrabalho e finalmente em uma terceira fase a discussão girou em torno das questões metodológicas pela qualidade referindo-se especialmente à elaboração e adoção de medidas e avaliação de sistemas de qualidade em Unidades de Informação.

Desta forma, apesar de a primeira fase discutir a filosofia da qualidade, não é encontrada na literatura uma conceituação específica para sistemas de qualidade em Unidades de Informação. Entretanto a maioria dos autores são unânimes em afirmar que qualidade, garantia da qualidade, qualidade total, administração pela qualidade total são temas que estão diretamente relacionados à gestão de Unidades de Informação.

Segundo Belluzo & Macedo (1993), o interesse pela qualidade em unidades de informação surgiu como resultado da preocupação do treinamento de recursos humanos em bibliotecas universitárias por se tratar de ponto estratégico para a implementação de novas filosofias de trabalho.

Atender às expectativas e às necessidades dos clientes é sem dúvida o ponto básico para que, segundo Luz (1994), as Unidades de Informação trabalhem a qualidade. Ainda segundo a autora, isto implicará que as Unidades de Informação devem conhecer efetivamente seus dados sobre o desempenho operacional, determinar a indicação de prioridades através do conhecimento dos seus pontos fortes e fracos, saber identificar sua clientela interna e externa, adotar medidas de desempenho para seus produtos e serviços, motivar seus recursos humanos além de mensurar seus serviços.

Os programas de qualidade mudaram substancialmente atitudes e processos dentro das organizações e, segundo Paula (1994), o profissional da informação é o primeiro a ser convocado para participar das equipes que iniciam este programas dentro das organizações.

Para Clayton (1992), a qualidade é matéria intrinsecamente relacionada às unidades de informação, uma vez que não se compreendem serviços de informação sem qualidade e com cliente insatisfeito; e Riggs (1992) complementa afirmando que as unidades de informação são organizações essencialmente de serviços em que as pessoas (clientes) significam a sua razão de ser.

Patrucciani & Poggiali (1992) afirmam que a gestão de unidades de informação deve estar aliada aos princípios básicos pela qualidade total, especialmente por se tratar de um fator diferenciador para o cliente final (interno ou externo).

A qualidade em unidades de informação é determinada pelo usuário e a administração deve reconhecer que somente níveis elevados de qualidade propiciarão a excelência dos serviços e conseqüentemente o sucesso almejado (Clair, 1993).

Entretanto, Drake (1993) afirma que a ênfase na qualidade não sobrevive em Unidades de Informação sem a confiança, a resposta em tempo oportuno e sem a satisfação do consumidor. A esta consideração o autor acrescenta ainda que sistemas de qualidade só poderão ser implantados se os bibliotecários forem capazes de compreender o valor percebido pelo consumidor da informação

recebida, ou seja, se forem capazes de avaliar os processos de transferência da informação, que deve ser o foco básico para o trabalho pela qualidade em Unidades de Informação.

Carr (1992) ensina que a qualidade total teve ter o foco nas metas e objetivos organizacionais, observando atentamente a sua missão e os seguintes princípios: Filosofia - prevenção e não retenção; Aproximação - lideranças; Escala - envolvendo as responsabilidades da qualidade; Medidas - de custo da qualidade; Normalização - para todos; Extensão - toda a organização e Tema - melhoramento contínuo.

Um outro elemento comum na literatura diz respeito à implantação de melhorias e constantes melhoramentos, necessitando que se estabeleça uma clara política de qualidade que seja de conhecimento de todos e que se torne capaz de definir a extensão do sistema de qualidade.

Tálamo (1992), no Relatório Final do II Congresso de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, menciona que a qualidade em Unidades de Informação depende da:

a) elaboração de produtos considerando a informação como manufatura, ou seja, o uso de procedimentos técnicos e metodológicos que transformam os dados em informação, utilizando-se dos processos gerenciais de motivação e participação como forma de obtenção da qualidade; e

b) qualidade na gestão dos serviços, uma vez que a informação transforma-se em serviço no seu processo real de utilização.

O entendimento do real produto que as Unidades de Informação trabalham - informação - caracteriza-as basicamente como prestadoras de serviço, o que incide em uma série de aspectos diferenciados.

Considerações a respeito da implantação de sistemas de qualidade em Unidades de Informação

Alguns autores apresentam pontos que, para eles, são considerados indispensáveis para a implantação de um sistema de qualidade em Unidades de Informação.

McFadden (1994) ao descrever a implantação de um sistema de qualidade na AT & T Bell Laboratories apresenta como causas para a mudança qualitativa o declínio da demanda pelos serviços prestados, a pressão para redução dos custos dos serviços da biblioteca, exigências na mudança da postura dos recursos humanos, e um grande número de problemas para acesso à base de dados especialista. Com a implantação, as melhoras percebidas foram especialmente o melhor aproveitamento do tempo, expansão para acesso em outras bases de dados, treinamento dos recursos humanos possibilitando uma maior integração com as atividades desenvolvidas, entre outras.

Drake (1993), ao relatar a implementação do sistema de qualidade da Georgia Tech Library, apresenta as fases como sendo: envolvimento dos recursos humanos, identificação dos consumidores internos e externos, melhoria da satisfação do consumidor, inovações na comunicação com o consumidor permitindo o *feedback*, provimento do valor agregado dos serviços, encorajamento à inovação e eficiência, e treinamento educação e desenvolvimento dos recursos humanos.

Whitehall (1992) ao discutir a implantação, ressalta a necessidade do estabelecimento de medidas que ele classificou como: medidas de acessibilidade (acesso às fontes), de tempo de resposta, de cobertura da coleção e de relevância do acervo.

Certificação das unidades de informação

Recentemente, a Inglaterra adotou um sistema de certificação de Unidades de Informação (Hewlett, 1994) na área de ensino da saúde com o objetivo de garantir a informação precisa e aperfeiçoada e servir de catalisador de mudanças para as Unidades de Informação inglesas.

Este sistema surgiu da necessidade da distribuição mais adequada de verbas, de estabelecer prioridades para o sistema educacional, a fim de possibilitar a cooperação entre as bibliotecas da região onde o sistema de certificação foi implantado, além de

coordenar estatisticamente informações que são compiladas para uma bibliografia nacional.

As certificações são realizadas em três níveis:

1º Nível - quando todos os elementos das normas de certificação são aplicados;

2º Nível - quando os pontos essenciais estabelecidos pelas normas são aplicados e onde há evidências de um processo contínuo de melhoria em direção ao nível 1;

3º Nível - quando a aplicação dos pontos essenciais exige a cooperação de bibliotecas maiores para subsidiar os serviços e que haja um progresso contínuo de melhorias para o nível 2.

Em princípio, todas as Unidades de Informação integrantes do sistema são certificadas no nível 3 e, com o preenchimento do instrumento de avaliação (Anexo 4) e posterior visita do Comitê Certificador, passam a possuir níveis diferenciados conforme as análises realizadas, servindo de estímulo para a melhoria contínua dos serviços desenvolvidos.

Os pontos avaliados para certificação são:

a) Filosofia - envolvendo a filosofia administrativa da biblioteca, suas metas e objetivos bem como o real conhecimento de sua missão organizacional;

b) Acomodação e Equipamento - avaliação da estrutura física e dos equipamentos disponíveis na biblioteca visando verificar se a segurança e a capacidade das instalações estão de acordo com o público atendido;

c) Coleção da Biblioteca - avaliação da coleção, sua disponibilidade, formas de composição do acervo, arrumação etc. visando à satisfação do serviço prestado;

d) Finanças - análise da disponibilidade orçamentária da biblioteca e de seus gastos;

e) Recursos Humanos - avaliação dos recursos humanos envolvidos nos serviços da biblioteca bem como o grau de desenvolvimento ao qual são submetidos;

f) Serviços Básicos - análise dos serviços considerados elementares para a prestação adequada dos serviços bibliotecários: empréstimo, renovação, reserva, pergunta e resposta, educação do usuário, guia de serviços, intercâmbio entre bibliotecas, produtos como Listas de Novas Aquisições etc.;

g) Cooperação entre Bibliotecas - participação em redes de atendimento entre bibliotecas;

h) Tecnologia da Informação - analisa o grau de utilização das novas tecnologias da informação pela biblioteca.

CONCLUSÃO

A qualidade, de modo geral, significa o atendimento dos interesses, desejos e necessidades dos clientes. Esta prática faz parte da gestão da qualidade em Unidades de Informação que, através do conhecimento dos mecanismos de gestão da qualidade, fazem uma adaptação às suas necessidades tendo em vista a facilidade de entendimento dos conceitos e a adaptabilidade destes aos procedimentos de uma Unidade de Informação.

Muito embora esta prática necessite de maior conhecimento por parte dos profissionais da área, especialmente no que diz respeito ao conhecimento sobre a utilização de suas ferramentas, observa-se uma certa afinidade entre os conceitos da qualidade e a missão e os objetivos das Unidades de Informação.

Ao longo dos últimos anos, especialmente da década de 1980 em diante, o profissional da informação vem incorporando com sucesso técnicas da área de administração de empresas, como o planejamento estratégico e o *marketing*, procurando adaptá-las ao seu ambiente.

A filosofia, técnicas e modelos da qualidade são de fácil adaptação às Unidades de Informação tendo em vista a facilidade com que encontram pontos em comum entre a gestão pela qualidade e a necessidade de maior e melhor atuação diante das mudanças ocorridas no cenário nacional e internacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, Rio de Janeiro. **CB 25**. Notas. In: Seminário Nacional - qualidade aspectos estratégicos e gerenciais das normas NBR/ISO 9000. Campinas: ABNT, 1994.
- ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **Gestão da qualidade e elementos do sistema da qualidade**: diretrizes. NB 9004, 1990. 18 p.
- _____. **Gestão da qualidade e elementos do sistema da qualidade**: diretrizes para serviços. NB 9004-2, 1990. 18 p.
- BELLUZO, Regina Célia Batista & MACEDO, Neuza Dias. A gestão da qualidade em serviços de informação: contribuição para uma base teórica. **Ci. Inf.**, Brasília, v.22, n.2, p. 124-132, maio/ago., 1993.
- BROCKMAN, John R. Just another management fad?: the implication of TQM for library and information services. **ASLIB Proceeding**, Londres, v.44, n.7/8, p. 283-288, Jul./Aug., 1992.
- CARR, Stephen J. Strategic planning in libraries. **Library Management**, v.13, n.5, p. 4-17, 1992.
- CLAIR, Guy St. The future challenge: management and measurement. **Special Libraries**, New York, v.84, n. 3, p. 151-154, Summer, 1993.
- CLAYTON, Peter. Japanese management theory and library administration. **The Journal of Academic Librarianship**, v.18, n.5, p. 298-301, 1992.
- CROSBY, P. B. **Qualidade falada a sério**. São Paulo: Mc Graw-Hill do Brasil, 1990. 201 p.
- DRAKE, Mirian A. TQM in research libraries. **Special Library**, v.84, n.3, p. 131-136, 1993.
- FALCONI, Vicente. **Controle de qualidade total**: no estilo japonês. Belo Horizonte: Fundação Christiano Ottoni, 1992. 220 p.
- GARCIA, Fernando Coutinho. Qualidade total: a japoneização a la brasiliis. R. **Esc. Biblioteconomia UFMG**, v.23, n.1, p. 43-55, jan./jun., 1994.

- HEWLETT, John. Quality control in library information services. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE OS DESAFIOS DA ERA DA INFORMAÇÃO, 1994, São Paulo. **Anais ...** São Paulo: BIREME, 1994. p. 1-8.
- JOHANNESSEN, Carl Gustav. The use of quality control principles and methods in library and information science theory and practice. **Libri**, v.42, n.4, p. 283-295, 1992.
- JURAN, J. M. **Juran planejando para a qualidade**. São Paulo: Pioneira, 1990. 394 p.
- LINS, Bernardo F. E. Ferramentas básicas da qualidade. **Ci. Inf.**, v.22, n.2, p. 153-161, maio/ago., 1993.
- LUZ, Graça Maria Simões. Parâmetros e indicadores de qualidade para a área de informação e Biblioteconomia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 17. Belo Horizonte: Associação de Bibliotecários de Minas Gerais, 1994. (Mesa Redonda).
- MACHADO, Lucília Regina de Souza. Controle da qualidade total. **Sinpro Cultura**, v.12, n.18, p. 11-14, maio, 1994.
- McFADDEN, Laurie. AT & T Bell Laboratories creates a quality to study technical reports. **Special Library**, p. 8-15, Winter, 1994.
- NAWA, Geraldo Takeo. ISO / TC 176 e a revisão das normas série 9000. **Controle da Qualidade**, São Paulo, n.25, p. 1- 6, 1994.
- A NOTE on quality: the views of Deming, Juran, and Crosby. Harvard: **Harvard Business School**, 1990. Fotocópia.
- PATRUCCIANI, Alberto & POGGIALI, Igino. La qualità totale in biblioteca. **Bolettino AIB**, v.32, n.1, p. 7-20, mar., 1992.
- PAULA, Rosália Paraíso Matta de. Aplicação da norma ISO 9000 no mercado da informação: uma chance de sucesso para a área de GDI. In: SEMINÁRIO SOBRE AUTOMAÇÃO EM BIBLIOTECAS E CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO, 5, 1994, S. José dos Campos. **Anais ...** S. José dos Campos: UNIVAP/INPE, 1994. p. 14-16.
- RIGGS, Donald E. TQM: quality improvement in new clothes. **College & Research Libraries**, p. 481-483, nov., 1992.

SERVIÇO de apoio à micro e pequenas empresas de São Paulo/ Associação Brasileira de Normas Técnicas. Seminário regional: NBR/ISO 9000 visão tecnológica de incremento à competitividade. 1993, Campinas: SEBRAE/ABNT, 1993. (Anotações).

SEBRAE/Folha de São Paulo. **Qualidade total**. 1994. 8v.

TÁLAMO, Maria de Fátima M. Relatório final. In: CONGRESSO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2, 1992, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Associação Paulista de Bibliotecários, 1992. p. 224-228.

WHITEHALL, Tom. Quality in library and information services: a review. **Library Management**, v.13, n.5, p. 23-35, 1992.

ABSTRACT

It analyses the management for quality searching for coherent solutions that matches the organization macro-objetives, with all the hierarchical levels embedded in the library/information unity.

Key words: quality control; information unity.

LEITURA E DISCURSO CIENTÍFICO

Márcia Aparecida PILLON
UNICAMP
Maria Aparecida Lopes da CRUZ
UFMA

RESUMO

O objetivo deste artigo é mostrar a importância da leitura nos segmentos históricos, seus níveis existentes para a compreensão do texto e a interação que se constitui entre o autor e o leitor. Estabelece a diferença entre o texto e o discurso, apresentando dois tipos de discurso científico: o da descoberta (tipo narrativo) e o da pesquisa ("fazer-saber"). As modificações sofridas pelo discurso científico nos dias atuais refletindo nos projetos de pesquisa.

Palavras-chave: Leitura; Discurso científico.

O sujeito e o sentido da leitura

A leitura é um processo dialético que se insere no "processo histórico-social", portanto a leitura não é uma questão de "tudo ou nada", faz parte da vida do indivíduo (Orlandi, 1988, p.9). Os homens pré-históricos com o conhecimento prévio do mundo faziam suas leituras, hoje através dos vários meios de comunicação e informação o homem compreende não só as leituras de mundo como também as científicas.

Ler exige do indivíduo esforço intelectual tornando compreensíveis as leituras realizadas, decifrando o que o autor quis dizer por trás das palavras escritas.

A abordagem de Kleiman (1989, p.9) quanto à "compreensão de textos escritos" estabelece que os "processos cognitivos que constituem a atividade em que o leitor se engaja para construir o sentido de um texto".

A autora propõe níveis de conhecimento que contribuem para o desenvolvimento intelectual facilitando a compreensão da leitura. Os níveis de conhecimento são descritos como o conhecimento lingüístico, o textual, de mundo, enciclopédico, que são "estimulados" durante o processo de leitura, tecendo o sentido textual. O conhecimento lingüístico engloba todo o processo de aquisição da linguagem, pelo qual passamos, os modos de utilização lingüística de verbos, predicados, locuções, adjetivos entre outros. O conhecimento textual encontra-se na competência individual em compreender a estrutura do texto e formas do discurso.

No processo de construção do sentido, o leitor atua com o seu conhecimento prévio, tentando compreender o conhecimento do outro, isto é, o que o autor quis dizer, na busca de engajamento, do "conhecimento mútuo".

O conhecimento do mundo são as experiências pessoais de vida adquiridas e presentificadas durante o ato de ler.

A presentificação das experiências vividas pelo leitor e pelo autor coloca a leitura como um processo interativo em que a compreensão estabelece um entrosamento entre os vários níveis de conhecimento.

A leitura é considerada, por Orlandi (1983, p.20), como um "momento crítico da constituição do texto, pois é o privilégio da interação verbal", isto é, há a identificação dos interlocutores que se encontram estruturados no "processo de significação".

Verifica-se que há a necessidade de observar no processo de leitura a compreensão do leitor diante do texto, pois este constitui o caminho de ligação entre autor e leitor.

Na leitura interativa o leitor caracteriza-se como "sujeito cognitivo" e o texto como "objeto formal", o relacionamento do leitor com o texto é um fator de destaque, pois são determinados através do sujeito leitor as maneiras de leituras diferentes, e porque pretende resolver o problema de "indeterminação do texto" de modo "referencial", isto é, estabelece um equilíbrio entre o conhecimento que o leitor possui e aquele que o texto contém em si. Neste contexto o leitor como sujeito determina as várias possibilidades de leitura de um texto (Kleiman, 1989, p.39).

Orlandi (1988, p.92) estabeleceu que um dos aspectos fundamentais no processo de significação determinada pela leitura é a possibilidade de se ler um mesmo texto de várias maneiras.

A linguagem é o meio pelo qual o ato da fala se estrutura e exterioriza-se. Bahktin (1981), em sua obra, analisa a linguagem segundo a visão marxista, abordando os aspectos da interação verbal, pois a verdadeira substância da linguagem está constituída pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação. A interação verbal forma a realidade fundamental da língua. Portanto a linguagem nasce e se desenvolve num processo histórico, vinculado com a comunicação verbal concreta. O autor citado discute também o método para o estudo da língua, as formas e os tipos de interação verbal em ligação com as condições concretas em que se realizam as formas das distintas enunciações, em ligação estreita com a interação de que constituem os elementos, isto é, as categorias do ato da fala na vida e na criação ideológica que se presta a uma determinação verbal, exame das formas da língua na sua interpretação lingüística habitual.

O processo de leitura, encaminhado como atividade cognitiva, possibilita ao homem interagir entre o presente e o passado na medida em que concretiza as transformações culturais (Silva, 1985, p.22).

A leitura e o discurso

A linguagem é estabelecida como um processo de comunicação do texto com o leitor e deste com o mundo, ela (a linguagem),

por sua vez, constitui-se como um ato de socialização. Com relação ao discurso como objeto formal do texto, este constitui-se a partir de uma situação, dos fatos ocorridos na sociedade.

Orlandi (1988), em sua obra *Leitura & Discurso*, discute, na visão de Foucault e Pecheux, o discurso, suas funções e formações. No discurso são várias as maneiras de o sujeito ocupar o texto, que corresponde a diversas formações discursivas. Para entender toda essa complexidade discursiva, o autor define discurso na visão de Foucault, como sendo uma "regularidade de uma prática". O discurso tem como função assegurar a permanência de uma certa representação, pois na origem de todo o discurso existe o projeto totalizante de um sujeito, projeto este que o converte em autor. O sujeito é a peça central do discurso que, por sua vez, constitui como autor. O discurso é o palco onde o sujeito se constitui como autor ao constituir o texto.

O discurso forma-se jogo, as palavras recebem sentido a partir da sua própria estruturação. Portanto reafirmamos que a formação discursiva é o lugar da constituição do sentido e da identificação do sujeito. A formação discursiva é o lugar em que todo o sujeito reconhece-se, e identifica-se, adquirindo sua própria identidade. E também o sentido adquire a sua unidade.

Não podemos confundir um texto com um discurso, pois o texto é a "unidade de análise do discurso: o enunciado é a unidade de construção do discurso, mas o discurso apóia-se no texto em seu processo de construção, apenas para estruturar-se" (Orlandi, 1988, p.115).

Orlandi reflete também sobre a situação de leitura, a representação da unidade de leitura, a interpretação, a compreensão, a interação no ato de leitura. A compreensão instaura-se no reconhecimento de que o sentido é socio-historicamente determinado e encontra-se ligado à forma-sujeito que por sua vez, constitui-se pela sua relação com a formação discursiva.

Ao analisarmos o discurso científico observamos que para a sua compreensão e interpretação, exige-se um esforço intelectual com um determinado repertório estrutural.

Deyes (1983), analisando a obra de Harre (1960), argumenta que o discurso científico é fundamentalmente descritivo e diz ser o "escopo" da ciência as "unidades conceptuais de estrutura, propriedades e formas, lugar, medida e processo"; ele coloca a ciência acima do discurso científico. Embora seja sem dúvida o objeto da ciência descrever o ambiente em que a humanidade se encontra, o discurso científico almeja fazer recuar os limites de nosso conhecimento sobre este ambiente através da discussão e argumentação.

Nos trabalhos científicos Severino (1978, p.15) estabelece dois sentidos. Primeiro: "o conjunto de processos de estudos de pesquisa e de reflexão que caracteriza a vida intelectual do universitário". Segundo: "a própria monografia científica, texto que relata dissertativamente os resultados de uma pesquisa numa determinada área. O discurso científico está contido no segundo sentido, sendo porém o desenvolvimento do trabalho científico (a tese, a dissertação, a monografia) resultante de um processo argumentativo".

A caracterização do discurso científico dá-se como um tipo de discurso de ação. Apresentam-se dois tipos de discurso, o da descoberta, do tipo narrativo, discurso individual do cientista em busca de "saber" (enigma-solução) e o da pesquisa, discurso social do "fazer-saber" à comunidade a que se descobriu (Silveira, 1992 p. 99).

A autora citada estabelece que o discurso científico de revisão, caracteriza-se pela retomada do discurso de vários cientistas, desenvolvendo-se como um tipo de discurso produzido pelo escritor, com objetivos específicos, como por exemplo: expor, questionar, reconstituir historicamente e opinar a respeito de um tema.

A legitimação do discurso científico

A concepção iluminista da Ciência como uma atividade desvinculada do Estado, da sociedade e do capital, voltada sobre si mesma e exercida por homens nobres que buscam romper com o

mundo das trevas, da ignorância e do senso comum está hoje ultrapassada.

A Ciência é concebida hoje como um meio de produção, que origina, organiza, estoca e distribui certo tipo de informações. Este processo de produção está sujeito às políticas de desenvolvimento traçadas pelo Estado, às necessidades da sociedade e aos interesses das agências de fomento, como FINEP e outras, além dos interesses comerciais das empresas que mantêm seus próprios laboratórios (Lyotard, 1990).

Desta forma, a atividade científica perde a sua concepção de atividade humanística e especulativa, voltada para o progresso da humanidade e torna-se uma atividade operacional - pode ser formatada, traduzida em "bits" de informação, e dar origem a inúmeros produtos como referências, resumos e índices.

Ao mesmo tempo é também uma "tecnologia intelectual" com suas próprias regras de produção - como escrever e como redigir, como citar, como estruturar o texto científico, como escolher um tema de pesquisa (Matos, 1985; 1984) e assim por diante. Torna-se então uma prática submetida ao capital e ao Estado desenvolvendo linguagens específicas para o tipo de mercado que pretende atingir.

O discurso científico, então, como parte significativa deste processo, sofre modificações na sua estrutura e nos seus objetivos. Embora ainda submetida as mesmas regras gerais para sua aceitação e reconhecimento científico - condições de consistência interna e verificação experimental segundo Lyotard (1979, p.13) - outra condição básica veio se juntar a esta - a da operatividade na realidade presente.

Esta operatividade na realidade tem um exemplo bem claro nos projetos de pesquisa, que consistem em um discurso científico sobre parte da realidade e da possibilidade de estudá-la ou modificá-la, otimizando assim as *performances* do sistema social.

O conhecimento, portanto, não possui mais um valor intrínseco, mas adquire um valor de troca e se legitima pelo desempenho. Além da possibilidade de confirmar ou negar uma verdade

científica, precisa ser capaz de otimizar as *performances do sistema*. Sua eficácia: em outras palavras, precisa ter validade social. Os projetos que atendem a estas necessidades têm mais probabilidade de serem selecionados pelas agências de fomento do que os demais.

A atividade científica se torna assim forma de produção como qualquer outra - possui um mercado específico com suas próprias leis e necessidades, forma profissionais com determinadas características e que não precisam necessariamente estar ligados ao ensino para se legitimar.

CONCLUSÃO

A leitura é antes de tudo um processo intelectual. Mesmo aqueles que a ensinam e a vêem como uma técnica de decodificação de sons e letras sabem que ela (a leitura) demanda tempo, perseverança e capacidade cognitiva para se dominar seus mecanismos básicos. Estes fatores a transformam, inevitavelmente, em um instrumento de elite. Partindo-se desse pressuposto, não é estranho que ao longo de um processo histórico (cronológica e socialmente falando) tenha se construído um conceito burguês de leitura, que envolveu todos os profissionais que atuam nessa área, e que se estendem também a todas as atividades profissionais que de alguma forma dependem de habilidade intelectual (entendida aqui no seu conceito mais restrito) para serem viabilizadas.

A atividade científica constitui o ápice destas atividades e aqueles que a exercem são concebidos como uma elite capaz de "guiar a nação em sua emancipação" (Lyotard, 1979 p.89). Este conceito, hoje, no entanto, tornou-se bem mais funcional e objetivo - busca-se preparar profissionais qualificados para realizar os fins pragmáticos a que se propõem as instituições.

Mesmo os diversos conceitos sobre o processo da leitura tendem ao equilíbrio entre o cognitivismo e o aspecto social da leitura - é verdade que todo indivíduo possui suas próprias estratégias cognitivas de leitura, mas isto não pode ser visto apenas sob o aspecto do mecanicismo ou do individualismo.

Ninguém se expressa apenas a partir do seu próprio interior, todas as nossas idéias são construídas ao longo de todo um processo histórico-social, no qual o próprio discurso científico desempenhou e desempenha um papel muito importante.

A maneira peculiar que o indivíduo tem de se expressar e de interpretar a realidade está muito ligada ao discurso que ele absorve desta mesma realidade. No nosso século, o discurso científico tem sido o predominante. Absorvido como o mais válido dentre todas, o discurso científico tem refletido na sua estrutura todas as mudanças porque passam a sociedade e a realidade que se estuda. A leitura tem absorvido estas mudanças na emancipação do sujeito cognitivo e na teoria da leitura interativa: o discurso científico na visão do seu processo produtivo.

A formação discursiva reafirma assim a constituição do sentido e da identificação do sujeito cognitivo, o lugar onde ele se reconhece e se identifica, adquirindo assim uma identidade própria e onde o sentido do que está sendo comunicado adquire a sua unidade - unidade que é própria na forma do discurso que está sendo narrado e dos sujeitos que nele se reconhece através do jogo interativo entre autor/conhecimento/sujeito cognitivo.

O discurso científico passa, assim, a ter uma validade que não apenas lhe é própria, intrínseca, mas também social, ao menos no que tange a sua aplicação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAHKTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1981.
- DEYES, Antony F. Saber, ensinar e aprender: "inputs" para um curso de leitura. **Caderno PUC**, n.16, 1983.
- LYOTARD, Jean-François. **O pós-moderno**. Trad. Ricardo Correia Barbosa, 3.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1990.
- KLEIMAN, Angela. **Leitura: ensino e pesquisa**. Campinas: Pontes, 1989.

- _____. **Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura.** Campinas: Pontes, 1989.
- MATOS, Francisco Gomes. O cientista como citador. **Ciência e Cultura**, v.37, n.12, dez., 1985.
- _____. Como resenhar um livro. **Ciência e Cultura**, v.37, n.1, jan., 1985.
- _____. Como delimitar um trabalho científico: do tema ao problema. **Ciência e Cultura**, v.37, n.8, ago., 1985.
- _____. A comunicação científica da cautela à convicção. **Ciência e Cultura**, v.37, n.9, set., 1985.
- _____. Escrever ou redigir? Um desafio comunicacional ao cientista. **Ciência e Cultura**, v.36, n.6, jun., 1984.
- ORLANDI, Eni P. **Leitura & Discurso.** São Paulo: Cortez, 1988.
- _____. A produção da leitura e suas condições. **Leitura: Teoria & Prática.** v.2, n.1, abril, 1983.
- _____. Uma questão de leitura: a noção de sujeito e a identidade do leitor. **Cadernos PUC**, n.14, 1982.
- SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico: diretrizes para o trabalho didático-científico na Universidade.** 3.ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.
- SILVA, Ezequiel T. **O ato de ler.** Campinas: Pontes, 1989.
- _____. **Leitura & realidade brasileira.** 2.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.
- SILVEIRA, Regina C. P. A organização textual do discurso científico de revisão. **TEMA.** n. 16, abr./ago., 1992.

ABSTRACT

The objective of this article is to show the importance of reading in many historical segments, its existing levels to the text understanding and the interaction between author and reader. It establishes the difference between text and discourse.

Key words: Reading; Scientific discourse.

MUNDO DO TRABALHO E SINDICATOS NA ERA DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: IMPASSES E DESAFIOS DO NOVO SINDICALISMO BRASILEIRO*

Ricardo ANTUNES
UNICAMP

RESUMO

Discute o movimento sindicalista brasileiro desde a década de 1970, seu desenvolvimento na década de 1980, com o nascimento da Central Única dos Trabalhadores (CUT), para entrar nos anos 90, na fase da "negociação". Negociação é a palavra-chave dos anos 90. Mas negociar dentro ou fora da ordem capitalista?

Palavras-chave: Sindicalismo brasileiro; Sindicato de trabalhadores; CUT; Trabalho; Trabalhadores; Capital; Classe trabalhadora.

A crise que atinge o mundo do trabalho, seus organismos sindicais e partidários é de proporções ainda não de todo assimiladas. Sua intensidade e agudeza devem-se ao fato de que, simultaneamente, atingiu a materialidade e a subjetividade do *ser-que-vive-do-trabalho*. Não foram poucas as transformações vivenciadas nesta última década, atingindo centralmente os países capitalistas desenvolvidos, mas com fortes repercussões, decorrentes da mundialização e globalização do capital, no conjunto de países do Terceiro Mundo, especialmente aqueles *intermediários*, dotados de um significativo parque industrial, como é o caso do Brasil.

(*)Capítulo do livro de:

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995 (Concessão especial do autor para Transinformação).

Indico, a seguir, alguns elementos que, no seu conjunto, compõem a causalidade deste quadro agudamente crítico: a automação, a robótica e a microeletrônica possibilitaram uma revolução tecnológica de enorme intensidade. O taylorismo e o fordismo já não são únicos, convivendo, no processo produtivo do capital, com o "toyotismo", o "modelo sueco", entre outros. Tais mudanças têm conseqüências diretas no mundo do trabalho, especialmente na classe operária. A flexibilização da unidade fabril, a desconcentração da produção, a arrasadora desregulamentação dos direitos do trabalho, os novos padrões de gestão e "envolvimento" da força de trabalho, como os Círculos de Controle de Qualidade (CCQ), experimentados no Japão - em realidade uma apropriação do *fazer e saber* do trabalho, sob o comando manipulatório do capital dos nossos dias, levando o *estranhamento* do trabalho (no sentido marxiano) ao seu limite - tudo isso, feito sob um "inquestionável" domínio da "produtividade" e da "modernidade social", acabou afetando a forma de ser do proletariado fabril, tradicional. A *classe-que-vive-do-trabalho* metamorfoseou-se.¹

Se já bastassem estas transformações, a crise atingiu também diretamente a *subjetividade* do trabalho, sua consciência de classe, afetando seus organismos de representação, dos quais os sindicatos e os partidos são expressão. Os primeiros, os sindicatos, foram forçados a assumir uma ação cada vez mais *defensiva*, cada vez mais atada à *imediatez*, à *contingência*, regredindo sua já limitada ação de defesa de classe no universo do capital. Gradativamente foram abandonando seus traços anticapitalistas, aturdidos que estavam, visando a preservar a jornada de trabalho regulamentada, os demais direitos sociais já conquistados e, quanto mais a "revolução técnica" do capital avançava, lutavam para manter o *mais elementar e defensivo* dos direitos da classe trabalhadora, sem os quais sua sobrevivência está ameaçada: *o direito ao trabalho, ao emprego*.

É nesta contextualidade adversa que se desenvolve o *sindicalismo de participação* em substituição ao *sindicalismo de classe*. Participar de tudo..., desde que não se questione o mercado, a legitimidade do lucro, *o que e para quem* se produz, a lógica da produtividade, a sacra propriedade privada, enfim, os elementos

básicos do complexo movente do capital. As perspectivas generosas da emancipação humana, tão caras a Marx, foram ou estão sendo pouco a pouco trocadas pelos valores da *acomodação* social-democrática. Entre o estrago neoliberal e a bancarrota do Leste europeu (equivocadamente assimilada por enormes contingentes da esquerda como o “fim do socialismo e do marxismo”), o universo político e ideológico do mundo sindical de esquerda, incapaz de buscar novas alternativas socialistas, *refundadas, redescobertas e radicais*, cada vez mais se insere na preservação do chamado *welfare state*, no universo da ação socialdemocrática. A luta pelo controle social da produção, presente com intensidade nos anos 60/70, na Europa, e em tantos outros momentos da luta dos trabalhadores, parece cada vez mais distante. O moderno é o mercado, a produtividade, a integração, a negociação, o acordo, a conciliação, a concertação.

Incapaz de apreender a *amplitude* e a *dimensão* da crise do capitalismo, postado numa situação desfavorável que lhe obsta a possibilidade de visualizar e agir *para além do capital*, o sindicalismo, em seus *traços e tendências dominantes* nos países avançados, conduzido pelo ideário que tem conformado suas lideranças, a cada passo dado, recua a um patamar anterior, assemelhando-se a um indivíduo que, embora pareça caminhar para a frente, desce uma escada de costas, sem visualizar o último degrau e menos ainda o tamanho do tombo. Cada vez mais atuando sob o prisma institucional, distanciando-se dos movimentos sociais autônomos, o sindicalismo vive uma brutal crise de identidade. Penso que se trata mesmo da *mais aguda crise no universo do trabalho*, com repercussões fortes no movimento dos trabalhadores. A *simultaneidade* da crise, tanto na materialidade quanto na subjetividade da *classe-que-vive-do-trabalho*, torna-o muito mais intensa. Quais foram as conseqüências mais visíveis dessas transformações?

No que diz respeito ao mundo do trabalho, as respostas são complexas e envolvem múltiplas processualidades, que aqui somente podemos indicar, de modo a tentar configurar um *esboço* explicativo para a crise que assola a classe trabalhadora (nela incluído o proletariado) e em particular o movimento sindical. É visível a redução do operariado fabril, industrial, gerado pela grande indústria comandada pelo binômio taylorismo-fordismo, especialmente nos

países capitalistas avançados. Porém, paralelamente a este processo, verifica-se uma crescente *subproletarização* do trabalho, através da incorporação do trabalho precário, temporário, parcial etc. A presença imigrante no Primeiro Mundo cobre fatias dessa *subproletarização*. Ora se confundindo, ora se diferenciando desta tendência, há um fortíssimo processo de *terceirização* do trabalho, que tanto qualifica como desqualifica e com certeza desemprega e torna muito menos estável a condição operária.² Deslança o assalariamento dos setores médios, incorpora-se o trabalho das mulheres no processo produtivo. Há qualificação em vários setores, como no ramo siderúrgico, acarretando, como tendência, um processo de *intelectualização do trabalho industrial* (o trabalhador como "supervisor e regulador do processo de produção", conforme a antecipação genial de Marx nos *Grundrisse*), e desqualificação em outros, como no mineiro. Como se constata, a processualidade é complexa e multiforme e tem como resultado uma classe trabalhadora mais *heterogeneizada, fragmentada e complexificada*.³

O sindicalismo não permaneceu imune a estas tendências: diminuíram as taxas de sindicalização, na(s) última(s) década(s), nos EUA, Japão, França, Itália, Alemanha, Holanda, Suíça, Reino Unido, entre outros países.⁴ Com o aumento do *fosso* entre operários estáveis e precários, parciais, *reduz-se fortemente o poder dos sindicatos, historicamente vinculados aos primeiros e incapazes, até o presente, de incorporar os segmentos não estáveis da força de trabalho*. Houve, na década de 1980, redução do número de greves em vários países do centro. Aumentam os casos de corporativismo, xenofobia, racismo, no seio da própria classe trabalhadora. Tudo isso permite constatar que o movimento sindical encontra-se numa crise de proporções nunca vistas, atingindo com intensidade, na década de 1980, o sindicalismo nos países avançados e que, na viragem de 1980 para 1990, atingiu diretamente os países subordinados, especialmente aqueles dotados de uma parque produtivo relevante, como é o caso do Brasil.

Quando se reflete sobre as transformações vivenciadas no sindicalismo nos países centrais e seus paralelos com aquele praticado no Brasil, é preciso fazer as devidas mediações. Participa-

mos de um contexto econômico, social, político e cultural que tem traços universais do capitalismo globalizado e mundializado, mas que tem singularidades que, uma vez apreendidas, possibilitam resgatar aquilo que é *típico* desse canto do mundo e desse modo reter a sua particularidade. Trata-se, portanto, de uma *globalidade desigualmente combinada*, que não deve permitir uma identificação acrítica ou epifenomênica entre o que ocorre no centro e nos países subordinados.

O nosso sindicalismo viveu, na década de 1980, ora no fluxo, ora no contrafluxo das tendências acima descritas. Diria que, na contabilização da década, seu saldo foi muito positivo. Houve um enorme movimento grevista; ocorreu uma expressiva expansão do sindicalismo dos assalariados médios e do setor de serviços; deu-se continuidade ao avanço do sindicalismo rural, em ascenso desde os anos 70; houve o nascimento das centrais sindicais, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), fundada em 1983; procurou-se, ainda que de maneira insuficiente, avançar nas tentativas de organização nos locais de trabalho, debilidade crônica do nosso movimento sindical; efetivou-se um avanço na luta pela autonomia e liberdade dos sindicatos em relação ao Estado; verificou-se um aumento do número de sindicatos, onde se sobressai a presença organizacional dos funcionários públicos; houve aumento nos níveis de sindicalização, configurando-se um quadro nitidamente favorável para o *novo sindicalismo* ao longo de última década.

Porém, paralelamente a esse processo, nos últimos anos da década de 1980, acentuavam-se as tendências econômicas, políticas e ideológicas que inseriam o nosso sindicalismo na onda regressiva. A automação, a robótica e a microeletrônica, desenvolvidas *dentro de um quadro recessivo intensificado*, deslançavam um processo de desproletarização de importantes contingentes operários, de que a indústria automobilística é um forte exemplo. As propostas de desregulamentação, de flexibilização, de privatização acelerada, de desindustrialização tiveram, no neoliberalismo do projeto Collor, forte impulso.

Esta nova realidade arrefeceu e acuou o *novo sindicalismo* no Brasil, que se encontrava, de um lado, frente à emergência de um sindicalismo neoliberal, expressão da *nova direita*, sintonizada com a

onda mundial conservadora, de que a Força Sindical (central sindical criada em 1991) é o melhor exemplo e, de outro, frente às próprias lacunas teóricas, políticas e ideológicas no interior da CUT, que lhe dificultavam enormemente o avanço qualitativo, capaz de transitar de um período de resistência, como nos anos iniciais do *novo sindicalismo*, para um momento superior, *de elaboração de propostas econômicas alternativas, contrárias ao padrão de desenvolvimento capitalista aqui existente*, que pudessem contemplar prioritariamente o amplo conjunto que compreende nossa classe trabalhadora. Neste caso, além da combatividade anterior, era necessária a articulação de uma *análise aguda da realidade brasileira com uma perspectiva crítica e anticapitalista, de nítidos contornos socialistas*, de modo a dotar o *novo sindicalismo* dos elementos necessários para resistir aos influxos externos, à avalanche do capital, ao ideário neoliberal, no lado mais nefasto e, de outro, à *acomodação social-democrática*, que, apesar de sua crise no centro, aumentava fortemente seus laços políticos e ideológicos com o nosso movimento sindical, procurando apresentar-se cada vez mais como a *única* alternativa possível para se fazer o combate ao neoliberalismo.

Não é preciso dizer que o quadro hoje é agudamente crítico. O sindicalismo da *Força Sindical*, com forte dimensão política e ideológica, preenche o campo sindical da *nova direita*, da preservação da ordem, da sintonia com o desenho do capital globalizado, que nos reserva o papel de país montador, sem tecnologia própria, sem capacitação científica, depende totalmente dos recursos forâneos.

Na Central Única dos Trabalhadores o quadro também é de grande apreensão. Começa a ganhar cada vez mais força em algumas de suas principais lideranças, uma postura de abandono de concepções socialistas e anticapitalistas, em nome de uma *acomodação dentro da Ordem*. O culto de negociação, das câmaras setoriais, do programa econômico para gerir *pelo capital* a sua crise, tudo isso está inserido num projeto de maior fôlego, cujo oxigênio é dado pelo *ideário* e pela *prática* social-democráticas. Trata-se de uma crescente definição *política e ideológica* no interior do movimento sindical brasileiro. É uma postura cada vez *menos* respaldada numa *política*

de classe. E cada vez *mais* numa política para o conjunto do país, o "país integrado do capital e do trabalho".

No campo que se reconhece como socialista e anticapitalista no interior da Central Única dos Trabalhadores, as dificuldades também são enormes. Como é possível resistir a uma onda tão intensa? Como é possível elaborar um *programa econômico alternativo* que incorpore os milhões de trabalhadores que não participam do mercado e que vivem da miséria da economia informal? Como é possível gestar um novo modelo econômico que elimine definitivamente a *superexploração* do trabalho, que particulariza o capitalismo industrial brasileiro, cujo salário mínimo é degradante? Quais são os contornos básicos desse modelo econômico alternativo cuja lógica deverá *iniciar* a desmontagem do padrão de acumulação capitalista vigente no país? Como é possível pensar numa ação que não impeça o avanço tecnológico, mas o faça em bases reais, com ciência e tecnologia de ponta desenvolvida em nosso país? Como é possível um caminho *alternativo* que recupere valores socialistas originais, verdadeiramente emancipadores? Que não aceite uma globalização e uma integração impostas pela lógica do capital, *integradora para fora e desintegradora para dentro*? Como é possível hoje articular valores inspirados num projeto que olha para uma sociedade *para além do capital*, mas que tem que dar respostas imediatas para a barbárie que assola o cotidiano de *ser que vive do trabalho*? Em outras palavras, como superar um caminho meramente doutrinário e buscar a difícil e imprescindível articulação entre os interesses imediatos e uma ação estratégica, de longo prazo, de clara conformação anticapitalista? Estes são, como se pode perceber, desafios enormes.

Se, entretanto, consegui traçar um quadro *crítico* aproximado, o desafio mais urgente do nosso sindicalismo pode ser assim sintetizado: como se efetiva, no contexto de uma situação *defensiva*, uma ação sindical que dê respostas às necessidades imediatas do mundo do trabalho, preservando elementos de uma estratégia anticapitalista e socialista?

Qual caminho o novo *sindicalismo* brasileiro, nascido no final dos anos 70, vai adotar: irá negociar *dentro da Ordem* ou *contra a Ordem*? Procurará elaborar um programa de emergência para simplesmente *gerir a crise do capital* ou tentará avançar na elabora-

ção de um programa econômico alternativo, *formulado sob a ótica dos trabalhadores*, capaz de responder às reivindicações imediatas do mundo do trabalho, mas tendo como horizonte uma organização societária fundada nos valores socialistas e efetivamente emancipadores? Pode-se responder que para tanto é preciso muito mais que a ação sindical. É verdade. Mas pode-se responder que a ação sindical no Brasil dos nossos dias seguramente auxiliará, numa ou noutra direção, o que lhe confere uma enorme responsabilidade.

NOTAS

(1) Ver, por exemplo, F. Murray, "The Decentralisation of Production - The Decline of the Mass-Collective Worker", *Capital & Class*, 19, Londres, 1983; Annunziato, F., "Il Fordismo nella Critica de Gramsci e Nella Realta Statunitense Contemporanea", *Critica Marxista*, 6, Itália; 1989, S. Clarke, "Crise do Fordismo ou Crise da Social-democracia", *Lua Nova*, 24, São Paulo, 1991; T. Gounet, "Luttes Concurrentielles et Stratégies d'accumulation dans L'Industrie Automobile", *Estudes Marxistes*, n.10, Bélgica, maio, 1991.

(2) Ver A. Bihr, "Le Prolétariat Dans Tous Ses Eclats", *Le Monde Diplomatique* e A. Gorz, "Pourquoi la Société Salariale a Besoin de Nouveaux Valets", *Le Monde Diplomatique*, 22/6/1990.

(3) Ver I. Mészáros, "The Division of Labor and The Post-Capitalist State", *Monthly Review*, 39, jul.ago. 1987 e E. Mandel, "Marx, La Crise Actuelle et L'Avenir du Travail Humain", *Quatrième Internationale*, 20, Paris, maio 1986.

(4) Ver, por exemplo, os dados apresentados por Jelle Visser em J. Freyssinet (organizador), "Syndicalisme et Désyndicalisation", em *Le Mouvement Social*, n.162, "Sindicats D'Europe, janvier/mars 1993, Paris, Éditions Ouvrières.

ABSTRACT

Brazilian union movement is discussed in the light of production changes of the last three decades. The nineties is the decade of "negociation". How to negotiate? Within or out of capitalist order?

Keywords: Brazilian union; Trade union; CUT; Labor; Workers; Capital; Work class.

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL EM SAÚDE PÚBLICA: UMA PESQUISA CONSCIENTIZADORA

Inês Rosito Pinto KRUEL

RESUMO:

Descreve um programa de disseminação da informação, em uma campanha de saúde pública para uma comunidade do município de Taquara, no Rio Grande do Sul, através de técnicas da comunicação institucional e da pesquisa participativa. Concluiu-se que a comunicação institucional, utilizando a pesquisa conscientizante, foi eficaz como instrumento motivador na campanha junto à comunidade. Por outro lado, um desafio aos profissionais da área de informação ligados a projetos de pesquisa foi acionado, especialmente para aqueles que buscam novos posicionamentos capazes de criar vínculos efetivos favoráveis à melhora da qualidade de vida da humanidade.

PALAVRAS-CHAVE: Informação; Saúde pública; Pesquisa conscientizadora.

INTRODUÇÃO

A Comunicação na Pesquisa Médica

A mitologia grega, segundo Landmann (1982, p.17) é uma fonte permanente de informação para quem se preocupa com os fatos humanos. *Esculápio*, o deus da medicina, teve duas filhas: *Panacea*, a deusa da cura ou da assistência médica e *Hygea*, a deusa da higiene ou da medicina preventiva. Como todo pai, acreditava que

ambas fossem realizar um trabalho de cooperação e não de disputas. Mas a competição prevaleceu pois, caso Hygea obtivesse sucesso completo, Panacea ficaria desempregada; e se Panacea, como vem acontecendo, fosse a preferida da opinião pública, do governo e da classe médica, quem ouviria os vulgares conselhos de Hygea? Analisando o poder atual de Panacea, podemos inferir que foi ela quem ganhou esta disputa. O que não sabemos, pois tudo indica não existir registro, é até onde os meios de comunicação colaboraram para que isso acontecesse. A tendência atual, que se observa, é que os meios de comunicação estão limitando-se a dar ênfase a um *marketing* de assistência médica ao consumidor, quando o que se pretendia é reviver a Hygea. Para que isso acontecesse seria importante a contribuição dos meios de comunicação levando ao cidadão informações sobre ações concretas que demonstrassem as diversas práticas de promover saúde. Ainda que favorecessem a efetiva participação de cada um na gestão de seus problemas de saúde. Espera-se que através da conscientização da comunidade ela possa assumir, de forma cada vez mais lúcida e autônoma, seu papel de protagonista e agente social.

O tema saúde não é propriedade do médico, nem tampouco da medicina. O médico e a medicina têm a ver com a doença, porém, quem trata da saúde somos todo nós, - seres humanos de todas as áreas. Assim, segundo Bejzman (1991, p.32), a nova abordagem da saúde passa a ser interdisciplinar e pluriprofissional.

Roma foi medíocre no desenvolvimento de uma boa medicina curativa mas segundo Xavier Filho (1993, p.77) foi muito eficaz no campo da saúde pública.

No Brasil, constata-se que a prevenção em saúde foi relegada a um segundo plano, dando prioridade à medicina assistencial. A Secretaria da Saúde de São Paulo, nas décadas de 1960 a 1980, realizou algumas campanhas de caráter preventivo. O material educativo utilizado foi considerado por Guedes & Motta (1989, p.23) como inadequado. Constataram que as informações do material sofreram uma gradativa diminuição, reduzindo-se a simples ordens como: "vacine seu filho contra a varíola". Constituíram-se mais como uma forma de doutrinação do que de conscientização.

O progresso, em qualquer área, de acordo com Quesada (1980, p.19), para ser duradouro tem que estar baseado na aceitação da comunidade e de sua liderança local. Certos planos nacionais de desenvolvimento não fazem muito sentido, quando implementados, pois são gestados em gabinetes ministeriais, inseminados por estatísticas deficientes e sua parição só alivia o útero político do seu autor. Um projeto, para ter êxito, necessita que tenha sua origem, sancionamento e avaliação vinculados diretamente à comunidade.

Considera-se que tais afirmações se constituem no grande desafio que profissionais da área de informação, ligados a projetos de pesquisa, terão de desenvolver, na constante busca de novos posicionamentos com relação à forma de comunicar em saúde.

Interagindo com a pesquisa médica, o trabalho de comunicação institucional pretende informar os agentes de saúde do município de Taquara, RS, sobre os principais aspectos relacionados com o câncer de esôfago na região.

Descrição da pesquisa

Este é um estudo sobre a forma como se desenvolve um trabalho de comunicação institucional em um projeto de saúde pública, utilizando a pesquisa conscientizadora de forma adaptada.

O presente estudo, pela sua natureza, constitui-se num trabalho descritivo, a partir da análise qualitativa das entrevistas realizadas com as pessoas que se dirigiram à unidade sanitária Henrique Baurmann, Taquara (RS) Brasil, para realizarem exame de prevenção de câncer de esôfago, denominado exame do balão chinês.

A análise qualitativa foi realizada a partir dos relatos obtidos com os indivíduos entrevistados, levando-se em conta aspectos subjetivos da entrevista, quais sejam impressões, experiências e percepção, tanto dos entrevistados como da entrevistadora.

Mediante determinação da amostra desejou-se saber se os indivíduos que realizaram o exame com o balão chinês tinham conhecimento prévio desse exame, ou se teriam sido motivados pela ação da comunicação.

De igual modo, intentou-se descobrir se esses indivíduos tinham um conhecimento prévio das principais doenças da região, como o câncer de esôfago. Isto porque se considerava a hipótese de que a comunicação institucional, quando utilizada em campanhas congêneres de utilidade médica, é capaz de motivar a população, envolvendo-a diretamente com essa realidade e, por essa razão, levá-la a interagir com os objetivos da campanha específica.

Esta hipótese pode ser reveladora de uma reação favorável da audiência, na medida em que a própria busca individual de contato com o exame divulgado, por si, já atesta o efeito do programa de divulgação.

População e amostra

População alvo - indivíduos residentes em Taquara, RS, com idade igual ou superior a 40 anos que, notificados da campanha por algum tipo de comunicação, dirigiram-se à unidade sanitária para marcação e realização dos exames preventivos de câncer de esôfago. Desses indivíduos, no total de 420, que realizaram os exames, entre junho a novembro de 1994, foram selecionados aleatoriamente 94 pessoas: após cada três fichas, escolhia-se a quarta para a realização da entrevista, que formou a amostra estudada, correspondendo a cerca de 25% da população alvo.

Delimitação da pesquisa

A pesquisa foi realizada durante o ano de 1993/1994, para ser desenvolvida junto ao grupo amostra.

No ano de 1993, realizaram-se os trabalhos de diagnóstico da situação e os primeiros contatos com representantes da comunidade de Taquara. A partir de janeiro de 1994, começaram as atividades de divulgação da campanha e coleta de dados.

Taquara é um município do estado do Rio Grande do Sul. Localiza-se na microregião Colonial Encosta da Serra Geral do

Estado. Criado em 1886 e distante 78 km de Porto Alegre. Quanto aos meios de comunicação possui: Rádio Taquara; Jornal Panorama; Jornal NH (Vale do Paranhana) e Rádio Emoção.

Instrumento

Analisando os objetivos da pesquisa, optamos pela entrevista como instrumento de coleta de dados, por ser considerada um dos mais eficazes instrumentos de pesquisa na área social. Ela exige a interação verbal direta entre os indivíduos.

Utilizou-se a entrevista semi-estruturada, na qual os procedimentos e conteúdo são planejados previamente, porém, deixando-se liberdade para o entrevistado externar suas opiniões e sugestões. Foram utilizadas, na composição do roteiro básico, questões fechadas e abertas.

Os questionários epidemiológicos, aplicados pelos bolsistas do Grupo de Estudos e Pesquisa em Câncer de Esôfago, GEPECE/UFRGS/HCPA, constituíram-se no instrumento de coleta de dados da pesquisa de "Rastreamento Populacional de Câncer de Esôfago no Rio Grande do Sul". Dados gerais, como sexo, faixa etária, principal ocupação exercida, local de residência, foram retirados deste instrumento.

Foram realizados 420 questionários epidemiológicos e 94 entrevistas. Tanto os questionários como as entrevistas foram realizados na própria unidade sanitária, enquanto esperavam a realização do exame com o balão chinês.

Coleta de dados

Seguindo a estrutura de pesquisa conscientizadora, propusemos as seguintes etapas neste trabalho:

1. Fase de preparação - Consistiu no estabelecimento de um diagnóstico da situação e constituição da equipe de pesquisadores. A equipe de pesquisadores foi constituída pelos pesquisadores e

bolsistas do Grupo Estudos e Pesquisas do Câncer de Esôfago, GEPECE. Esta fase correspondeu aos contatos realizados com o Secretário de Saúde do município. Foi sua a sugestão da realização de um encontro com a classe médica de toda a região da Encosta da Serra para que todos pudessem tomar conhecimento do projeto.

Na reunião os médicos apresentaram sugestões para divulgação da campanha na região, como: a) a realização de cartazes; b) folhetos; c) cartas a todos os médicos da região, expondo os objetivos da campanha e formas de procedimento, sempre buscando mobilizá-los a trabalharem em conjunto com o grupo de pesquisa; d) também sugeriram a utilização do rádio e jornal locais.

2. Fase de iniciação - Iniciou-se esta fase, atendendo às sugestões dos médicos da região, da seguinte maneira:

a) Foram feitos cartazes, contendo o mapa do Rio Grande do Sul, onde foram acentuadas as regiões de maior incidência de câncer de esôfago no Estado, que são a região da Campanha (fronteira com o Uruguai) e a região da Encosta da Serra Geral (onde está localizado o município de Taquara). Esses cartazes foram colocados no mural da unidade de saúde.

b) Foram confeccionados folhetos, com informações sobre quais os municípios com maior incidência de câncer de esôfago, e quais as pessoas que deveriam se submeter a um exame de prevenção, chamado "exame do balão chinês", ou como eles batizaram, "exame da garganta". Foram distribuídos na unidade sanitária Henrique Baurmann bem como entregues a líderes comunitários para divulgação.

c) Redigiu-se uma carta à comunidade médica, com esclarecimentos sobre dados epidemiológicos da região, solicitando sua cooperação na divulgação da campanha bem como sugestões e críticas com relação ao trabalho. Foi enviada a todos os médicos, através da Secretaria de Saúde de Taquara.

d) Utilizou-se a Rádio de Taquara para divulgação de nossa campanha. Foram dadas algumas entrevistas ao vivo. Os radialistas locais também participaram da divulgação da campanha, informando os dias, horário e local da realização dos exames. A solicitação da veiculação desta notícia era realizada semanalmente,

com ênfase nas datas próximas à realização dos mutirões, ocasião em que se buscava um espaço maior. As notícias divulgadas pelos jornalistas eram veiculadas no programa noticioso do meio-dia. Houve também uma entrevista na rádio Pampa de Porto Alegre, no programa radiofônico, Medicina e Saúde, dia 26 de junho de 1994.

e) Utilizou-se o jornal local, Panorama - para divulgação dos exames preventivos, porém nada de forma sistemática, pois não se constituía em matéria paga. Tudo era feito conforme conseguíamos um espaço para a divulgação do trabalho. A primeira publicação foi em 4 de fevereiro de 1994 e descreveu o projeto de prevenção de câncer de esôfago que o Grupo de Pesquisa, GEPECE, estava propondo-se a realizar em Taquara.

f) Foi criado um mural na unidade de saúde, contendo indicações sobre nossa campanha, inclusive com as datas dos próximos "mutirões".

Mutirão foi o nome que demos às atividades que passamos a realizar nos sábados. Em agosto de 1994, tínhamos pessoas agendadas até janeiro de 1995. O posto funciona de 2° à 6° feira, das 8 às 17 horas. Para que pudéssemos atender mais rapidamente essas pessoas, os agentes de saúde sugeriram abrir o posto aos sábados, de 21 em 21 dias, quando então poderíamos atender aproximadamente 70 pessoas, uma vez que todas as salas estariam livres e os exames poderiam ser feitos em várias delas. Assim, pesquisadores e funcionários do posto passaram a trabalhar nos sábados, movimentando a vida da cidade.

Nesta fase também ocorreu a coleta dos dados através das entrevistas. As respostas eram transcritas e agrupadas, permitindo a análise qualitativa dos dados.

Análise dos dados

A análise dos dados obtidos na entrevista foi passível de considerações voltadas para o aspecto qualitativo das mesmas.

Na análise quantitativa realizou-se pareamento das médias do número de consultas na unidade sanitária. Teste de

Mann-Whitney para a comparação das médias dos dois grupos (janeiro-maio e julho-novembro).

Qui - quadrado analisando a relação entre a questão 10, "como os indivíduos componentes da amostra ficaram sabendo da realização dessa campanha de prevenção" com a questão 6 das entrevistas, que perguntava "se a população-alvo tinha conhecimento do tipo de exame com balão chinês que iriam realizar". Nas demais questões da entrevista foi realizada análise da frequência. EPI INFO 6. 02 (outubro/1994).

Consultas na Unidade Sanitária

Um dado importante na análise crítica dos achados foi o aumento do número de consultas no Posto de Saúde. Mediante os dados transcritos abaixo foi possível identificar o aumento do número de consultas realizadas após o início do trabalho de prevenção. Esse trabalho teve início em junho de 1994. A Unidade Sanitária adotou como procedimento classificar cada exame com balão chinês como consulta.

Tabela 1 - Consultas nos meses anteriores à campanha, jan.-maio, excluindo fevereiro.

Ano de 1994

janeiro	março	abril	maio	total	média
232	221	280	311	1044	261

Tabela 2 - Consultas nos meses da campanha, julho-novembro, excluindo junho.

Ano de 1994

julho	agosto	setembro	outubro	novembro	total	média
360	450	519	438	527	2294	458,8

A média do período da campanha é maior do que a média pré-campanha para $p = 0,01430$ (Mann-Whitney).

A exclusão de fevereiro é porque esse foi um mês atípico, com muitos feriados e um número menor de dias, a de junho devido a campanha ter começado no decorrer do mês, o que o descaracteriza como pertencente a um dos grupos.

Análise crítica dos resultados

As entrevistas seguiram um critério semiológico que procurou determinar:

O nível de conhecimento anterior à campanha

Quais as informações que a população-alvo possuía sobre os altos índices de câncer de esôfago na região, anteriormente à campanha de prevenção (o que se obteve através das respostas à pergunta 1), 52 indivíduos responderam que não conheciam as principais doenças da região, (correspondendo a 55,3% das pessoas entrevistadas); alguns chegaram a expressar que só tomaram conhecimento, quando ouviram o rádio ou quando leram o jornal. 12,8% da amostra responderam que sabiam mais ou menos (12 indivíduos). Juntando esses dois percentuais, os de quem não conhecia e aqueles que sabiam alguma coisa, obtivemos 68,1%. Com isso, podemos afirmar que praticamente 70% da amostra não tinha conhecimento das principais doenças da região.

A veiculação mais eficaz da informação

40,4% das pessoas revelaram que tomaram conhecimento do exame através da recomendação de uma pessoa (resposta à pergunta número 10). Seguiu-se o rádio, apontado por 32 voluntários como o segundo meio de maior divulgação (34,0%); em terceiro lugar, 10 indivíduos (10,6%) responderam que foi no posto de saúde que obtiveram a informação; em quarto lugar aparece o jornal com 9 indivíduos (9,6%) e 5 indivíduos (5,3%) foram mobilizados através dos folhetos.

Veiculação da Informação

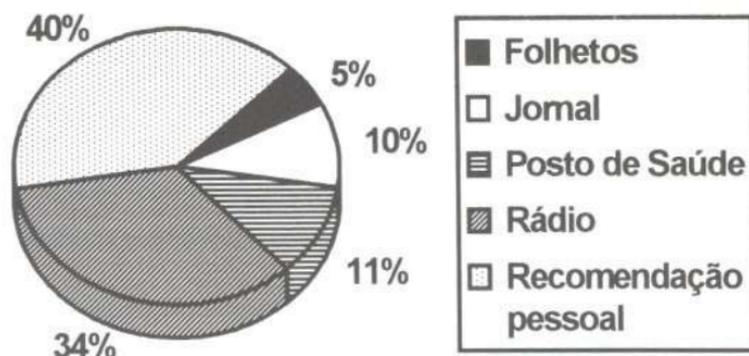


Figura 2 - Veiculação da informação

CONCLUSÕES

O meio de comunicação que mais atingiu a população-alvo foi a recomendação pessoal. Identificamos terem sido essas pessoas: parentes, amigos ou vizinhos que vieram realizar o exame e depois o recomendaram. "Uma vizinha minha me disse para fazer e daí a gente evita". Também houve indicações dos médicos da unidade sanitária, do prefeito e principalmente de líderes locais, caso do pastor da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, divulgador da campanha de diferentes formas: distribuindo nossos folhetos, pregando no culto da Igreja, em reunião de pais nas escolas e até mesmo na rádio de Taquara. Todos os domingos, o pastor realizava um programa envolvendo 7 paróquias. O processo de comunicação começava a tomar contornos próprios, de acordo com a conscientização das pessoas e de sua mobilização na comunidade. Com isso, constatou-se que, a partir dos primeiros voluntários, desencadeou-se uma "campanha de solidariedade" e a recomendação, boca a boca, como eles se referiram, passou a ser a mais importante.

Com relação ao rádio, a que teve maior repercussão na campanha foi a de Taquara, especialmente o noticiário do meio-dia. Quanto aos jornais, eles representaram um contingente de 9,7%. Desses, o de maior significância foi o jornal Panorama de Taquara.

A unidade sanitária representou 10,8 %, em que destacamos a atuação dos médicos e de sua equipe. O folheto, apesar de ter representado apenas 4,3 %, foi um elemento muito importante para determinadas religiões, como a pentecostal, as quais não ouvem rádio e nem lêem jornais.

O trabalho de comunicação foi-se tornando cada vez mais amplo, seguindo uma progressão geométrica. O grande aliado, indiscutivelmente, foi o fator conscientização, pois, a partir dessa apreensão por parte dos indivíduos, eles mesmos encarregaram-se de continuar impulsionando as formas de comunicação já existentes, ou, até mesmo, criando outras, específicas de sua profissão como, no caso do pastor: o culto e a pregação. Com isso, percebeu-se que à medida que o processo se desenvolvia, houve um melhor direcionamento do processo de conscientização por parte dos líderes comunitários, viabilizando sua continuidade. Somente quando a própria comunidade toma para si esta tarefa é que o processo adquire *legitimidade*.

As próprias pessoas desencadeiam as ações. A resposta considerada de maior impacto foi "essa campanha é muito importante porque a pessoa sai da escuridão". Ela transcende à mensagem escrita, revestindo-se inclusive de um componente visual.

Ao analisarmos as respostas das entrevistas, constata-se que é possível responder à grande questão dessa pesquisa que indaga se seria a comunicação institucional capaz de motivar uma comunidade para participar de um projeto em saúde pública. Pode-se afirmar que sim, pois, quando nos responderam que essa campanha os havia ajudado a conhecerem mais sobre câncer de esôfago, e quando demonstraram interesse não somente em mantê-la, mas especialmente de participar, dando sugestões, obtivemos elementos para caracterizar o fechamento da pesquisa conscientizadora. A comunidade, a partir do conhecimento da situação, apoiou e passou a liderar o processo, desenvolvendo-o de forma permanente. Assim, temos muitas esperanças com relação à manutenção do projeto, pois tudo o que é imposto tende a acabar, porém, quando algo surge e cresce a partir do envolvimento, da participação da comunidade, do seu processo de conscientização, a tendência é de que as coisas evoluam, cresçam, dentro da contingência natural que sua legitimidade lhes outorga.

Acredita-se que a comunicação institucional não só foi capaz de motivar a comunidade, como, através da pesquisa

conscientizante, tornou-os membros participativos, legitimando não somente a pesquisa, mas a campanha na comunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEJZMAN, I. *Saúde pública e comunicação social no Brasil*. Porto Alegre: Famescos/Puc, 1991. 370p.
- DEMO, P. *Pesquisa participante: mito e realidade*. Rio de Janeiro: Senac/DN, 1984. 112p.
- GUEDES, E. & MOTTA, R. Direito e avesso. In: *Seminário Saúde e Comunicação Social*, 1989, Belo Horizonte, Relatório preliminar... Belo Horizonte: 1989, p. 23-25.
- JAMES, W. Ejecución de un programa de educación del público. In: *Unión Internacional contra el Cáncer*. Teoría e práctica de la educación sanitaria en la lucha contra el cáncer. Ginebra: 1974. 153p. p. 23-31.
- LANDMANN, J. *Evitando a doença e promovendo a saúde*. Rio de Janeiro: Achieamé, 1982. 188p.
- MURIEL, M. L & ROTA, G. *Comunicación Institucional: enfoque social de relaciones humanas*. Quito: Ciespal, 1980. 353p.
- QUESADA, G. *Comunicação e comunidade: mitos de mudança social*. São Paulo: Loyola, 1980. 94p.
- THIOLLANT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 1985. 105p.
- XAVIER FILHO, E. *O homem e a cura*. Porto Alegre: Rigel, 1993. 302p.

ABSTRACT:

This research had the objective of describing a program of information dissemination, during a public health campaign for a community of the city of Taquara, RS, Brazil, using techniques of institutional communication and participative research.

Key words: Information; Public health; Participative research.

INFORMATIVO

EVENTOS

- Realizou-se em Puerto Rico de 11 a 17 de agosto p.p. o 3º Encuentro de Educadores e Investigadores de Bibliotecología, Archivología y Ciencia de la Información de Iberoamérica y el Caribe com a participação do Prof. Dr. Silas Marques de Oliveira da Puccamp, com destaque para treinamento docente e educação à distância.
- Realizou-se na China de 25 a 31 de agosto p.p. o 62º General Conference da IFLA com a participação da Profª Drª Vera Silvia Marão Beraquet da Puccamp, a qual participou do Grupo de Estudos da IFLA para educação profissional.
- Realizou-se em Niterói, RJ, Brasil, de 23 a 26 de setembro p.p. o I Seminário de Estudos da Informação da Universidade Federal Fluminense, iniciativa nascida no Núcleo Interdisciplinar de Estudos da Informação (Neinfo) da mesma Universidade.
- A ABEBD e o MERCOSUL
Realizou-se em Porto Alegre, RGS, Brasil, de 26 a 28 de setembro p.p. o I Congresso de Dirigentes dos Cursos Superiores em Biblioteconomia dos países do Mercosul, reunindo diretores de Escolas da Argentina, Paraguai, Uruguai, Chile e Brasil. A ABEBD liderada por Jussara Pereira dos Santos está de parabéns por esta iniciativa, a qual deverá se desdobrar em várias outras na busca de compatibilização curricular para o Mercosul.

A TRANSFORMAÇÃO DE UM ACERVO: A DOCUMENTAÇÃO MULTIMEIOS DO ARQUIVO EDGARD LEUENROTH

Miriam MANINI
UNICAMP

HISTÓRICO

Em 1974 nascia, em uma pequena sala do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, o Arquivo Edgard Leuenroth. A Universidade, naquela ocasião, adquiriu a documentação do militante anarquista Edgard Leuenroth, graças à ação e vontade de um grupo de professores.

Este verdadeiro patrono do AEL, que acabou por lhe emprestar seu nome, esteve ligado ao jornalismo, tendo sido fundador do jornal anarquista **A Plebe** - de periodicidade diária em 1919 - além de ter colaborado com outros periódicos da chamada imprensa operária, entre eles: **A Lanterna**, **A Lucta Proletária**, **Ação Direta**, **Spartacus**, **Folha do Povo**, **A Guerra Social** e **O Trabalhador Gráfico**.

O material acumulado por Leuenroth durante sua trajetória de vida - e que compõe a documentação que deu origem ao Arquivo - retrata, sem dúvida, suas preocupações políticas, a militância jornalística e as idéias de sua época. Trata-se de livros, jornais, revistas e todo um conjunto de documentos pessoais, os quais se incluem na coleção de Manuscritos.

Dadas as características da documentação reunida por Leuenroth e das coleções que foram, em seguida, incorporadas ao AEL, este acabou por se constituir como um arquivo de história social centrado, inicialmente, em temáticas relacionadas aos movimentos operário e sindical, às correntes e organizações de esquerda e à história da industrialização.

Com a incorporação de novos fundos e coleções e passando a figurar como fonte imprescindível para pesquisadores das Ciências Humanas, principalmente, o AEL passou a ser, em 1983, um Centro de Pesquisa e Documentação Social, conservando, entretanto, a denominação de "Arquivo Edgard Leuenroth".

Já como Centro de Pesquisa e Documentação Social, o AEL passa por uma renovação temática na composição de seu acervo sem, entretanto, abandonar suas diretrizes originárias.

Coleções sobre o tenentismo, os movimentos sociais recentes, os direitos humanos, a violência, as iniciativas patronais para a organização do trabalho e a formação profissional, as pesquisas de opinião pública, a história intelectual, o rádio, o cinema, o teatro e a literatura de cordel somaram-se aos temas relativos à história sociopolítica do trabalho.

Toda esta documentação data de 1830 até nossos dias, sendo que tanto os documentos brasileiros quanto os internacionais têm sua ênfase no século XX.

Atualmente, o AEL ocupa a parte térrea do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, ao qual está vinculado, representando, desta forma, um laboratório fundamental aos pesquisadores dos programas de pós-graduação, notadamente dos departamentos de História e Ciências Sociais. O número de teses de mestrado e doutorado realizadas a partir de pesquisas no AEL chega a 100 e o número de livros publicados é 51. Destas somas, 36 teses foram defendidas e 17 livros foram publicados nos últimos cinco anos.

Além disso, ao longo de seus 22 anos de existência, o AEL passou a atender estudiosos de outras universidades e centros de

pesquisa brasileiros e estrangeiros, aumentando também a demanda de consulta por parte de advogados, jornalistas, escritores, sindicalistas, artistas e familiares de ex-presos políticos, entre outros.

DE ICONOGRAFIA A MULTIMEIOS

O AEL possui, hoje, setores que se dividem, principalmente, segundo as tipologias documentais a serem tratadas: Multimeios, Periódicos (com mais de 6.000 títulos de jornais e revistas, brasileiros e estrangeiros), Biblioteca (não circulante, com mais de 20.000 volumes), Manuscritos (com cerca de 60.000 documentos) e Preservação e Restauo. O Arquivo realiza, também, um trabalho com Microformas, o que, na verdade, não exige a existência de um setor específico, uma vez que se trata de periódicos e/ou livros disponíveis em outro suporte diferente do papel; mais recentemente, vem se formando também uma coleção de recortes de jornais, que poderá, no futuro, constituir-se em outro setor. Além de todo este serviço técnico, o AEL conta com uma Diretoria Docente, uma Diretoria de Pesquisa e uma Diretoria Técnica. Entretanto, a atenção aqui estará voltada para a história da formação do Setor de Multimeios.

Os documentos fotográficos - principalmente as fotografias ilustrativas de cartões postais - podem ter sido os primeiros materiais ditos especiais a serem encontrados em meio à documentação doada. Com o tempo, eles foram se tornando tão abundantes que o AEL se viu depositário de uma considerável coleção iconográfica, constituindo, então, extra-oficialmente, seu Setor de Iconografia. Isto ocorreu, provavelmente, no início dos anos 80 e, a partir de então, tudo que não fosse jornal, revista, livro ou manuscrito passou a ser depositado no Setor de Iconografia, inclusive material sonoro, cartográfico e "peças de museu" (que hoje chamamos de objetos).

Em 1991, o Setor de Iconografia iniciou uma fase de especialização que resultou na mudança de seu nome para Setor de Multimeios, no ano de 1993. O novo nome pareceu mais adequado

não só porque o setor já passara a abrigar uma diversidade particular de documentos especiais, mas também pelos novos serviços que passou a oferecer.

Entre eles, podemos citar a responsabilidade que o setor chamou para si com relação a uma política de preservação de seu acervo, que resultou em projeto de preservação e conservação de seus documentos, projeto este que tem andamento constante, uma vez que envolve climatização e monitoração ambiental das áreas de guarda.

Além disso, o Setor de Multimeios passou a registrar a participação do AEL em eventos e atividades relativas ao trabalho interno, tanto em suporte fotográfico (fotografias em preto-e-branco e diapositivos em cores), quanto em vídeo (VHS). Isto tem permitido a manutenção de um arquivo corrente em documentos multimeios, onde se pode encontrar imagens do processamento técnico dos documentos, da transformação dos ambientes, de insetos encontrados no trabalho de higienização, de documentos em franco estado de deterioração, da equipe técnica em congressos e oficinas, entre outras.

Ressalta-se também o fato de que o setor promove e produz exposições - especialmente fotográficas - que hoje somam 9 títulos. As exposições produzidas pelo próprio AEL são: São Paulo em Cartões Postais, Movimento Estudantil, 1º de Maio nos Anos de Chumbo, Intervenção na UNICAMP/1981, Os Anos 20 e a Semana de Arte Moderna, O Mundo Feminino: Trabalho, Publicidade e Consumo nos Anos 40 e 50, Setenta Anos de Fundação do Partido Comunista Brasileiro, Os Anos 60 e Imagens do Fascismo. As exposições doadas, que também fazem parte do acervo do AEL são: Imagens e História da Industrialização no Brasil, Noventa Anos de Abolição - Elementos da História do Negro em Campinas, Teatro Oficina - Tipos Brasileiros, Teatro Oficina - Atores em Cena, Quem São Esses a Quem Chamamos Antropólogos Brasileiros?, Pátria Amada Esquartejada, Partido Comunista Brasileiro, Desenhos e Mapas na Orientação Espacial: Pesquisa e Ensino de Antropologia - Meninos e Meninas de Rua, A História dos Anos 60 Através da Imprensa e Quarenta Anos de Reuniões de Antropologia.

Um último aspecto é a participação efetiva do setor no projeto de informatização do AEL, que em breve contemplará a montagem de nosso Banco de Imagens.

Em suma, o Setor de Multimeios não só abriga, processa e conserva os documentos que tem sob sua responsabilidade, mas também documenta acontecimentos técnicos e culturais, atua com relação às questões de preservação dos documentos e nos projetos de ação cultural, divulgação do acervo, implantação de novas tecnologias e captação de recursos.

DIÁRIO DE BORDO: QUE TEMPOS O TEMPO GUARDA

O aparecimento de Materiais Especiais junto com a documentação doada foi paulatino, mas crescente. Acervos como estes, especiais, relativamente aos documentos impressos e manuscritos, só se constituíram como tal em épocas mais recentes. Eles não são como os de papel, como os que guardam a informação escrita, legendário e antigos. Os "novos" suportes da informação só se tornaram "velhos" o suficiente para serem guardados como repositório da memória a partir do final do século XIX. São desta época, justamente, os documentos especiais mais antigos do AEL.

Há, por exemplo, um conjunto de cartões postais - pertencentes à Coleção **Edgard Leuenroth** - de autoria do fotógrafo Guilherme Gaensly, que atuou no Brasil a partir de 1870, tendo fotografado localidades e logradouros públicos da cidade de São Paulo a partir de 1888.

Além disso, o acervo de filmes do AEL abriga a telecinagem em VHS de cenas da família Matarazzo gravadas, provavelmente, em 1924.

A discografia da Música Popular Brasileira dos anos 20 aos anos 50 está perfeitamente representada pela Coleção doada por **Oswaldo Cordeiro**, um apaixonado colecionador de equipamentos e registros musicais. Nela estão presentes intérpretes e compositores

como Mário Reis e Francisco Alves (1929), Vicente Celestino (1935), Carlos Galhardo (1936), Carmem Miranda e Alvarenga e Ranquinho (1940), Carmem Costa (1942), Sílvio Caldas (1943), Nelson Gonçalves (1945), Anjos do Inferno (1946), Aracy de Almeida (1950) e Carmélia Alves (1951), entre muitos outros. Juntamente com os 1.087 discos, foi doada uma radiola da mesma época, na qual se utilizam, ainda, agulhas do tipo “prego”.

Entre os cartográficos, destacam-se mapas da Coluna Prestes, manuscritos a lápis, datados da década de 1920.

A estes exemplos de Materiais Especiais mais antigos depositados no AEL, vieram somar-se, mais recentemente, documentos relativos à história contemporânea. Como amostra, podemos citar o Coleção **Teatro Oficina**, grupo de “militância” cultural dos anos 60 até nossos dias.

Enquanto um dos participantes, em nível nacional, do Projeto Memória do Partido Comunista Brasileiro, o AEL guarda um conjunto de fitas de áudio e vídeo com entrevistas de membros do Partido, atas de reuniões de militância, depoimentos e vinhetas musicais de propaganda eleitoral, programas internos do Partido, seminários, entrevistas, congressos e palestras, além de 16.534 registros fotográficos pertencentes à redação do extinto periódico comunista **Voz da Unidade**. Neles encontramos uma infinidade de temas que vão desde União Soviética até Sindicatos e Fábricas Nacionais, passando por Política Brasileira, Membros do PCB e Personalidades.

Com relação à coleção de fitas de áudio em cassete, é interessante ressaltar o material que pertencia a **Aziz Simão**, intelectual, amigo pessoal de Leuenroth e que, por sua deficiência visual, solicitava a seus alunos que gravassem em fita seus textos e dissertações para que ele os pudesse corrigir. Consta, também, nas gravações, a leitura de diversos livros da área de humanas, em português e em outros idiomas.

Dentro da Coleção **Astrojildo Pereira**, destaca-se um conjunto de cartazes raros, de autoria do gravurista Grand Jouan,

publicados durante os anos 20 e 30, na Europa, que são, hoje, exemplares únicos de propaganda política e operária e de manifestações anti-nazistas.

Outro conjunto de destaque que contém documentos especiais é a Coleção **Zilco Ribeiro**. Nela se encontram partituras e fotografias do Teatro de Revista dos anos 50. São passagens de musicais, esquetes teatrais, fotos de vedetes, cenas de espetáculos e retratos de artistas que ainda podemos reconhecer na mídia, como Agildo Ribeiro, Consuelo Leandro, Yara Cortes, Virgínia Lane, Dercy Gonçalves e Carmem Miranda, entre outros - desta última encontram-se os registros do funeral.

CAMPEÕES DE PESQUISA

Da vasta documentação citada - que representa apenas uma amostra do acervo Multimeios -, alguns itens podem ser considerados os mais pesquisados pelos usuários do AEL.

Considere-se os filmes em vídeo: só da Coleção **Teatro Oficina** podemos citar três muito assistidos: **25** (1975) e **O Parto** [1975], de Celso Luccas e José Celso Martinez Corrêa, e **O Rei da Vela** [1984], de José Celso Martinez Corrêa. Da Coleção **Centro de Pesquisa e Documentação Social** (a coleção de doações avulsas), os mais requisitados são: **A História da Estrutura Sindical no Brasil** (1985), produzido pelo Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações - SINTTEL, **Globo Repórter: Imigrantes Italianos** (1987), de Carlos Colonnese, **A História da Indústria no Brasil** (1988), de Ricardo Carvalho, **Volta Redonda - Memorial da Greve** (1989), de Eduardo Coutinho e Sérgio Goldenberg, **Repórter Especial: Volta Redonda** (1989), produzido pela Cultura - Fundação Padre Anchieta, **Vila Francisco Matarazzo** [1924], **A Sociedade Anonyma Fábrica Votorantim** (sem data), produzido pela Independência Filme e a **Série Panorama Histórico Brasileiro** (1989 a 1992), do Instituto Cultural Itau, sendo que o grande recordista é o filme **Libertários** (1976), de Lauro Escorel Filho, seguido de perto por **Chapeleiros** [1976], de Adrian Cooper.

Libertários mostra as transformações socioeconômicas do final do século XIX, que prepararam os acontecimentos do século XX: a imigração italiana, o desenvolvimento da agricultura e a industrialização da cidade de São Paulo; grande parte das imagens utilizadas por Escorel foram obtidas no acervo do AEL (Coleção História da Industrialização). Já **Chapeleiros** focaliza o processo de produção de uma fábrica de chapéus, enfatizando a rotina sonolenta, monótona e mecânica dos operários, cujas filmagens foram realizadas na indústria Chapéus Vicente Cury S/A, em Campinas.

A industrialização é o tema mais buscado também nos materiais fotográficos. As imagens da Coleção **História da Industrialização** são campeãs de pesquisa e abordam cenas da chegada dos imigrantes na Inspetoria de Imigração e nos portos, passaportes, interior de fábricas, retratos de empresários e de trabalhadores, lavouras de café, o trabalho nos portos e celeiros, ferrovias em construção e arquitetura fabril, entre outras. Esta Coleção se constituiu através de um projeto denominado "Imagens e História da Industrialização no Brasil", realizado pelo Departamento de Ciências Políticas do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, sob coordenação do professor Paulo Sérgio Pinheiro, em convênio com o Ministério da Indústria e Comércio, durante o ano de 1976. De tal projeto, resultaram, além da Coleção de fotos, uma exposição e o filme **Chapeleiros**.

Fotografias da Coleção Teatro Oficina também têm sido muito procuradas e retratam, principalmente, montagens cênicas do grupo.

De resto, mantendo um certo equilíbrio entre si estão as seguintes Coleções e as respectivas fotos mais procuradas: **Miguel Costa** (imagens da Legião Revolucionária e da Coluna Prestes), **Zilco Ribeiro** (vedetes e artistas do teatro de revista dos anos 40 e 50), **Voz da Unidade** (sindicalistas, fábricas, manifestações de rua, imagens do fascismo e da Segunda Guerra Mundial), **Volta Redonda** (fotografias do Memorial de Volta Redonda e de sua destruição) e **Octávio Brandão** (fotos de sua militância política no início do século e de sua companheira Laura Brandão, também militante).

Além das fotografias, são bastante pesquisadas as fitas cassete - entrevistas e depoimentos diversos (de personalidades, sobre teatro de revista, lideranças sindicais, classes trabalhadoras etc.) - e as partituras - músicas dos esquetes e dos *shows* do teatro de revista.

Das exposições, a recordista em empréstimo é **Noventa Anos de Abolição - Elementos da História do Negro em Campinas**, que apresenta reprodução fotográfica de documentos manuscritos e notícias de jornais sobre o negro desde o regime escravocrata até a década de 1970 deste século, montada em comemoração ao nonagésimo aniversário da abolição da escravatura, em 1978, sob coordenação do professor Peter Fry, do Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. Esta exposição, fruto de um minucioso trabalho de pesquisa, tem sido muito utilizada como recurso didático.

Além da exposição pura e simples, geralmente em comemoração a algum fato histórico ou cultural, os documentos Multimeios do AEL são pesquisados e deles é solicitada reprodução também para os casos de: publicação em livros, ilustração de teses e dissertações, utilização na produção de vídeos e/ou programas de televisão, em reportagens e como recurso didático em sala de aula.

Dos vídeos que contêm imagens do AEL, destacam-se, além de **Libertários: A História da Estrutura Sindical no Brasil - SINTTEL/1985**, **Globo Repórter: Imigrantes Italianos - Carlos Colonnese/1987**, **Nasce a República - Roberto Moreira/1989**, **Nossos Bravos: História das Lutas Sindicais no Brasil - Peter Overback e Joel Zito Araújo/1987**, **Revolução de 30 - Sílvio Back/1980**, **TV Sindicato e Lidgerwood - VídeoVídeo/s.d.**, **A História da Indústria no Brasil - Ricardo Carvalho/1988**, **Eh Pagu, Eh! - Ivo Branco/1982**, **Modernismo: Os Anos 20 - Roberto Moreira/1992**, **Telecurso: Concepção, Estrutura e Prática Sindical - Luiz Arnaldo Campos, Renato Bulcão e Valdir Afonso/ s.d.**, **Retrato de Mulher - Carmem Barroso/s.d.**, **Reações Perigosas. A Indústria Química, O Meio-Ambiente, O Homem - J. L. Borriero/s.d.**, **O Trabalho da Mulher nos Bancos - Taunay Daniel/1993** e Programa Linha Viva - GE Comunicações Ltda./1995, entre outros.

O Arquivo Edgard Leuenroth - Centro de Pesquisa e Documentação Social localiza-se no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP e funciona de segunda à sexta-feira, das 9 às 17 horas. Oferece serviços de reprodução que obedecem a normas técnicas internas e a cláusulas contratuais firmadas com os doadores da documentação. Informações podem ser obtidas através do telefone (019) 239-7566, do Fax (019) 239-3327 ou do endereço eletrônico AEL_IFCH@TURING.UNICAMP.BR. Pode-se também conhecer o Arquivo Edgard Leuenroth via Internet, acessando a *home-page* do Projeto SUARQ - Sistema Unificado de Arquivos, através do endereço: <http://www.ssac.unicamp.br/suarq/ael/ael.html>.

NORMAS EDITORIAIS DE "TRANS-IN-FORMAÇÃO"

1. Serão aceitos originais considerados inéditos para a publicação, embora tenham sido submetidos a processos considerados de domínio informal (congresso, seminários e similares), caso em que a referência ao evento deve constar em nota de rodapé.

2. Serão aceitos textos em português, espanhol, inglês ou francês, que se enquadrem em uma das sessões da revista. O(s) autor(es) deve(m) indicar a sessão, desde que aprovados por membros do corpo editorial.

3. Para publicação o artigo deverá ter a aprovação de, pelo menos, dois avaliadores, os quais emitirão parecer às cegas, isto é, sem conhecimento do nome(s) do(s) autor(es) ou da instituição a que está vinculado. Somente o presidente saberá o nome dos avaliadores.

4. Os artigos poderão ser aceitos sem restrições, com pequenas mudanças, com grandes alterações, ou rejeitados. Quando as alterações forem poucas e tratarem de aspectos formais, ou ainda com vistas apenas à manutenção da homogeneidade e da qualidade da publicação, a redação fará as mudanças necessárias, respeitando, todavia, o estilo e as opiniões dos autores. Nos demais casos o autor se encarregará da reformulação.

5. Os avaliadores terão prazo máximo de 30 dias para emissão de seus pareceres, cujas cópias anônimas serão enviadas aos autores.

6. A própria comissão editorial se encarregará da revisão das provas tipográficas.

7. O conteúdo dos trabalhos são da exclusiva responsabilidade de seus autores.

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE TRABALHO

FORMATO:

Todas as colaborações devem ser digitadas em papel branco, tamanho A4 (21 x 29,7cm), com entrelhamento duplo, com 30 linhas, observadas a ortografia oficial. A primeira página do original deverá conter: título do artigo, nome completo do autor e endereço da instituição a que está vinculado. As páginas serão numeradas consecutivamente no canto superior direito. Cada trabalho terá no máximo 25 laudas datilografadas.

RESUMO:

Deve ser incluído um resumo informativo, de aproximadamente 100 palavras, em português, acompanhado de sua tradução para o inglês, inclusive o título, digitado com entrelinhamento duplo, na segunda página do original, incluir palavras-chave (keyword).

NOTA DE RODAPÉ:

Só é permitida na 1ª lauda e para indicar vínculo profissional, auxílios recebidos, apresentação em eventos de créditos.

ILUSTRAÇÕES:

1. Fotografias, devem ser nítidas, em papel brilhante, preto e branco, tamanho máximo 9 x 14cm.
2. Figuras, devem ser apresentadas em papel, em preto e branco, de preferência à Nankin, tamanho máximo 20 x 30cm.
3. Quadros e tabelas: devem ser acompanhados de título que permita compreender o significado dos dados reunidos. Assinalar, no texto pelo número de ordem, o local de inclusão. Para reimpressão de Fotografias, Figuras, Quadros e Tabelas extraídos de outros textos deve ser indicada a fonte de referência e anexada as autorizações da fonte e do autor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

As referências bibliográficas, redigidas segundo a norma da NBR-6023/1989 da ABNT, deverão ser numeradas no texto, segundo a ordem alfabética com que se apresenta no final do trabalho. A exatidão e adequação das referências a trabalhos que tenham sido consultados e mencionados no texto do artigo são da responsabilidade do autor. No artigo de Dinah Aguiar Población, publicado no número 1 da revista, o autor encontra normas explicativas quanto ao aspecto aqui focalizado. Separatas do referido artigo podem ser solicitadas à Secretaria da Revista mediante pagamento.

ENCAMINHAMENTO:

Enviar à Secretaria da Revista com carta em que conste a anuência para publicação; caso de mais de um autor, todos devem assinar o documento.



SOLICITAÇÃO DE ASSINATURA
(Preencher em letra de forma ou à máquina)

Nome: _____

Endereço: _____

Tel.: _____ CEP: _____

Cidade: _____ UF: _____

País: _____

Estou remetendo cheque N°: _____ Banco: _____

no valor de R\$ _____, em nome da Sociedade
Campineira de Educação e Instrução, correspondente à assinatura do periódico
TRANSINFORMAÇÃO para os anos de 19____ . 19____ . 19____ .

Assinatura

Preço da assinatura anual: R\$35,00

Número avulso: R\$12,00

